



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA –
UEFS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

NATURALISMO E CONHECIMENTO EM QUINE

JOSÉ NILTON CONSERVA DE ARRUDA

Salvador

2012

JOSÉ NILTON CONSERVA DE ARRUDA

NATURALISMO E CONHECIMENTO EM QUINE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Salvador

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A779n Arruda, José Nilton Conserva de.

Naturalismo e conhecimento em Quine [manuscrito]
/ José Nilton Conserva de Arruda.– 2012.

146 f.

Digitado.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia,
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da
Silva, Universidade Federal da Bahia”.

1. Naturalismo. 2. Epistemologia. 3. Holismo. I.
Título.

21. ed. CDD 146

JOSÉ NILTON CONSERVA DE ARRUDA

NATURALISMO E CONHECIMENTO EM QUINE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana.

Dr. João Carlos Salles Pires da Silva (Orientador) – UFBA

Dr. Rafael Lopes Azize (Examinador Externo) – UFBA

Dr. Claudio Alves de Amorim (Examinador Externo) – UNEB

Dr. Charbel Niño El-Hani (Examinador Interno) – UFBA

Dr. Eduardo Chagas Oliveira (Examinador Interno) – UEFS

Salvador, 28 de agosto de 2012.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar a epistemologia naturalizada de Quine como uma descrição do conhecimento que se contrapõe às análises desenvolvidas no âmbito do que podemos chamar de modelo padrão do conhecimento, que o compreende como crença verdadeira justificada. Dois pressupostos teóricos são associados por Quine a esse modelo padrão: o fundacionalismo e o normativismo. Analisamos, assim, as razões pelas quais ele critica esses dois pressupostos e apresentamos as teses quineanas que permitiriam superá-los. A renovação do empirismo por Quine comportaria um aspecto teórico fundamental na construção de uma nova imagem para o conhecimento, com duas conquistas teóricas decisivas para elucidar a relação entre evidência e teoria: o holismo e o naturalismo. A renovação holista da semântica, possibilitando o fim do dualismo analítico-sintético, exigiria a recusa da determinação isolada do significado de palavras ou frases, construindo o significado a partir do uso de sentenças em contextos específicos. A crítica apresentada à noção de significado empírico vigente no empirismo clássico conduz a uma versão muito particular da epistemologia empirista, por meio da qual pretende afastar, de modo definitivo, a existência de conhecimentos fundamentados *a priori* ou deduzidos da observação, cujas regras de funcionamento pudessem ser postuladas como normativas. O naturalismo, por sua vez, pautando que as evidências aceitáveis sejam as evidências empíricas, porém relacionadas à rede de crenças como um todo, poria a metodologia científica como decisiva nessa tarefa. Teoria e objeto seriam assim mutuamente determinados, configurando a tese da subdeterminação da teoria pela experiência. Visando a elucidar essa complexa relação entre teoria e mundo, Quine recorre à descrição do aprendizado linguístico, pois esse recurso lhe permitiria esclarecer a natureza dessa relação e além do mais ofereceria evidência empírica para as conseqüentes teses da indeterminação da tradução, inescrutabilidade da referência e relatividade ontológica. Em nossa tese, esse conjunto de inovações teóricas é examinado em sua pretensão de oferecer suporte consistente para a postulação de uma naturalização da epistemologia e também para a descrição de como o conhecimento seria obtido.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalismo. Epistemologia. Empirismo. Quine.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present Quine's naturalized epistemology as a description of the knowledge that opposes the analyzes in the context of what we might call the standard model of knowledge, who understand as justified true belief. Two theoretical impasses are often associated with the standard model: foundationalism and normativism. Analyzed, so why Quine criticizes these two presuppositions and presented the Quinean arguments that would overcome them. The renewal of empiricism by Quine entails an aspect theoretical crucial in building a new image of knowledge, with two theoretical achievements decisive to elucidate the relationship between evidence and theory: holism and naturalism. The renewal of holistic semantics, allowing the end of the analytic-synthetic dualism, would require the rejection of the determination of the meaning of isolated words or phrases, constructing meaning from the use of judgments in specific contexts. The critic presented to the notion of empirical meaning force in classical empiricism leads to a very particular version of the empiricist epistemology, by which to remove, in a definitive way, the existence of a priori knowledge based or deducted from the observation, the rules of operation could be postulated as normative. The naturalism, on the other made, basing the evidence acceptable is empirical evidence, but related to the network of beliefs as a whole, would put the scientific methodology as decisive in this task. Theory and object would thus mutually determine, confirming the thesis of underdetermination of theory by experience. To elucidate this complex relationship between theory and world, Quine uses the description of language learning, because this feature would allow him to clarify the nature of this relationship and furthermore would provide empirical evidence for the consequent theses of indeterminacy of translation, inscrutability of reference and relativity ontological. In our thesis this set of theoretical innovations is examined in its claim to offer consistent support for the postulation of a naturalization of epistemology and also to describe how knowledge would be obtained.

KEYWORDS: Naturalism. Epistemology. Empiricism. Quine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – QUINE E O MODELO PADRÃO DE CONHECIMENTO	18
1.1 – As condições crença e justificação	22
1.2 – O fundacionalismo	28
1.3 – Saber como e saber que	31
1.4 – A condição verdade	35
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE CRÍTICA E RENOVAÇÃO DO EMPIRISMO	40
2.1 – Os cinco marcos na evolução do empirismo	43
2.2 – O princípio de contextualidade de Frege	47
2.3 – A tese Duhem-Quine	49
2.4 – A crítica ao dualismo analítico-sintético	52
2.5 – Os impasses da sinonímia	55
2.6 – Os impasses da definição e da permutabilidade	57
2.7 – O impasse das regras semânticas	60
2.8 – A crítica à teoria verificacional e ao reducionismo	62
2.9 – Algumas consequências da revisão do empirismo	67
CAPÍTULO 3 – O PROBLEMA DO SIGNIFICADO E DA EVIDÊNCIA EMPÍRICA	72
3.1 – Significado e aprendizado da linguagem	76
3.2 – Tradução radical e inescrutabilidade da referência	82
3.3 – O experimento da tradução radical	83
3.4 – Consequências epistemológicas do experimento da tradução radical	89

3.5 – O aprendizado infantil da linguagem natural	92
3.6 – As seis fases do aprendizado infantil da linguagem	95
3.7 – Consequências epistemológicas do aprendizado infantil da linguagem	97
CAPÍTULO 4 – A NATURALIZAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA	103
4.1 – Superar o antipsicologismo	106
4.2 – Eleger a ciência como processo de conhecimento confiável	107
4.3 – Recusar o normativismo e o fundacionalismo	112
4.4 – A necessidade de se recorrer às hipóteses analíticas	115
4.5 – O papel das sentenças observacionais	117
4.6 – A função das sentenças eternas	123
4.7 – Conhecimento natural e verdade	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

INTRODUÇÃO

A indagação a respeito do que pode ser acolhido como conhecimento foi sempre amplamente debatida na tradição filosófica, estabelecendo um campo teórico fértil e ao mesmo tempo problemático. No transcorrer da história desse debate na filosofia ocidental a noção de conhecimento foi fortemente associada ao que se convencionou chamar de modelo padrão, que toma o conhecimento por crença verdadeira justificada. Assim, qualquer crença que postule ser colocada no escopo do conhecimento deve ser ao mesmo tempo verdadeira e justificada. Porém, não há qualquer facilidade para se estabelecer um consenso mínimo a respeito do que possa ser acolhido como verdade e justificação, pois implica enfrentar temas espinhosos envolvendo a relação entre *linguagem, significado, pensamento e realidade*, e mais um tanto de outros conceitos a eles relacionados. Além do mais, cada um desses termos, mesmo se tomados isoladamente, comporta uma infinidade de temas correlatos e problemas tão espinhosos quanto os da própria relação entre eles.

Dessa forma, o debate histórico sobre o conhecimento sempre implicou um enfrentamento com os conceitos consagrados da metafísica, da lógica e cada vez mais da ciência. Nesse campo teórico fértil e ampliado é recorrente a tentativa de se distinguir a aparência da realidade ou entre o que é constituído e o que é dado. A ideia de que se devem perseguir representações cada vez mais aprimoradas da realidade, num contínuo afastar-se das aparências, tem origem platônica, mas continua influenciando a base metafísica do pensamento e da ciência dos modernos. No terreno da lógica, a busca pela construção de um simbolismo formal que representasse o pensamento de modo mais adequado e se constituísse em uma linguagem que expressasse sem ambiguidade o conhecimento científico, desafiou o esforço dos lógicos ao longo dos últimos séculos da história da disciplina.

A ideia recorrente de se desenvolver recursos teóricos para a construção de uma representação da realidade que não fosse deformada pelas limitações das linguagens, conceitos e teorias que manipulamos, tem sido a pretensão de parcela tanto da filosofia quanto da ciência. Essa pretensão repousa na aceitação prévia de que há uma diferença essencial entre o modo como as coisas aparecem e sua natureza intrínseca, independente das nossas representações, das nossas linguagens e demais condicionamentos. Desse modo, a natureza da realidade seria conhecida quando conseguíssemos desenvolver

mecanismos de conhecimento que eliminassem as distorções decorrentes de mecanismos inadequados. Assim, o conhecimento precisa ser bem definido e conceituado, pois não será qualquer afirmação sobre a realidade que receberá a chancela de ser conhecimento. Muitas exigências foram estabelecidas para que uma crença fosse elevada da sua condição de simples crença e se constituísse como conhecimento. No terreno das epistemologias, teorias do conhecimento, filosofias, ciências, são muitas as definições, metodologias e teorias que postulam elucidar a questão. Para nortear a nossa pesquisa elegemos uma definição consagrada: o Modelo Padrão; e uma teoria influente: a Epistemologia Naturalizada.

A definição padrão toma o conhecimento como crença verdadeira justificada, e, como qualquer outra definição, delimita o campo da tematização e limita o alcance das respostas apresentadas para os problemas enfrentados. O fundacionalismo aparece como uma decorrência interna desse modelo, pois ao se colocar no plano da justificação de crenças, assume como implicação apresentar fundamentos para que crenças sejam estabelecidas como conhecimentos. O normativismo é outra decorrência do mesmo modelo, pois há uma expectativa de que mecanismos que sejam suficientes para justificar crenças, também sejam tomados como normativos em procedimentos posteriores semelhantes.

Não trabalhar com esse modelo e seu consequente fundacionalismo e normativismo parece, segundo interpretações bem pontuais, implicar uma assunção de posturas céticas, relativista e afastadas do realismo. Assim, será preciso estabelecer outro espaço teórico para que o *conhecimento* e a *verdade* sejam ainda noções utilizáveis e propósitos para os procedimentos teóricos, porém sem assumir os compromissos fundacionalistas e normativistas decorrentes do referido modelo. Tomamos a naturalização da epistemologia proposta por Quine como uma teoria sobre o conhecimento que postula descrever a ciência como conhecimento, mas sem orientar a sua análise pelas exigências do modelo padrão.

No âmbito desse novo espaço teórico, a compreensão do conhecimento diretamente associada ao uso que fazemos da linguagem e às exigências de evidência empírica para o que conhecemos, seria responsável pelo fim da pretensão de se estabelecer critérios isolados para verificação de enunciados: linguístico e empírico. Afastando ainda o propósito de se construir uma representação do mundo que fosse um

reflexo da realidade, deixa-se de se exigir das teorias que sejam verdadeiras, no sentido de correspondência à realidade. No âmbito desse espaço teórico não faria mais sentido comparar diferentes teorias e julgar como algumas delas se aproximam da verdade, isto é, do mundo como ele é, ao passo que outras estariam afastadas dessa representação verdadeira. Somente cada teoria com sua consequente ontologia, pode ser aferida do ponto de vista da verdade.

Essas conquistas teóricas permitirão a generalização operada por Quine que postulará uma subdeterminação das teorias pelos dados empíricos, de modo que será possível construir várias teorias incompatíveis entre si, mas que salvam os dados perceptíveis. Porém, é defendida a postura de que as nossas convicções epistemológicas devem ter sempre uma base ontológica, realidades que tornem verdadeiros ou falsos os nossos enunciados sobre o mundo, mas essas epistemologias não dizem nada a respeito da natureza mesma dessas realidades. Nada impede a possibilidade de revisão de uma teoria, ou de desenvolvermos mecanismos mais aprimorados de explicação e previsão daquelas mesmas realidades descritas por teorias concorrentes. É nesse sentido que se assume que as epistemologias não dizem nada a respeito da natureza mesma do mundo que está descrevendo.

O conhecimento verdadeiro não recobre uma relação necessária da linguagem com o mundo, mas é somente uma consolidação de um dentre tantos modos específicos de aproximar-se e apreender alguns de seus aspectos. A mudança de teorias e vocabulários indica apenas que um conjunto de crenças comuns à determinada comunidade foi consolidado. Nas nossas crenças sempre estão presentes de modo inseparável a linguagem e o mundo sobre o qual elas significam. As escolhas que fazemos sobre as coisas desse mundo são fixadas nas teorias e vocabulários que construímos. As teorias são consequências das escolhas que fazemos, não representações necessárias da realidade.

A obra de Quine é desenvolvida no espaço teórico iniciado com a Virada Linguística, mas especificamente dialogando com o empirismo carnapiano construído no Círculo de Viena, cujas preocupações centrais dizem respeito à lógica e à ciência. Para dialogar com essas tradições, Quine centra suas preocupações no plano de uma compreensão muito particular do aprendizado linguístico e do conhecimento científico. O significado das palavras e a referência no mundo são pensados como realidades

inseparáveis, assim as teorias com suas consequentes ontologias são autoavaliadoras, isto é, não se postulam critérios externos para verificar sua adequação ou não à realidade. Essa postura assumida e desenvolvida pelo pensamento quineano permite analisar o problema do conhecimento fora do modelo consagrado como crença verdadeira justificada.

Na perspectiva de Quine, então, o tema do conhecimento pode ser analisado contornando as postulações fundacionalistas e normativistas, isto é, não sendo necessário apresentar um ponto de partida que já tenha recebido uma justificação e possa ser tomado para fundamentar outras crenças como conhecimento. Também não é necessário exigir correspondência entre o conhecimento e a realidade para que a descrição do mundo realizada por ele seja adequada.

A filosofia de Quine que no seu início é diretamente influenciada pelo modo de fazer filosofia desenvolvida no Círculo de Viena, posicionando-se sobre o conhecimento do mundo a partir da experiência sensível e da formalização lógica desse conhecimento, assume aos poucos um afastamento daquele fazer filosófico, mas não dos seus temas, nem dos seus instrumentos: o empirismo, a lógica, a ciência e a linguagem. No seu escrito *De um ponto de vista lógico* de 1953, Quine firma as suas principais divergências com a filosofia do Positivismo Lógico. *De um ponto de vista lógico* é uma coletânea de artigos que se firmou como um clássico do pensamento quineano. Nele se destacam dois artigos: *Sobre o que há* e *Dois dogmas do empirismo*. Sua concepção de ontologia e lógica é fundamentada, desenvolvida e exemplificada no primeiro desses artigos: Quine oferece uma concepção ontológica diretamente associada às conquistas da lógica pós-fregeana, sintetizada na fórmula *Ser é ser o valor de uma variável* (QUINE, 1975g, p. 232).

O segundo artigo, *Dois dogmas do empirismo*, um dos textos mais importantes de Quine, divisor de águas com a filosofia do empirismo lógico e a de Carnap em particular, apresenta, no seu aspecto negativo, uma consistente crítica à noção mentalista de significado subjacente aos dois dogmas: a distinção entre analítico-sintético e o reducionismo; no seu aspecto afirmativo, postula uma teoria holista para o significado e para a verificação. Tomaremos como um texto fundamental para a nossa pesquisa sobre o conhecimento, pois os temas do significado e da referência, ali já firmemente estabelecidos, e que redimensionam o empirismo, serão retomados de modo mais sistemático em sua obra mais ambiciosa *Palavra e objeto* de 1960. Todos os

elementos diretamente envolvidos em qualquer tentativa de se definir o que é o conhecimento – lógica, linguagem/tradução, referência/ontologia – são abordados em uma perspectiva filosófica bastante original, firmando duas grandes teses que caracterizam o pensamento de Quine e são fundamentais para a nossa problemática: “indeterminação da tradução” e “inescrutabilidade da referência”.

Se tomarmos *Palavra e objeto* como sua obra fundamental, como muito dos seus intérpretes estão concordes, então poderemos afirmar que suas obras posteriores apresentarão um desdobramento das muitas teses ali presentes, um refinamento das perspectivas e conceitos utilizados na sua argumentação central. Em 1969 Quine publica *Relatividade ontológica e outros ensaios*, outra coletânea de artigos que apresenta dois clássicos, o *Relatividade ontológica* que dá nome à coletânea e *Epistemologia naturalizada*, este apresenta argumentações importantes para a temática desenvolvida neste trabalho, muitos trechos desses dois importantes artigos são elucidações e exemplificações dos temas intrincados presentes em *Palavra e objeto*.

Outros escritos desenvolvem de modo mais específico temas que estão presentes em *Palavra e objeto*, *The web of belief*, publicado em 1970, em coautoria com J. S. Ullian, focando um das dimensões do modelo padrão, a crença, mas em perspectiva holística, aspecto fundamental de sua obra; depois, temos duas publicações importantes *The roots of reference*, publicado em 1974 e *Theories and things* de 1981. Na década de 90 temos *Pursuit of truth*, publicada em 1990, *From stimulus to science*, publicado em 1995, ambos desenvolvem os outros dois aspectos do modelo padrão, a verdade e a justificação.

Porém, o nosso propósito é apresentar como as teses originais desenvolvidas por Quine dão sustentação a sua argumentação a favor de uma naturalização da epistemologia, pois esse é o terreno no qual ele se posiciona de modo firme a respeito do conhecimento. Para desenvolver a sua ideia de uma epistemologia naturalizada, Quine aglutinou uma área da filosofia - a epistemologia; uma modalidade de conhecimento - a ciência; e uma postura metodológica - o naturalismo. Elaborando, a partir desses pressupostos, uma posição sobre o conhecimento que apresentou pela primeira vez de modo sistemático no artigo *Epistemologia naturalizada*. Nesse artigo ele analisa os impasses da tradição empirista e apresenta uma alternativa para que esses impasses possam ser superados. O propósito é afastar a ideia de uma filosofia normativa para as ciências e aproximar o programa de pesquisa da epistemologia das investigações

das ciências naturais, sobretudo das conquistas da psicologia cognitiva. A epistemologia não deveria ser mais desenvolvida como uma atividade paralela ou estranha às ciências.

Desse modo, para uma melhor compreensão da argumentação desenvolvida nesta tese, importa assinalar os procedimentos metodológicos de leitura que permitiram apresentar o conjunto de teses por ele utilizado e a originalidade dos temas propostos. Optamos por uma leitura primordialmente focada na obra do próprio Quine, na lógica interna de sua doutrina, nas amplas justificações por ele mesmo construídas para sustentar as opções teóricas escolhidas. Esse é um procedimento de interpretação já bem desenvolvido e fundamentado.

Nessa perspectiva, dois aspectos são fundamentais para a compreensão adequada de um autor: os pressupostos assumidos e a lógica interna do seu próprio pensamento no qual esses pressupostos são recepcionados. Assim, de qualquer pensador tomado para análise, “se é certo que todos eles, de um modo geral, aceitam em comum certas premissas, é também verdade que cada um deles constrói seu discurso filosófico por um método que lhe é próprio, um método conforme ao qual vai produzindo e articulando suas teses” (PEREIRA, apud SILVA FILHO, 2005, p. 238). Assim, na leitura de um pensador implica atentar para as influências externas que confluem para o seu pensamento e a coerência e consistência interna que o movimenta.

Como consequência dessa premissa, o estudo de um filósofo exige a identificação dessa lógica interna e de como ela permite a sistematização de temas e conceitos, isto é, como assimila seus pressupostos externos, pois “para compreender a filosofia de um filósofo, é preciso descobrir qual o seu *método* de pensar, qual o seu *método* de organizar o discurso filosófico, como ele pensa que se pode progredir em direção a novas proposições” (PEREIRA apud SILVA FILHO, 2005, p. 239). Assim, o universo teórico de um pensador oferece mecanismos internos que permitem compreender suas postulações e análises.

Seguindo esse modelo de interpretação proposto, procuramos refazer a lógica interna do pensamento de Quine, de modo que o problema do conhecimento pudesse ser analisado no espaço teórico por ele construído, pois, “sua doutrina é, ao meu ver, um excelente exemplo de um sistema filosófico estruturado com rigor e conforme uma admirável “lógica interna”. Reconstruir essa “lógica” é absolutamente necessário para a compreensão adequada do pensamento quineano” (PEREIRA apud SILVA FILHO,

2005, p. 266). Assim, acatando essas recomendações apontadas pro Porchat, utilizamos o próprio pensamento de Quine para fundamentar, explicitar e justificar muitas das suas próprias posições, para esclarecer os inúmeros problemas por ele desenvolvidos. Não é pretensão nem ingenuidade de se assumir seu pensamento como verdadeiro, hipótese completamente sem sentido no sistema quineano, mas uma opção por se fazer a exegese do texto do próprio Quine.

No primeiro capítulo, procuramos caracterizar o modelo padrão de conhecimento a partir de uma análise dos seus elementos constituintes: a crença, a verdade e a justificação. Argumentamos ali que a postulação de Quine a favor de uma naturalização da epistemologia se constitui numa alternativa viável para se problematizar o conhecimento e enfrentar as dificuldades associadas às epistemologias que definem o conhecimento a partir do modelo padrão. Informamos que as principais dificuldades e objeções relacionadas a esse modelo dizem respeito à necessidade de se estabelecer os mecanismos adequados e satisfatórios para se justificar crenças e definir a verdade. Além do mais, muitas interpretações desse modelo apontam a sua dependência do fundacionalismo e do normativismo. Desse modo, apresentamos um esboço das principais teses desenvolvidas por Quine visando uma naturalização da epistemologia, isto é, desenvolver uma epistemologia fisicalista orientada pela ciência e que permita desenvolver uma possibilidade de contornar todas as teses fundacionalistas e normativistas da antiga epistemologia, fazendo dela um capítulo da psicologia behaviorista.

No segundo capítulo, procuramos situar Quine em relação à tradição empirista, apontando o que ele mantém e o que abandona dessa tradição cuja preocupação epistemológica mais marcante consiste em tentar elucidar a relação entre conhecimento e mundo. Assim, acompanhamos a leitura feita por ele da evolução do empirismo e suas reações à própria matriz intelectual da qual participa, pois é nessas reações que ele constrói um caminho filosófico próprio e estrutura sua resposta ao problema do conhecimento fora do modelo padrão. Argumentamos que o aprimoramento do empirismo descrito por Quine é um resumo de teses centrais do seu próprio pensamento: uma postura empirista desenvolvida como alternativa para superar as dificuldades teóricas do empirismo lógico no que diz respeito ao intento de se fundamentar o conhecimento científico como uma construção lógica a partir da experiência imediata.

Acompanhamos ainda como Quine se utiliza de conquistas teóricas desenvolvidas por pensadores ligados à tradição empirista para desfazer convicções arraigadas no modo dessa tradição conceber o conhecimento. Quine refina conquistas teóricas como o princípio holístico e o princípio de contextualidade, relacionados a Duhem e Frege; abandona outras posturas, como a distinção analítico - sintético e o reducionismo radical. Abandonando o que ele chama de dogmas, Quine enfrenta a epistemologia do empirismo lógico nos seus programas fundacionalista e reducionista, ao mesmo tempo em que faz um acerto de contas com os seus antigos compromissos teóricos e inaugura um caminho próprio que conduz à naturalização da epistemologia.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre o modo como Quine enfrenta dois temas importantes para sua proposta de naturalizar a epistemologia: os temas do significado e da evidência empírica. Assim, acompanhamos a descrição operada por ele sobre o processo de aprendizado da linguagem infantil e de um linguista em processo de tradução radical. A partir desses experimentos filosóficos são derivadas duas grandes teses fundamentais para a descrição do conhecimento operada por ele: *a indeterminação da tradução e a inescrutabilidade da referência*. Descrever o modo como temos acesso à linguagem e como a relacionamos ao mundo permite apresentar evidências empíricas para a *indeterminação da tradução e inescrutabilidade da referência*, ainda para o *holismo* e por fim a *naturalização da epistemologia*.

Analisamos como ao radicar suas principais teses em bases empíricas, Quine poderá argumentar que o abandono no campo da semântica do dualismo analítico-sintético e no terreno da epistemologia do reducionismo radical, será uma consequência direta do modo como nós constituímos a significatividade e a evidência empírica para os nossos enunciados. O holismo semântico permite estabelecer os significados dos termos e sentenças, mas somente em relação ao todo dos quais participam: os termos como parte, em relação aos enunciados como o todo; os enunciados como parte, em relação às teorias como o todo. O holismo epistemológico assegura que a verificação é possível, mas somente quando os enunciados forem tomados como parte das teorias que participam é que eles poderão ser infirmados ou confirmados.

No quarto e último capítulo da nossa tese, apresentamos as características centrais e as principais consequências de uma naturalização da epistemologia. Duas posturas teóricas são essenciais para a requerida naturalização da epistemologia: o

empirismo e o naturalismo. Detemos-nos inicialmente na apresentação da postura naturalista assumida por Quine. Esse é um passo decisivo para o seu pensamento e para a argumentação que estamos desenvolvendo, pois apresenta a ciência natural como um substituto para o ideal, que deve ser abandonado, de uma filosofia primeira com seu consequente fundacionalismo e normativismo. Assim, retomamos os impasses que Quine já apontou na tradição epistemológica, diretamente relacionados ao modo como considera o significado empírico e como ele extrai consequências da ideia de que não há como se estabelecer uma experiência isolada para cada sentença.

Por um lado, analisamos como o empirismo aprimorado descrito por Quine que não é reducionista, mas holista, implica um redimensionamento na teoria da verificação. Por outro lado, buscamos compreender como o seu naturalismo afasta o fundacionalismo, ao impedir que qualquer área do conhecimento possa se colocar em um ponto de vista externo e neutro, e a partir dali pudesse julgar, fundamentar e normatizar outras áreas do conhecimento. É a partir dessas duas posturas teóricas, o empirismo e o naturalismo, que se faz possível postular uma naturalização da epistemologia e o abandono do consequente modelo fundacionalista e normativista associado à epistemologia.

Por fim, apresentamos as nossas considerações sobre a nova imagem do conhecimento decorrente de uma consequente naturalização da epistemologia. As regras da epistemologia são tomadas em continuidade direta com as regras da ciência, de modo que ao invés de insistir na necessidade de justificação para termos conhecimento, enfatiza-se a importância do aprimoramento tal como é vigente na ciência natural. Novas conquistas teóricas permitem um enfrentamento diferente com a realidade, exigindo constantes aprimoramentos nas descrições do mundo que são postuladas. A principal característica da descrição do conhecimento desenvolvida em paralelo com a ciência natural é renunciar à hierarquia epistemológica e, como consequência direta, abandonar o fundacionalismo e o normativismo.

CAPÍTULO 1 - QUINE E O MODELO PADRÃO DO CONHECIMENTO

A tese de Quine propondo uma naturalização da epistemologia se constitui em um modelo para descrever o conhecimento que pretende não esbarrar nas dificuldades enfrentadas pelas epistemologias que se orientam pelo modelo padrão: crença verdadeira justificada. A tentativa de se desenvolver uma análise a partir de outra orientação é estimulada pelas muitas críticas que são dirigidas à forma canônica de se estabelecer o que é o conhecimento. As principais objeções a esse modelo estão relacionadas à dificuldade de se encontrar os mecanismos adequados e satisfatórios para a justificação e para a verdade, além de em muitas interpretações ser dependente do fundacionalismo e do normativismo.

Partindo dessas insatisfações, pretendemos argumentar que o modelo de epistemologia naturalizada proposto por Quine é uma alternativa ao modelo padrão, pois consegue contornar com sucesso as principais objeções que incidem sobre ele ao apresentar a ciência como um tipo de conhecimento que pode ser descrito em seu processo de constituição e ao mesmo tempo oferecer elementos que afastam a necessidade de ser justificada para ter o *status* de conhecimento. Quine desenvolve uma epistemologia fisicalista orientada pela ciência que visa rejeitar todas as teses normativas da antiga epistemologia e fazer dela um capítulo da psicologia behaviorista. Propõe ainda uma explicação holista do conhecimento, de modo que nenhuma área do saber assume função hierárquica privilegiada ou tenha prerrogativas fundacionalistas.

No entanto, qualquer modelo de análise do conhecimento alternativo ao modelo padrão precisa se pronunciar sobre seus termos constituintes: crença, verdade e justificação, pois esse modelo ao problematizar a relação entre o conhecedor e a proposição conhecida firmou “como o modo mais geral de caracterizar a relação entre aquele que conhece e a proposição conhecida é que ele a toma como verdadeira, e essa relação é chamada de maneira padrão, de estado de crença” (ZAGZEBSKI apud GRECO/SOSA, 2008, p. 155). Dessa forma, se aponta para um modelo de conhecimento que tem suas origens associadas a Platão.¹ No Teeteto o modelo fica

¹ Podemos conferir com Moser essa ancestralidade do modelo padrão: “Desde o *Mênon* e o *Teeteto* de Platão (c. 400 a. C), os epistemólogos tentaram identificar os componentes essenciais e definidores do conhecimento. A identificação destes componentes poderia produzir uma análise do conhecimento. Uma

explicitamente caracterizado.² Modelo que será retomado, aperfeiçoado e questionado no transcorrer da história do pensamento ocidental. Mesmo passando por diferentes modificações o núcleo do modelo permanecerá inalterado, de forma que se poderá afirmar que “a ideia de que o estado de conhecimento é uma espécie de estado de crença, reforça a prática quase universal na epistemologia de se definir o conhecimento como crença verdadeira mais alguma outra coisa” (ZAGZEBSKI apud GRECO/SOSA, 2008, p. 155). Assumindo essa quase universalidade como uma realidade a ser problematizada, buscaremos estabelecer aproximações e diferenciações entre o modelo padrão hegemônico e a epistemologia naturalizada proposta por Quine.

Essa naturalização da epistemologia analisa os problemas referentes ao conhecimento explorando outra matriz teórica, porém dialogando com todos os temas presentes na análise padrão. Assim, importa apresentar essa tradição, pois embora Quine não limite o desenvolvimento da sua epistemologia naturalizada ao âmbito daquele modelo, constrói, no entanto, a sua resposta para a mesma ordem de problemática reagindo às várias de suas convenções e conceitos fundamentais, ora refinando suas postulações e pontos de vista correntemente aceitos, ora contestando noções centrais. Como resultado temos uma expansão das convenções relativas ao modo como o conhecimento pode ser concebido.

O modelo padrão toma como um dado essencial que conhecimento exige o acreditar e a verdade daquilo que se acredita, mas exige também uma justificação dessa crença que se tomará como verdadeira. Cada uma dessas condições, tomadas isoladamente, constitui uma etapa necessária para se construir o conhecimento, mas só quando forem aplicadas conjuntamente é que o conhecimento se realiza. Dessa maneira, há sempre uma exigência de se retomar o estabelecido: conhecimento é crença

opinião tradicional importante, sugerida por Platão e por Kant entre outros, é que o conhecimento proposicional (que algo é assim) possui três componentes individualmente necessários e conjuntamente suficientes: justificação, verdade e crença. Conforme esse ponto de vista, o conhecimento proposicional é, por definição, uma crença verdadeira justificada. Essa é a definição tripartida que chegou a ser chamada de *análise padrão*”. (MOSER, apud AUDI, 2006, p. 270).

² Na origem desta tradição está o diálogo de Platão, *Teeteto*, nele Platão argumenta a favor de quais sejam os elementos definidores do conhecimento e sugere que o conhecimento proposicional é realizado quando se atende três condições necessárias e suficientes: *crença, verdade e justificação*. Assim, o conhecimento é compreendido como crença verdadeira justificada. No diálogo Sócrates debate com *Teeteto* a pergunta norteadora: O que é o conhecimento? O procedimento argumentativo segue o modelo de exigência da filosofia platônica: não interessa que sejam apresentados exemplos de conhecimentos particulares, mas uma caracterização sobre a natureza do conhecimento que resulte em um modelo identificador dos conhecimentos particulares, ou seja, uma definição geral que permita elucidar quando o conhecimento acontece (Conf. PLATÃO, 2007).

verdadeira justificada. Porém, muitas são as interpretações sobre a natureza e as condições da verdade e da justificação.

Mesmo que a tradição relacionada ao modelo padrão tenha conhecido acirrados debates e muitas respostas bem sofisticadas tenham se revelado como becos sem saída, alguns poucos consensos foram estabelecidos entre os pensadores que postulam essa análise e temos uma teoria firmada:

- a) Conhecimento é X;
- b) X deve ser algo informativo;
- c) As nossas intuições (crenças) são tomadas como ponto de partida: pensamos que uma crença X é um caso de conhecimento, que uma crença Y não é caso de conhecimento;
- d) Desenvolvemos esforços para justificar os casos de X como conhecimento e os de não- X como de não conhecimento.

Explorando essa delimitação estabelecida pelo modelo padrão, entende-se que a natureza do conhecimento envolve uma problemática que pode ser traduzida em uma pergunta: O que queremos dizer quando usamos o termo *conhecimento*? Tal maneira de aproximar-se do tema já delimita um caminho, sugere uma opção de como o tema deve ser abordado e indica que caminho seguir para possíveis elucidações dos problemas envolvidos. Se perguntar pelo *o que queremos dizer*, remete para a noção de significado e sugere que se estabelecermos o significado dos nossos conceitos de *crença*, *verdade* e *justificação*, saberemos como aplicá-los, como utilizá-los apropriadamente. Essa é outra questão associada à primeira, procuramos construir uma definição operativa, de modo que ela nos permita decidir sobre casos específicos nos quais o conhecimento ocorre, isto é, quando é que alguém sabe alguma coisa. Portanto, procuramos construir uma definição que seja ao mesmo tempo um critério normativo para decidir quando uma crença é ou não conhecimento.

Quine não parte da tentativa de elucidar o significado das noções de *conhecimento*, *crença*, *justificação* e *verdade*, isto é, de uma investigação conceitual. Sua perspectiva teórica implica uma aproximação diferente do problema, limitando-se a afirmar ser mais produtivo descrever os processos que conduzem indivíduos a determinadas crenças e especificamente àquelas que racionalmente se pronunciam sobre

o estado de coisas no mundo. Na realização dessa tarefa considera que a psicologia cognitiva empírica apresenta importantes contribuições na construção dessa elucidação e permite se pronunciar sobre os mesmos temas sem ter que percorrer os caminhos já consagrados pelos que exploram o modelo padrão.

Quine está se filiando a uma vertente de análise que busca antes descrever um processo que definir uma realidade, pois “o objetivo de uma teoria naturalista do conhecimento, em meu ponto de vista, não é oferecer uma explicação sobre nosso conceito de conhecimento, mas antes oferecer uma explicação sobre certo fenômeno natural, a saber, o próprio conhecimento” (KORNBLITH apud GRECO/SOSA, 2008, p. 259). Os propósitos do naturalismo convergem nesse esforço de analisar o processo de constituição das nossas crenças racionais que serão tomadas como conhecimento e apresentar razões para elegermos a ciência como a crença racional que produz os conhecimentos mais confiáveis. O projeto de pesquisa desenvolvido por Quine é bem descrito por meio dessa conceitualização, pois sua postulação de uma naturalização da epistemologia será construída paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas feitas na ciência. A epistemologia deve ser “um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural” (QUINE, 1975c, p. 170), limitando-a, dessa maneira, a uma descrição dos processos que conduzem ao conhecimento, não a ampliando para uma clarificação do conceito de *conhecimento*.

Três livros publicados por Quine visam diretamente cada uma das condições exigidas pela análise padrão: *The web of belief*, *Porsuit of Truth*, *From stimulus to science*. Porém, nenhum dos três livros confirma uma adesão aos temas e soluções desenvolvidos no âmbito do modelo padrão. É muito mais uma problematização que utiliza os mesmos termos: *crença*, *verdade*, *justificação*, mas associados a um projeto filosófico com fundamentos e pretensões bem diferentes. Na análise da posição quineana teremos oportunidade de acompanhar como estas condições são recepcionadas no seu pensamento e redimensionadas em função da naturalização da epistemologia.

Importa assinalar que sua reação ao modelo padrão é consequência tanto da incompatibilidade com suas posições metodológicas quanto da pertinência das críticas impetradas por Gettier, isto é, Quine não irá afastar-se do modelo padrão em decorrência somente das contundentes críticas de Gettier, como muitos epistemólogos farão, mas já vem construindo seu afastamento bem antes de 1963, como iremos

argumentar.³ Seu pronunciamento mais direto a respeito do tema permite perceber claramente sua dupla insatisfação.

1.1. As condições crença e justificação

No texto *Quiddities: an intermittently philosophical dictionary*, publicado em 1987, Quine elabora um vocabulário técnico, espécie de dicionário, que serve de roteiro para os principais conceitos que são utilizados na sua obra ou atinentes aos temas que lhe interessaram. No verbete *conhecimento* aponta os limites do modelo padrão e apresenta uma alternativa mais adequada para se trabalhar com o termo *conhecimento* no campo filosófico e científico. Devemos atentar que como verbete de dicionário a análise não é sistemática, mas permite circunscrever as razões pelas quais ele resiste a esse modo de abordar a problemática. Na verdade, essas razões se constituem nas teses centrais do pensamento quineano e serão desenvolvidas ao longo desse trabalho.

Quine analisa a forma canônica: crença verdadeira justificada, mas faz a ressalva de que a definição de conhecimento ali assumida não é suficiente e quem bem demonstrou isso foi Edmund Gettier, assim ele assume que as críticas de Gettier dirigidas a essa definição de conhecimento cria sérios empecilhos para ela. (Conf. QUINE, 1987, p. 108). O modelo padrão remete para uma série de dificuldades, algumas mais óbvias, tal como termos uma crença bem justificada, mas não ser verdadeira, conforme os contraexemplos de Gettier. Na análise padrão o que se assume como conhecimento é exemplificado por sentenças declarativas que são proferidas nas mais diferentes circunstâncias, e que podem ser representadas na fórmula: P sabe que S.⁴ Porém, tal esquema lógico exige uma delimitação ou clarificação que implica a

³ O modelo padrão de conhecimento foi submetido a uma eficiente crítica por E. Gettier em um artigo de 1963 intitulado “*Is justified true belief knowledge?*”. Nesse artigo, Gettier constrói dois exemplos que colocam em dúvida a justificação, a terceira exigência do modelo padrão, mostrando que podemos encontrar crenças que satisfazem o critério requerido, sem que isso seja suficiente para torná-la conhecimento. A partir dos dois exemplos apresentados por Gettier, solidificou-se uma maneira de enfrentar o modelo padrão: construção de contraexemplos. Quine explora o mesmo caminho no seu texto (Cf. GETTIER, 1963, p. 21ss). Os contraexemplos de Gettier ativam um amplo processo de revisão do modelo padrão, conforme testemunhado na epistemologia: “A sabedoria epistemológica popular corrente sustenta que, antes de 1963, uma visão sustentada quase universalmente era a de que conhecimento é crença verdadeira justificada. Edmund Gettier mostrou que crença verdadeira justificada não é suficiente para o conhecimento. Seguiu-se um turbilhão de análises de conhecimento, promovendo uma maior atenção ao componente da justificação” (FELDMAN, apud GRECO/SOSA, 2008, p. 276). Argumentaremos que com seu artigo *Dois dogmas do empirismo*, de 1953, Quine apresenta fortes razões para se repensar o que se entende como conhecimento. Sua crítica é mais ampla que a de Gettier, pois implica refundar toda a epistemologia.

⁴ Essa fórmula tem longa tradição na história do pensamento e é retomada por críticos do modelo padrão do conhecimento: “P sabe que S. Nessa expressão, ‘p’ ocupa o lugar do nome de uma pessoa; ‘S’, por sua

elucidação de *sabe*, que por sua vez exige o esclarecimento das noções de *crença* e *justificação*, assim essa delimitação remete-nos para uma argumentação circular que no limite nos prende ao modelo padrão do conhecimento.⁵

As críticas de Gettier dirigidas ao modelo padrão focam sobretudo a condição *justificação*; Quine enfatiza a pertinência das críticas de Gettier e, por sua vez, afirma que um indivíduo pode ter boas razões para acreditar em S e ainda assim sua crença ser falsa. (Conf. QUINE, 1987, p. 108). Uma crença verdadeira não é ainda conhecimento, pois pode estar fundamentada em razões vagas e imprecisas, meras conjecturas. As razões apresentadas para fundamentar uma crença, devem estar adequadamente ou precisamente relacionadas à condição de verdade, mas devemos distinguir justificação de verdade, pois podemos referir tanto uma quanto outra, de modo isolado, às sentenças: podemos ter uma crença justificada sem ser verdadeira e uma crença verdadeira sem ser justificada. Para contornar esse problema alguns autores vão acrescentar que a justificação seja relativa às razões adequadas para fundamentar crenças específicas, isto é, seja verdadeira de modo não accidental. Esse modelo utilizado para justificar crenças de modo causal exige os seguintes passos:

- a) Y precisa acreditar em X;
- b) X deve ser verdadeiro;
- c) Deve haver uma causa apropriada para a crença em X.

Esse é um debate entre os que trabalham com o modelo padrão que não interessa ser aqui desenvolvido. Importa, para a nossa argumentação, assinalar que o acreditar envolve uma dimensão psicológica. Quando um indivíduo *sabe* que P (P representando uma proposição, declaração ou sentença qualquer) deve antes *acreditar* que P. Utiliza-se o termo *crença* porque remete a uma disposição psicológica e não a

vez, está no lugar de uma sentença declarativa qualquer. A fórmula, a rigor, já era apreciada nos tempos clássicos da Grécia, com Carneades (c. 213-c. 128 a. C.) e Platão (427-347 a. C.). Foi retomada, nos anos 60 de nosso tempo, sobretudo em trabalhos de epistemólogos ingleses e norte-americanos, entre os quais K. Lehrer, R. Chisholm, E. Sosa, E. Gettier, para citar alguns nomes representativos” (HEGENBERG, 2001, p. 121).

⁵ Nessa resumida apresentação poderemos perceber como uma condição exige a outra: “‘P’ sabe que ‘S’ quando três condições estão simultaneamente satisfeitas: (1) S é uma sentença verdadeira; (2) P crê que S (acredita no que a sentença S afirma); (3) P tem razões não contestadas que justificam crer que S. Analisando as condições, nota-se que há três noções fundamentais a considerar: verdade, em (1); crença, em (2); e justificação, em (3). A primeira condição costuma ser encarada como um ponto “crítico” dessa caracterização do conhecimento, pois uma pessoa pode acreditar que S (dispondo, inclusive, de boas razões para isso), embora S seja falsa (HEGENBERG, 1999, p. 121).

um assentimento intelectual dado a uma realidade qualquer que almeje o *status* de conhecimento, isto é, a disposição de acolher uma determinada crença decorre muito mais de uma empatia do que de uma justificação, ainda que seja embrionária⁶.

Dessa forma, a crença em uma realidade P qualquer é muito mais uma disposição psicológica, uma tendência a concordar com P do que um assentimento racionalmente fundado. O fundamental na condição crença é que aquele que venha a conhecer P esteja, de alguma forma, antes relacionado psicologicamente com a realidade P e que o posterior conhecimento de P exige essa crença inicial em P. Porém, a crença em P e a posterior justificação de P não constituem ainda o conhecimento, pois uma crença P falsa, pode ser bem justificada e o indivíduo não ter qualquer responsabilidade pela sua falsidade, como bem demonstrou Gettier. Logo, se a crença é falsa, mesmo justificada, não instaura o conhecimento. Por essa razão, o modelo padrão de conhecimento se completará com a quarta condição: a verdade.

Porém, será muito importante distinguir esse aspecto psicológico da crença, no sentido de uma disposição ainda não racionalmente estabelecida, da opção, levada avante por Quine, de limitar a sua epistemologia à tarefa de descrever, por meio da psicologia empírica, o processo de aquisição de crenças. Atentemos que ele delegará a sua epistemologia a tarefa não de apresentar condições de justificação, já que compete ao programa de pesquisa descrever os mecanismos que conduzem ao conhecimento e não justificar ou desenvolver critérios normativos para o conhecimento; conseguirá ainda, por meio dessa escolha metodológica, afastar-se dos debates sobre critérios ou teorias da verdade, considerando que esse é um estudo semântico e não epistemológico; assim, restará à epistemologia ser um estudo da crença, mais especificamente das crenças racionalmente fundadas e que se pronunciem sobre o estado de coisas no mundo. Quine assumirá a descrição dos processos de aquisição de crenças como a tarefa epistêmica por excelência, delegando essa tarefa à psicologia, fazendo com que a

⁶ Esse crítico do uso do método natural na epistemologia caracteriza bem o aspecto psicológico relacionado ao modelo padrão: “Análises tradicionais e não-causais também incluíam conceitos psicológicos. Elas diziam que conhecimento é crença verdadeira justificada, e certamente o conceito de crença é um conceito igualmente psicológico, como podemos ver. Ademais, os tradicionalistas tipicamente disseram que o fato de uma crença ser ou não justificada dependia da evidência que a pessoa tinha. E, certamente, o conceito de ter evidência é mais um conceito psicológico. Além disso, os tradicionalistas muitas vezes disseram que para termos uma crença justificada ou conhecimento devemos basear nossa crença em evidência adequada. A relação de base também parece ser uma relação psicológica. Assim, os novos naturalistas e os antigos “não-naturalistas” fazem uso de conceitos psicológicos em suas análises” (FELDMAN, apud GRECO/SOSA, 2008, p. 277). Argumentaremos que o uso prático da psicologia feito por Quine é bem distinto dessa associação conceitual apontada pelo autor.

epistemologia seja um capítulo da psicologia, conforme já anunciamos. A psicologia é aqui identificada com o behaviorismo.⁷

Para levar avante essa tarefa fundamental na naturalização da epistemologia, Quine desenvolverá um esforço teórico para demonstrar como o material das nossas intuições, que assumimos inicialmente como crenças e, conseqüentemente, base para nossos conhecimentos informativos, está diretamente relacionado com esquemas linguísticos e que só no espaço de uma teoria do aprendizado linguístico e de uma naturalização da epistemologia, teremos uma resposta mínima sobre o que é conhecer.

Quine não dissociará a aquisição de um sistema linguístico de uma conseqüente adoção de um sistema de crenças com sua conseqüente ontologia, então se pretendermos justificar essas crenças como conhecimento, deveremos fazê-lo em função das evidências empíricas que lhes dão sustentação. As evidências empíricas também não podem ser dissociadas dos sistemas linguísticos e de crenças:

Para Quine, diferentemente de Carnap, a adoção de um sistema linguístico e a adoção de um sistema de crenças é indissociável: não se pode adotar um sistema de crenças sem adotar um sistema linguístico, caracterizado por regras. A escolha do sistema de crenças não é de todo convencional. Depende também das provas empíricas favoráveis a essas crenças. Entretanto, as provas empíricas e as regras linguísticas formam um tecido inextricável. De tal modo que as asserções estabelecendo a preferência por um esquema conceitual dependem tanto da utilidade do sistema linguístico como do apoio que lhes conferem as provas empíricas disponíveis (JACOB, 1980, p. 123).

Assim, a linguagem, as crenças e as evidências empíricas formam uma única rede, um sistema inter-relacionado no interior do qual as sentenças e teorias serão aferidas como verdadeiras ou falsas. Estamos acenando com as principais teses que serão utilizadas por Quine para construir uma alternativa viável ao modelo padrão. Elas

⁷ Essa breve descrição do behaviorismo permite compreender porque Quine recorre à sua metodologia para descrever o processo de aquisição da linguagem e a constituição do conhecimento científico: “O termo behaviorismo foi criado por J. B. Watson nos primeiros anos deste século, num ataque aos métodos introspectivos de exame do conteúdo mental; defendeu, pelo contrário, as medidas *objetivas* do estímulo (ou *input*) ao organismo e sua resposta (ou *output*). Isso levou a conceber o organismo animal ou humano, como Caixa Preta vazia. De acordo com a teoria tradicional da aprendizagem, existem duas maneiras, à parte os reflexos inatos, pelas quais podem ser formadas novas conexões E-R: condicionamento clássico e pelo condicionamento operante. Cumpre-nos apenas dizer aqui que o *condicionamento clássico* se refere ao modo como uma resposta já estabelecida passa a estar vinculada a um novo estímulo. A idéia básica de *condicionamento operante* é que qualquer resposta dada numa certa situação de estímulo, resposta essa seguida de reforço na forma de uma recompensa, tende a repetir-se na mesma situação de estímulo. Ao invés do condicionamento clássico, o condicionamento operante propicia o desenvolvimento de novos padrões de comportamento” (GREENE, 1976, p.36).

serão sistematicamente apresentadas quando analisarmos o processo de aprendizado da linguagem com suas implicações referenciais e ontológicas.

A adoção dessa perspectiva na qual um sistema de crenças não pode ser dissociado de um sistema linguístico nem da assunção de uma dada referência e ontologia, possibilitará pensar as relações entre conhecimento, crenças e realidade em relação ao conhecimento em geral e ao científico em particular, pois no plano do conhecimento científico a aceitação de uma ontologia decorre em princípio da aceitação de uma determinada teoria científica.

Essa descrição para a condição crença associada à aquisição de um quadro linguístico com suas regras, mas também outros pressupostos nos permitem uma representação racional e comunicativa sobre a realidade. Se tomarmos as ciências empíricas como exemplo de construção de uma representação racional da realidade e se considerarmos os seus pressupostos: a linguagem para apresentar seus conhecimentos, mais a exigência de que a descrição da realidade esteja respaldada por evidências empíricas, então estaremos assumindo um conjunto de crenças sobre a realidade que é exigida por esses pressupostos.

Quine afirmará ainda que as crenças constituem uma teia e a metáfora da *teia* é utilizada para explorar a interconexão entre crenças, sistemas linguísticos e ontologia, de tal forma que se poderá afirmar, por extensão, que mudar da teoria será o mesmo que mudar de crença e consequentemente de ontologia. As alegações que aceitamos atualmente podem ser justificadas ou simplesmente rejeitadas. Porém, algumas crenças são mais resistentes à rejeição que outras e isto depende da configuração da teia. Sua tese radicalmente holística de que uma proposição ou teoria sempre pode ser salva em função de ajustes que se faça no interior da teia, *aconteça o que acontecer*, pode ser sustentada porque as teorias são pensadas como redes.

As alegações que estão mais próximas do centro da teia e, portanto, muito mais articuladas com todo o restante da teia, serão mais resistentes à rejeição, pois pelo grau de articulações que estabelecem, rejeitá-las implica ativar uma cadeia de rejeição. Quanto mais modificações operarmos em uma teia de crenças, teremos mais dificuldades em mantermos um controle sobre o que de fato aceitamos. Para deter este possível efeito devastador no interior da teia de crenças, Quine estabelece a máxima da *minimização da mutilação*, porém ela só será realizável se a rede de crenças for estabelecida obedecendo outra máxima, a da *maximização da simplicidade* (Conf.

QUINE, 2003, p. 15). Essa compreensão de que as crenças estão associadas em rede, exige que se esclareça como operar modificações ou escolher quais teorias são as que mais correspondem ao estado de coisas.

Assim, argumenta-se que ante a necessidade de se escolher entre esquemas conceituais divergentes, o epistemólogo, seguindo as intuições e razoabilidade, adota o esquema conceitual mais conveniente e não aquele que melhor corresponde aos fatos. Quine pondera: “ora, Carnap sustentou que isso não é uma questão fatural, mas de escolha de uma forma linguística conveniente, um esquema ou estrutura conceitual conveniente para a ciência” (QUINE, 1975h, p. 254), e concorda com essa afirmação de Carnap, desde que ela seja projetada para o todo da ciência, pois afirma que “posso concordar com isso, com a condição de que o mesmo seja concebido no que diz respeito às hipóteses científicas em geral” (QUINE, 1975h, p. 254). Portanto, são adotadas as crenças e as ontologias mais convenientes em todos os planos do conhecimento, até mesmo no científico. O pragmatismo aqui esboçado será uma das escolhas teóricas que permitirá desenvolver uma descrição do conhecimento com a firme pretensão de contornar o fundacionalismo e o normativismo.

Portanto, o modelo padrão de conhecimento será enfrentado diretamente quando Quine problematiza as três condições que lhes são constituintes, mas também o desgasta de forma indireta, mas incisiva, quando desenvolve o conjunto de teses que visa à naturalização da epistemologia. Uma nova epistemologia destituída de pretensões fundacionalistas e normativas, que coincida com a descrição do processo de aquisição de crenças capitaneado pela psicologia.

Por fim, sua crítica dirigida à análise padrão do conhecimento decorre ainda da associação dela com as duas disciplinas que serão severamente criticadas por ele em diferentes estágios do seu pensamento: Epistemologia e Teoria do conhecimento (Conf. QUINE, 1987, p. 110). Essas disciplinas, na sua interpretação, assumem um caráter fundacionalista ou normativista: a Epistemologia pretendendo se constituir como filosofia primeira e como consequência oferecendo suporte seguro para a fundação das ciências empíricas; a Teoria do Conhecimento definindo conceitualmente o conhecimento e procurando aplicar de modo normativo essa definição a diferentes áreas do saber.

A alternativa epistemológica proposta por Quine busca contornar a necessidade de apresentar uma justificação para o conhecimento e assim afastar qualquer normatividade, pois há uma explícita recusa em aceitar uma hierarquia epistemológica, de modo que uma instância do saber possa estabelecer critérios de avaliação construídos a partir de outro recorte teórico. Para uma melhor compreensão desse aspecto do seu pensamento é importante apresentar essa associação indicada por ele entre a Epistemologia e Teoria do Conhecimento com o fundacionalismo e o normativismo.

1.2. O fundacionalismo

A obra de Descartes, introduzindo exigências elevadas para radicar o conhecimento em terreno seguro, se constitui num momento inaugural para a epistemologia fundacionalista e é bem compreendida em suas pretensões por meio das questões que procurou solucionar:

O fundacionalismo de Descartes oferece uma teoria unificada que responde simultaneamente a três questões centrais na epistemologia:

1. O que é conhecimento?
 2. Como é possível o conhecimento?
 3. O que devemos fazer para alcançar o conhecimento?
- (KORNBLITH apud GRECO/SOSA, 2008, p. 255).

Descartes busca identificar a constituição de uma realidade indubitável, radicada no sujeito, para na sequência poder afirmar a possibilidade do que pode ser conhecido. Dessa forma, ele elabora uma teoria sobre a cognição que implica estabelecer racionalmente e *a priori* esse ponto indubitável para fundar e fundamentar o que realmente podemos conhecer, isto é, encontrar um primeiro conhecimento seguro e que seja ao mesmo tempo modelo para todo o conhecimento posterior, “na visão de Descartes, a epistemologia é ‘a primeira filosofia’; nossa teoria do conhecimento logicamente é anterior a qualquer conhecimento empírico” (KORNBLITH apud GRECO/SOSA, 2008, p. 256), respondendo ainda como isso é possível e apontando normativamente o método para se alcançar o conhecimento.

As três questões diretamente associadas ao pensamento de Descartes exigem o fundacionalismo em relação à crença inaugural *a priori* e o normativismo quanto ao método para se derivar o conhecimento *a posteriori*.⁸ Nessa compreensão da função da

⁸ As teorias fundacionalistas não permanecem presas a esse modelo cartesiano, mas mantém a característica fundamental de afirmar um ponto indubitável: “Há três partes para uma teoria fundacionalista mais completa. Em primeiro lugar, ela identifica o conjunto de proposições que devemos tomar como fundacionais ou básicas. Historicamente, os candidatos mais proeminentes têm sido os

filosofia já está presente a contraposição entre conhecimento *a priori* e a ciência empírica, “de acordo com Descartes, não devemos confiar em nenhuma de nossas crenças pré-teóricas, pois temos razão para acreditar que qualquer uma delas possa ser falsa” (KORNBLITH apud GRECO/SOSA, 2008, p. 256). Se for preciso antes assegurar-se teoricamente que um conhecimento verdadeiro é possível, para depois pronunciar-se sobre os conhecimentos empíricos, então “a epistemologia, portanto, deve preceder a ciência, e certamente preceder qualquer crença empírica. Nenhuma crença empírica pode ser racionalmente formada sem que primeiro tenhamos uma teoria epistemológica para direcionar nossa formação de crenças” (KORNBLITH apud GRECO/SOSA, 2008, p. 256). Portanto, essa leitura do pensamento cartesiano o responsabiliza pela presença do tema fundacionalista na epistemologia moderna e contemporânea.

A análise crítica apresentada por Rorty⁹ argumenta que parte considerável da filosofia analítica, que ele chama de filosofia *impura* da linguagem, levou avante esse projeto fundacionalista associado à filosofia moderna. Para ele, a persistência do tema fundacionalista tem fôlego e se insinua nos mais diferentes programas de pesquisa, mas é a filosofia analítica que é analisada de modo mais demorado, pois é a tradição na qual ele é formado e uma das mais influentes tradições na filosofia americana. Quine é um autor fundamental na análise desenvolvida por Rorty, tanto por oferecer categorias para suas análises, quanto nos aspectos criticados. Rorty interpreta que essa persistência do fundacionalismo na epistemologia moderna decorre de fontes epistemológicas com

relatos de sensações (p. ex. “estou com dor”), relatos de experiências sensoriais (p. ex. “tenho *impressão* de ver uma máquina azul de escrever aqui”), asserções analíticas, e/ou a alegação cartesiana “eu penso”. Em segundo lugar, ela também define que tipo de auto-evidência (probabilidade intrínseca, justificação não-inferencial, ou o que for) é possuída pelas proposições fundacionais. Em terceiro lugar, ela descreve como proposições não básicas são justificadas com relação às proposições básicas. Como esse processo é normalmente pensado como inferencial, a segunda parte de uma teoria fundacionalista é, na maioria das vezes, uma teoria da dedução ou uma teoria da indução ou ambas” (KIRKHAM, 2003, p. 299 – 200).

⁹ Em obra fundamental pelas críticas que apresenta à filosofia moderna em geral e à filosofia analítica em particular, Rorty descreve as razões da persistência do tema fundacionalista: “Um dos grandes impulsos de *Filosofia e o espelho da natureza* foi o de desacreditar o representacionalismo, primeiro mostrando de que modo funcionou como uma pressuposição injustificada em filósofos clássicos modernos como Descartes, Locke e Kant e, em segundo lugar, mostrando como filósofos analíticos tais como Wilfrid Sellars e Quine revelaram a incoerência das pressuposições representacionalistas na filosofia contemporânea. Visto que, na visão de Rorty, o representacionalismo define o projeto epistemológico da filosofia moderna, o seu malogro exige que abandonemos esse projeto e, com ele, as pretensões tradicionais de um papel cognitivo privilegiado para a filosofia. Rorty não vê sentido em procurar uma base não-representacionalista para a justificação ou a verdade das nossas pretensões de conhecimento. É suficiente aceitar como crenças justificadas aquelas em relação às quais nossa comunidade epistêmica concorda, e usar “verdadeiro” como um termo honorífico para crenças que vemos serem ‘Justificadas até o fim’” (GUTTING, G. apud AUDI, p. 820).

pretensões fundacionalistas. A fonte que inspira esse fazer filosófico, na leitura de Rorty, é a filosofia kantiana.¹⁰

Segundo essa interpretação, parte da filosofia analítica não rompe com essa preocupação essencial de se buscar um terreno firme para fundar e fundamentar o conhecimento, projeto da filosofia moderna, só que agora perseguido no campo da análise linguística, programa da filosofia impura da linguagem. Nela persiste a esperança de construção de uma linguagem universal que seria a medida de toda significação, pois compreende que “a linguagem diferentemente da síntese transcendental, parecia um campo adequadamente “natural” de inquirição – mas, diferentemente da psicologia introspectiva, a análise linguística parecia oferecer a promessa de uma verdade *a priori*” (RORTY, 1994, p. 258). Dessa forma, Rorty acentua o desenvolvimento de um programa fundacionalista no âmbito da filosofia de análise linguística, pois a mesma leva avante o programa dese constituir o conhecimento sobre um terreno indubitável. Temos assim elaborada uma teoria do conhecimento ou uma análise da linguagem que busca de diferentes maneiras realizar o mesmo programa fundacionalista.

A epistemologia do Empirismo lógico, sistematicamente contestada por Quine, é baseada em uma teoria semântica que acolhe o dualismo analítico-sintético e assume uma clara perspectiva fundacionalista ao procurar estabelecer verdades analíticas determinadas tão somente em função dos componentes linguísticos dos enunciados, sem qualquer comprovação empírica, porém “a alternativa naturalizada a esta abordagem é conectar a epistemologia às ciências empíricas. Em vez de preceder ou garantir as ciências, a epistemologia é concebida para abordar questões que em si mesmas estão abertas à investigação empírica” (GRECO apud GRECO/SOSA, 2008, p. 33). Quine elabora uma sólida crítica à semântica que aceita o dualismo analítico-sintético e à epistemologia como projeto fundacionalista, “a busca da certeza cartesiana havia sido a motivação remota da epistemologia; no entanto essa busca se revelou causa perdida” (QUINE, 1975c, p. 166). Fundamentar a ausência de demarcação entre analítico e sintético e apresentar as bases para uma naturalização da epistemologia constituem o essencial da resposta desenvolvida por Quine.

¹⁰ Rorty caracteriza a filosofia “impura” da linguagem como continuidade do programa fundacionalista da filosofia moderna: “A segunda fonte para a filosofia da linguagem contemporânea é explicitamente epistemológica. A fonte dessa filosofia “impura” da linguagem é a tentativa de reter a imagem da filosofia de Kant como proporcionando uma estrutura a-histórica permanente para inquirição, na forma de uma teoria do conhecimento” (RORTY, 1994, p. 258).

1.3. Saber como e saber que

Ainda no texto *Quiddities* Quine aponta outras dificuldades mais sutis relacionadas ao modelo padrão, implicando a indeterminação de fronteiras entre o que conta ou não como conhecimento e, além do mais, envolve a noção de certeza que também padece de sérias dificuldades para ser estabelecida. Enfatizando essas dificuldades decorrentes do modelo padrão, aponta-se então como o termo *conhecimento* permanece vago, impreciso, e julga-se não ser adequado trabalhar com ele no terreno científico. Após apontar essas dificuldades, ele propõe explorar as noções de *saber como* e *saber que*, pois elas permitem uma descrição pragmática do conhecimento e não exigem uma definição. Analisando algumas ocorrências de *saber como* e *saber que*, exemplificados com saber nadar ou saber andar de bicicleta, ele conclui que são noções intercambiáveis, pois *saber que* nado é *saber como* nadar, *saber que* pedalar é *saber como* pedalar. Além do mais, em muitas ocorrências e mesmo em diferentes línguas, como no francês, *poder fazer (on peut faire)* e *saber fazer (on sait faire)* indicam como *saber* e *poder* suportam a mesma palavra. Quine irá explorar este caminho de modo a poder descrever pragmaticamente o conhecimento científico como o mais adequado, sem ter de justificar o porquê desta escolha com conceitos de outra área de conhecimento que não os da própria ciência¹¹ (Conf. QUINE, 1987, p. 110).

Assumindo esses pressupostos, ele desenvolve uma estratégia para trabalhar com a noção de conhecimento sem ter que apresentar uma definição conceitual. Ele fará uso do mesmo procedimento metodológico que utiliza com sucesso para se desfazer da noção de significado, um produto da semântica intensionalista. A abordagem extensionalista capacita-nos a identificar sistemas teóricos como *saber* ou mesmo *conhecer*, sem precisar definir essencialmente o conhecimento, operação geradora de

¹¹ Devemos ressaltar que há uma reação ao modo como os naturalistas procuram responder àquelas questões anteriormente apresentadas, e que dão configuração à epistemologia: “Muitos que se opõem ao naturalismo acreditam que a maneira apropriada de investigar a primeira das nossas questões é por meio da análise conceitual. A questão sobre o que é o conhecimento, dizem eles, não é uma questão sobre as características do fenômeno no mundo, mas sim uma questão sobre o nosso conceito de conhecimento, que nos permite reconhecer que certas coisas são, e outras não são, instâncias do conceito. De forma similar, os oponentes do naturalismo argumentam que a segunda questão, sobre a possibilidade do conhecimento, é mal compreendida pelos naturalistas. Esta é uma questão sobre a maneira como responder ao ceticismo, uma questão que necessita de uma reconstrução lógica do conhecimento; não é, como afirmam os naturalistas, uma questão sobre os diversos mecanismos que tornam o conhecimento nomologicamente possível. Finalmente, dizem, que a terceira questão também é mal interpretada pelos naturalistas. Ao mesmo tempo em que existem questões empíricas legítimas sobre a melhor maneira de treinar os indivíduos para que eles sejam capazes de superar suas deficiências cognitivas, a questão distintamente filosófica aqui é bem diferente” (KORNBLITH apud GRECO/SOSA, 2008, p.266- 267).

problemas. Desse modo, sem apresentar qualquer definição para o termo *conhecimento*, assume por razões pragmáticas as expressões *saber que* e *saber como*, defende uma equivalência entre ambas e afirma que elas podem ser tomadas como uma variação de *poder fazer*, isto é, *saber como é saber que pode*. Esse procedimento é compatível com o propósito pragmático de desenvolver mecanismos teóricos que permitam construir a descrição mais adequada do conhecimento (Conf. QUINE, 1987, p. 110). Há realidades que se colocam no escopo da variável quantificacional *algo*, essas realidades podem ser identificadas como saber ou conhecimento científico. *Sabemos como* operar com suas associações conceituais, manipular as aproximações da realidade em função de explicações e previsões. Portanto, *sabemos que* a ciência é um conhecimento, pois *sabemos como* operar com os seus conceitos. Isso afasta qualquer resíduo fundacionalista ou essencialista. O procedimento mais radical seria eliminar o termo *conhecimento*, por conta de seus compromissos com a semântica intensionalista.

Além do mais, com a impossibilidade da distinção analítico-sintético, argumentada por Quine no seu artigo *Dois dogmas do empirismo*, que será aqui analisado, não teremos como construir qualquer teoria analítica que permita uma definição *a priori* do que é o conhecimento. Se definirmos ao modo da análise padrão: conhecimento é crença verdadeira justificada, podemos imaginar que os conceitos de conhecimento e crença são intercambiáveis, pois uma vez estabelecido o conhecimento, podemos propor o intercambio: conhecimento é crença verdadeira justificada (c) ou conhecimento é conhecimento (cc). Se admitirmos que a primeira sentença (c) é informativa e a segunda (cc) não, então estaríamos autorizados a afirmar que as duas sentenças não recobrem a mesma realidade, não dizem a mesma coisa.

Na análise quineana, essa dificuldade decorre das próprias pressuposições do modelo padrão: aceitar que é possível construir uma definição adequada para conhecimento de modo analítico. Para contornar essa dificuldade, ele postula uma solução extensional para o problema, pois considera que articular um conjunto de significados intensionais de modo que venham a constituir um sistema teórico e tomá-lo como base de justificação para determinadas crenças, não é um procedimento adequado, pelo menos quando o propósito é “retratar a estrutura da realidade” (QUINE, 2010, p. 278). As noções associadas à semântica intensionalista não têm um correspondente comportamental, portanto não são adequadas para os propósitos de uma descrição observacional e científica. Assim, a noção de conhecimento no pensamento de Quine

não pode ser associada a significados como entidades ou proposições, simplesmente porque são noções que serão afastadas pela semântica extensionalista. A argumentação desenvolvida por Quine a favor dessa tese será apresentada no capítulo terceiro do nosso trabalho.

A opção por abordar o problema do conhecimento a partir das expressões linguísticas *saber que* e *saber como* e aplicá-las pragmaticamente à ciência é na realidade uma consequência de suas escolhas metodológicas que implicam a aquisição da linguagem ordinária, evidência empírica e a própria metodologia da ciência. Quine exemplifica e ao mesmo tempo sintetiza essas escolhas na metáfora do barco já utilizada por Neurath:

Neurath comparou a ciência com um barco que, se fôssemos reconstruí-lo teríamos que reconstruir tábua por tábua ainda em alto mar. O filósofo e o cientista estão no mesmo barco. Se aperfeiçoarmos nossa compreensão da fala ordinária das coisas físicas, não será reduzindo tal fala a um idioma mais familiar; não há nenhum. Será por meio do esclarecimento das conexões, causais ou outras, entre a fala ordinária das coisas físicas e variadas questões adicionais que, por sua vez, compreendemos com a ajuda da fala ordinária sobre as coisas físicas (QUINE, 2010, p. 23).

Afastando-se do propósito de se construir uma linguagem pura para a ciência, projeto do empirismo lógico, já que tal esforço não pode se desfazer nem da linguagem ordinária, nem dos conhecimentos parciais disponíveis, “não há tal exílio cósmico” (QUINE, 2010, p. 343), resta tomar o barco da linguagem ordinária e do conhecimento científico no meio da viagem, e extrair deles todas as consequências possíveis para uma descrição empírica das crenças e por extensão do conhecimento, pois “o filósofo não pode estudar nem rever o esquema conceitual fundamental da ciência e do senso comum sem ter algum esquema conceitual, seja o mesmo ou outro, que não carecerá menos de escrutínio filosófico, no qual possa trabalhar” (QUINE, 2010, p. 343). Opta-se por partir do estágio no qual encontramos o que aceitamos como *saber*, nesse contexto, o saber científico, sem ter que antes definir ou justificar qualquer saber a partir de algum modelo *a priori*, pois “o engano ocorre somente quando se procura um subfundamento implícito da conceitualização, ou da linguagem” (QUINE, 2010, p. 23). Como uma consequência dessas teses que defende, Quine irá propor a naturalização da epistemologia.

Esse é o lado afirmativo de sua abordagem sobre o conhecimento: a naturalização da epistemologia. Quine julga que ela permite afastar-se das duas implicações associadas ao modelo padrão: o fundacionalismo e o normativismo. Por um lado, ao assumir a metodologia da ciência empírica como o melhor caminho para descrever o conhecimento, retira da filosofia a pretensão de justificar logicamente a ciência e, por conseguinte julgá-la, colocando-se em um fictício ponto de vista externo e neutro que possibilitasse a fundação e o julgamento, pois “é melhor descobrir com de fato a ciência se desenvolve e é apreendida, do que fabricar uma estrutura fictícia para efeitos similares” (QUINE, 1975c, p. 168); por outro lado, a ciência não é apresentada como o modelo ideal de conhecimento, mas pragmaticamente assumida no estágio em que se encontra: suscetível a aperfeiçoamento, superação ou mesmo abandono de suas explicações sobre o mundo. Para evitar as previsíveis acusações de que sua postura a respeito do conhecimento acusa um ceticismo¹² ou um relativismo estéril do ponto de vista da descrição e do aprimoramento do próprio conhecimento, Quine esclarece sua opção teórica:

A consideração salvadora é a de que nós continuamos levando a sério nosso próprio agregado particular de ciência, nossa própria teoria de mundo particular ou a frouxa trama total de quase teorias, seja o que ela for. Ao contrário de Descartes, nós possuímos e usamos as nossas crenças do momento, mesmo em meio ao filosofar, até que, por meio do que é vagamente chamado de método científico, nós mudamos aqui e acolá para melhor. Dentro de nossa própria doutrina total em evolução, nós podemos julgar a verdade tão seriamente e absolutamente quanto possível; sujeitos à correção, porém isso é evidente (QUINE, 2010, p. 49).

Essa perspectiva teórica se constitui na questão crucial para Quine a respeito do conhecimento: Já que o projeto fundacionalista, aqui associado a Descartes, é falido na sua busca por justificar logicamente a ciência, e como a ciência não é postulado como modelo ideal e acabado, isto é, normativo para o conhecimento, resta como programa de

¹² Neste sentido podemos conferir as afirmações de Landesman no seu interessante estudo sobre o ceticismo, conforme Landesman, que toma Quine como um cético, seu ceticismo não paralisaria o conhecimento, pois seria realista, postularia só destacar o caráter circular na fundamentação do conhecimento científico: “Embora nossas teorias sejam construídas por nós a fim de prever e controlar o futuro, as entidades com que nossas teorias nos comprometem não são construídas por nós. Se nossas teorias são verdadeiras, essas entidades realmente existem. O ceticismo de Quine não é uma negação do realismo; ele é apenas um reconhecimento do fato de que, em nossa condição humana, não existe uma maneira não circular de provar a confiabilidade dos métodos da ciência” (LANDESMAN, 2006, p. 289.). Argumentaremos que naturalização da epistemologia proposta por Quine não consiste num realismo nos moldes clássicos, pois as entidades e a verdade postuladas por cada teoria são imanentes a elas. Não há uma verdade ideal transcendente para onde as teorias se encaminham; o problema da circularidade só faz sentido nas teorias fundacionalistas.

pesquisa descrever como a ciência é possível. Para tal, Quine desenvolve uma investigação sobre como funciona a cognição humana e utiliza a metodologia da psicologia empírica nessa investigação. Portanto, a ciência será ao mesmo tempo instrumento de análise e objeto a ser analisado. Muitas das objeções à sua epistemologia naturalizada focam justamente esta “confusão” ou não separação entre instrumento e objeto de análise.

Quine terá que responder a estas objeções e o fará como veremos no desenvolvimento do nosso trabalho. Ao argumentar que a preferência dada ao conhecimento científico decorre de que ele pretende se estabelecer a partir de evidências empíricas, permite que outra questão imediatamente se insinue: a exigência de evidência empírica como suporte para as teorias não constitui uma postura normativa, justamente o que se pretende evitar? É importante ainda atentar para a tarefa delegada por Quine a psicologia, pois ela pode ser interpretada como um retorno ao fundacionalismo com a psicologia ocupando o lugar da epistemologia.

Uma vez afastando a exigência de que a filosofia tenha uma metodologia diferente da metodologia científica, cujo conhecimento postula analisar, Quine argumenta que linguagem, mundo e mente são realidades naturais, e constituem os interesses tanto da filosofia quanto da ciência, assim, devem trabalhar com metodologias semelhantes, “eu filósofo a partir de uma posição de vantagem representada somente por nosso próprio esquema conceitual provincial e nossa época científica, é verdade; mas não conheço nenhuma melhor” (QUINE, 1975a, p. 137). Além do mais, com o fim da distinção analítico-sintético, não há mais espaço teórico para se conceber a epistemologia como filosofia primeira, resta então naturalizar a epistemologia e postular por razões pragmáticas a ciência descrevendo a constituição da própria ciência. Porém, há ainda outra condição que precisa ser problematizada pela análise quineana: a verdade.

1.4. A condição verdade

Como decorrência interna do modelo padrão a verdade é tomada como um propósito para o conhecimento e é o que se deseja atingir com a justificação, conforme atesta Williams:

A característica essencial da justificação epistêmica é o fato de ela ser *condutora de verdade*. Justificar uma crença é conectá-la com alguma

característica que aumente sua probabilidade de ser verdadeira. Uma explicação sobre a justificação que não considere esse aspecto absolutamente fundamental, portanto ou não é de forma alguma uma explicação da justificação epistêmica ou é uma explicação que considera puramente dialética a justificação epistêmica (WILLIAMS apud GRECO/SOSA, 2008, p. 99).

Essa relação entre justificação e verdade decorre da associação entre conhecimento e representação, pois se espera que a representação estabeleça uma forte correspondência entre o representante e o representado.¹³ Essa perspectiva precisa enfrentar uma primeira questão que é de natureza epistemológica: instrumentos mais precisos informam outros dados, captam mais detalhes, são mais precisos na percepção que possibilitam, isto é, permitem a construção de uma evidência que acaba sendo mais evidente que a anterior, exigindo uma correção contínua. Somos então instados a perguntar: como é possível que nossas representações, mesmos parciais, consigam ser informativas sobre os fenômenos? Há ainda uma segunda questão de ordem ontológica: Há sempre uma suspeita de que perdemos contato com a realidade fenomenal real quando a representamos. Tal suspeita precisa ser esclarecida. Quine não fará da verdade o propósito de sua epistemologia naturalizada, mas não se afastará do realismo em decorrência de suas teses sobre a linguagem e a ontologia. A verdade, como questão semântica, será tematizada por Quine quando refinar o modelo proposto por Tarski, com seu conceito de ascensão semântica, e com suas particulares teses sobre a linguagem e o mundo.

Porém, não encontramos no pensamento de Quine uma simples redescrição de problemas filosóficos tradicionais do ponto de vista de sua filosofia da linguagem, apontando para cada problema ontológico um correspondente filosófico-linguístico. A originalidade da abordagem quineana consiste em afirmar que na mesma proporção em que se modifica a compreensão de linguagem, modifica-se também a compreensão de mundo. O mundo não é assumido enquanto estrutura em si que se apresenta para ser conhecido, indiferentes às linguagens que procuram acessá-lo. E postulada uma

¹³ Da associação entre conhecimento e representação decorrem alguns problemas que envolvem o realismo, esse assumindo diferentes facetas, porém todos visando algum tipo de objetividade: “Ao buscar crenças representativas de ‘como as coisas realmente são’, perseguiamos um tipo de objetividade e, portanto, caminhamos num solo filosófico controverso. Particularmente, provocamos controvérsias sobre o realismo acerca do que nossas crenças representam. O realismo aparece de várias maneiras; pode ser útil, então, fazermos algumas distinções. O realismo *mínimo* afirma que algo existe objetivamente, ou seja, independentemente de ser concebido. O realismo *comum* propõe que as ocorrências da maioria dos tipos psicológicos e físicos (especificado pelo uso comum da linguagem) existem objetivamente. O realismo *científico* sustenta que as ocorrências da maioria dos tipos científicos existem objetivamente” (MOSER, apud GRECO/SOSA, 2008, p. 118).

determinação estrutural recíproca e esta é que faculta a clareza lógica: só um sistema teórico como um todo pode referir-se com clareza ao mundo como parte. Dessa forma, mundo, ontologia, referência, são sempre tomados como parte, pois só são acessíveis para nós por meio das específicas estruturas lógico-linguísticas que manipulamos. Nessa acepção a verdade de um enunciado ou de uma teoria depende da significatividade decorrente dos próprios componentes linguísticos e do mundo que lhes é correspondente. Isso, porém, não é independente do modo como essas duas realidades, linguagem e mundo, são explicadas:

Para Quine, a compreensão de uma linguagem não se efetua por composição, porém globalmente, graças às estimulações sensoriais, que permitem determinar as condições de verdade das sentenças. A decisão acerca do valor de verdade é, para Quine, uma condição de compreensão das sentenças que não é um processo intensional e composicional. É um processo extensional e causal: é o próprio meio que diz ao locutor se sua sentença é verdadeira ou falsa (JACOB, 1980, p. 127).

Na teoria de Quine a dupla investigação que recobre essas duas áreas de interesse – ontologia e lógica – não poderão ser conduzidas uma independente da outra. Não podemos separar uma compreensão do mundo de um particular aprendizado da linguagem e vice versa.

Conforme já vimos, no âmbito do modelo padrão só teremos conhecimento quando tivermos crença verdadeira justificada, porém devemos estar equipados para fundamentar o que conta como justificação, isto é, explicar as exigências que tornam possível o conhecimento, e espera-se que isto seja feito de modo *a priori*. Tal fundamentação deve decorrer de suas causas, antes que dos argumentos a seu favor. Essas associações e exigências são decorrências do modelo de linguagem platônico-aristotélico que fez do discurso predicativo, proposicional, a base da verdade. O objeto representado na proposição causa a verdade da proposição. Quine irá trabalhar com uma compreensão de linguagem que afastar a noção de proposição; explora uma versão da ontologia que anula o ideal de objetividade, assim sua explicação para o conhecimento não decorre de nenhuma relação privilegiada das palavras com os objetos, mas do uso social da linguagem. Essa particular descrição da linguagem no seu uso social contorna a exigência de representação, sobretudo de representação verdadeira.

Recepcionando a fórmula *P sabe que S* no âmbito de um programa falibilista, que enfatiza a possibilidade de se revisar e aprimorar o conhecimento, de modo que

sentenças acolhidas inicialmente como verdadeiras possam sempre ser revisadas, contorna-se o caráter problemático da condição verdade. Recorrendo ainda à tese da imanência da ontologia, decorrente da inescrutabilidade da referência, o espinhoso tema da verdade é abordado fora do ideal de representação, portanto não se exigindo mais uma correspondência entre duas realidades autônomas, uma externa a outra.

A inescrutabilidade da referência, exemplificada por meio do experimento filosófico da tradução radical e da descrição do aprendizado infantil da linguagem, coloca o mundo a reboque das linguagens que operamos, isto é, cada linguagem ou teoria tem sua consequente ontologia. Sujeito e objeto, ou em termos mais empíricos, *mente gentílica* e *indicações exteriormente observáveis*, não são escrutáveis externamente, mas somente uma em relação à outra no processo de aquisição social da linguagem. Metodologicamente Quine elegerá a descrição do aprendizado da linguagem para fornecer base empírica para suas teses e ao mesmo tempo como porta de entrada para elas. Analisando o pensamento de Quine, Nascimento aponta as razões pelas quais a compreensão da linguagem assume tanta importância na sua argumentação:

O exame da linguagem revela-se fundamental para todos os nossos propósitos. É afinal por via da linguagem que nos comunicamos e interagimos com outros indivíduos; é por via dela, consequentemente, que adquirimos nossos primeiros conhecimentos, nossos primeiros rudimentos de teorias, científicas ou não. Em resumo, a linguagem é nossa porta de entrada necessária no universo da comunicação, cultura e saber (NASCIMENTO, 2008, p. 47).

Quine compreende que cada linguagem com seus particulares padrões de individuação e objetificação é a porta de acesso para uma teoria do mundo que tenha fundamentação empírica e possa ser sistematizada, “deste modo, uma reflexão consistente sobre a linguagem constitui-se quase como pré-requisito básico para que possamos almejar a construir ou possuir uma visão mais ampla e sistemática do mundo” (NASCIMENTO, 2008, p. 47). A escolha da linguagem como a realidade que permite abordar os problemas epistemológicos é imperativa para o tipo de abordagem que ele desenvolve. Porém, antes de construir sua versão do aprendizado linguístico, ele precisa radicar o seu programa de pesquisa no campo do empirismo, porém um empirismo holista e totalmente integrado no naturalismo. Pois esses são os dois aprimoramentos teóricos que permitirão renovar a imagem da epistemologia.

Todos os procedimentos metodológicos desenvolvidos por Quine permitem afastar-se do modelo padrão: crença, verdadeira justificada e ao mesmo tempo propor uma descrição do conhecimento que coincide com sua epistemologia naturalizada. Na realização desse propósito dois procedimentos são fundamentais: uma sistemática crítica da noção de significado como entidade e uma consistente descrição do aprendizado da linguagem efetuada em função do comportamento observável. Assim, a crítica aos dois dogmas do empirismo retira a base semântica da epistemologia do empirismo lógico; a descrição naturalista da linguagem apresenta as bases empíricas para as teses que conduzem a naturalização da epistemologia. Acompanhemos esse duplo movimento no pensamento de Quine.

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE CRÍTICA E RENOVAÇÃO DO EMPIRISMO

Herdeiro da revolução lógica iniciada com Frege e que assume aspectos epistemológicos nas pesquisas desenvolvidas no Círculo de Viena, o pensamento de Quine é imediatamente situado no campo da análise da linguagem e na procura de evidências empíricas para o conhecimento. É importante destacar o aspecto do sistema lógico fregeano relacionado à especificidade de análise no que diz respeito ao conhecimento, aos significados e à realidade, pois essa característica será retomada no pensamento de Quine, como veremos.

O sistema lógico fregeano propõe uma análise lógica que distingue argumento de função, isto é, objeto de conceito, pois “importa mostrar que o argumento não é parte da função, mas compõe, juntamente com a função, um todo completo; pois a função, por si só, deve ser denominada de incompleta, necessitada de complementação ou saturação” (FREGE, 1978, p. 38). Tal distinção permite compreender o que são os objetos e os conceitos postulados por Frege, mesmo que aponte a dificuldade lógica na definição desse termo, ele afirma que “aqui só se pode dizer sucintamente: um objeto é tudo que não é uma função, de modo que uma expressão dele não contém lugar vazio” (FREGE, 1978, p. 47), isto é, um objeto não pode ser predicativo, pois esta será justamente a função e a definição de conceito, “o conceito- tal como entendo esta palavra – é predicativo” (FREGE, 1978, p. 90). A consequência mais importante desses pares de distinção é que permite circunscrever o plano da lógica e da ontologia.¹⁴ O nível da expressão denota o nível de conteúdo, mas são sempre distintos. Enquanto expressão linguística, ao utilizarmos um termo singular, teremos na correspondência,

¹⁴ Frege desenvolve a sua argumentação explorando as noções lógicas de identidade e cópula para firmar a sua noção de ‘cair sob um conceito’, tal percepção permite clarificar os planos de análise: “Não se pode, de uma coisa, dizer que é Alexandre Magno, ou que é o número quatro, ou que é o planeta Vênus, como se diz que uma coisa é verde ou que é um mamífero? Se se pensa assim, não se distinguem os diversos modos de se usar a palavra “é”. Nos dois últimos exemplos, ela serve de cópula, como um mero sinal verbal (*formwort*) da predicação. Enquanto tal, ela pode, às vezes, ser representada pelo simples sufixo pessoal do verbo. Compara-se, por exemplo, “esta folha é verde” com “esta folha verdeja”. Aqui estamos dizendo que algo cai sob um conceito e que o predicado gramatical se refere a este conceito. Nos três primeiros exemplos, pelo contrário, o “é” tem a função de sinal aritmético de igualdade; ele exprime uma identidade. Na sentença “a Estrela Matutina é Vênus”, temos dois nomes próprios. “Estrela Matutina” e “Vênus”, para o mesmo objeto. Na sentença “a Estrela Matutina é um planeta”, temos um nome próprio: “a Estrela Matutina”, e um termo conceitual: “um planeta”. Linguisticamente, nada mais ocorreu do que “Vênus” ter sido substituído por “um planeta”; mas conteudisticamente, a relação tornou-se completamente distinta. Uma identidade é reversível; mas o cair um objeto sob um conceito não é uma relação reversível” (FREGE, 1978, p. 91).

como conteúdo, um objeto. Se a expressão linguística emprega um termo conceitual, no nível dos conteúdos teremos um conceito, as propriedades e relações.

Essa especificidade de objetos correspondendo à expressões linguísticas, implica uma especialização da análise: *semântica*, *epistemológica* e *ontológica*, e encontra ressonância no Círculo de Viena e no empirismo ali praticado. Há um propósito patente no chamado princípio de verificação, “pretendia-se que ele fosse um martelo crítico vigoroso para eliminar a metafísica, demolir a pseudociência e transformar a ética” (HACKING, 1999, p. 98). No famoso princípio adotado pelo empirismo lógico, encontramos aglutinados os três níveis de análise já presentes na análise lógica fregeana, pois ao propor a eliminação da metafísica que se apresentava como uma espécie de ciência e traçar uma fronteira nítida entre ciência e pseudociência, temos claramente uma crítica feita em função da assunção de uma tríplice tese: epistemológica-semântica-ontológica.

O empirismo lógico desenvolve, no campo semântico, uma teoria do significado construída em torno da distinção entre enunciados analíticos e sintéticos; como consequência propõe uma epistemologia fundacionalista, que é também sustentada pela mesma. Oliveira explicita com precisão essa implicação fundacionalista do dualismo analítico-sintético:

O empirismo lógico tinha ainda a epistemologia por uma filosofia primeira capaz de fundar as ciências. Dada a aceitação do dualismo analítico-sintético, a pretensão de uma filosofia científica era garantida por um logicismo. A filosofia era uma ‘lógica aplicada’, ciência composta de sentenças puramente analíticas que estaria, assim apoditicamente justificada e que poderia, por sua vez, fundamentar as ciências empíricas ao exibí-las como construtos lógicos sobre a experiência imediata (OLIVEIRA, 2004, p. 4).

No plano da ontologia aceita que se recorra à realidade externa, transcendente às teorias, como mecanismo de verificação tanto dos significados quanto das verdades das teorias. Aplicando essa tríplice compreensão, o empirismo lógico aponta que o conhecimento metafísico não passa nesse teste, pois suas afirmações não podem ser verificadas empiricamente (aplicação da tese ontológica), são destituídas de significados (aplicação da tese semântica), logo não é um conhecimento verdadeiro (aplicação da tese epistemológica).¹⁵ Quine irá analisar, criticar e propor uma substituição para cada

¹⁵ Apontando a dificuldade relativa à formulação do princípio, e que tal dificuldade parece ter sido uma das razões do seu sucesso, Hacking explicita a presença dos três níveis de análise: “Para expressar o

uma dessas teses, iniciando pela distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e culminando em uma revisão de aspectos fundamentais do empirismo.

O pensamento de Quine recobre o mesmo plano de análise postulado por Frege e recepcionado pelo empirismo lógico, porém ele não propõe teorias isoladas sobre nenhum desses campos de investigação, mas oferece uma resposta na qual *significado*, *conhecimento* e *ontologia* são assumidos de modo imanente, sem recorrer a qualquer essencialismo ou fundamentação *a priori*. Holismo semântico, epistemologia naturalizada e relatividade ontológica constituem o cerne da resposta oferecida por ele para a mesma ordem de problemas.

Portanto, há no pensamento de Quine um plano de interesses que envolvem as questões da linguagem e os fatos do mundo. Ciência e epistemologia são duas áreas do saber que recobrem seus interesses primordiais e serão explorados de modo a permitir que esses interesses convirjam na elaboração de um pensamento filosófico que procure elucidar em que medida o que ocorre no mundo e o que exprimimos linguisticamente estão relacionados. Para a epistemologia corrente, enquanto a ciência desenvolve esforços para explicar os fenômenos do mundo, portanto focando os fatos, a epistemologia explora as representações e expressões desses fatos enquanto linguagem. Tanto para a ciência quanto para a epistemologia os problemas são convergentes: espera-se que a ciência explique o que ocorre no mundo; compete à epistemologia elucidar como o discurso da ciência expressa o que ocorre no mundo. Quine irá propor o fim dessa hierarquia e postular uma epistemologia naturalizada que põe a epistemologia como uma extensão da ciência.

Toda a tradição empirista chamou para si a tarefa de elucidar a natureza desta relação entre linguagem e mundo e o fez segundo alguns pressupostos que Quine irá ora confirmar, ora contestar para poder situar-se no espaço dessa tradição. Assim, importa acompanhar a leitura feita por ele da evolução do empirismo e suas reações à própria matriz intelectual da qual participa, pois é por meio dessas reações que ele constrói um

assunto menos paradoxalmente, o dogma fundamental do empirismo é que todo conhecimento é derivado da experiência. O círculo de Viena acrescentou a isso uma doutrina sobre o significado. Quando um falante faz uma asserção sobre algum assunto? Apenas, argumentava-se, quando há alguma relação entre o que ele diz e alguma experiência que possa testemunhar sobre a verdade do que ele diz. Princípios de verificação diversamente formulados foram tentados como formulações exatas dessa relação, mas todos falharam. Isto é surpreendente pois, aparentemente, deveria ser bastante fácil expressar a relação empirista pretendida entre afirmar que algo é o caso e as experiências que testemunharam a verdade de que algo é o caso” (HACKING, 1999, p. 99).

caminho filosófico próprio e estrutura sua resposta ao problema do conhecimento fora do modelo padrão e distanciado da epistemologia clássica.

2.1. Os cinco passos na evolução do empirismo

O projeto de pesquisa levado avante por Quine se constitui num diálogo com o empirismo lógico liberalizado, na sua versão carnapiana.¹⁶ Há, inicialmente, uma identificação de Quine com as teses carnapias, uma espécie de ‘devoção’ como ele mesmo afirma, “naqueles anos tornei-me uma ‘espécie’ de devoto da sua filosofia, da qual em seguida senti necessidade de separar-me. Ele mesmo depois se afastou das suas posições iniciais, mas depois nos separamos de maneira e em direções diferentes” (BORRADORI, 2003, p. 49), e um posterior afastamento, assumindo posições cada vez mais distanciadas, porém reconhecendo a influência decisiva que tais postulações tiveram no seu percurso intelectual.

Em um texto publicado em 1975, intitulado *Five Milestones of Empiricism*, Quine aponta o que ele considera como cinco passos fundamentais na evolução do empirismo, aquelas viradas decisivas que o tornaram mais aprimorado. Tal texto nos possibilita perceber como ele efetivamente dialoga com o empirismo carnapiano, aceita parte de suas teses, mas se detém frente às modificações que são propostas no seu projeto de liberalização, isto é, ambos estão radicados em uma mesma tradição e procuram aprimorá-la, mas nem sempre estão de acordo em relação aos procedimentos que devem seguir nesse processo liberalização (Conf. QUINE, 1999, p. 67). Porém, o que Quine descreve nesse texto como aprimoramento do empirismo é um resumo de teses centrais no seu próprio pensamento e que ele considera como uma alternativa viável para as dificuldades teóricas do empirismo lógico no que diz respeito ao intento de se fundamentar o conhecimento científico como construto lógico a partir da experiência imediata, como já havia assinalado no seu texto *Epistemologia naturalizada*:

¹⁶ O termo técnico ‘liberalização do empirismo’ indica a presença de um conjunto de preocupações temáticas e do modo de abordá-las no pensamento de Carnap: “Vários temas, intrinsecamente conexos entre si, se impuseram assim à sua atenção, implicando uma posterior afinação da perspectiva gnoseológica acerca do papel da experiência na investigação científica”. Dentre as modificações mais importantes é indicada “[...] a correção dos critérios de interpretação e de significação lingüística, já fundamentados na explícita definibilidade dos termos, ou conceitos, não primitivos e na verificabilidade completa das asserções, mediante a proposta de novos critérios de natureza semelhante, baseados, respectivamente, na simples reductibilidade terminológica, ou conceptual, e na confirmabilidade se bem que apenas incompleta das asserções. Precisamente esta última viragem representa aquilo que, de modo particular, se entende pela expressão ‘liberalização do empirismo’” (PASQUINELLI, 1983, p. 59).

Os filósofos com razão abandonaram a esperança de tudo traduzir para termos observacionais e lógico-matemáticos. Eles haviam perdido essa esperança mesmo quando ainda não haviam reconhecido, a título de razão para essa irreducibilidade, que grande parte dos enunciados não traz seu lote privado de consequências empíricas. E, para alguns filósofos, essa irreducibilidade aparecia como a bancarrota da epistemologia (QUINE, 1975c, p. 170).

Quine procurou reescrever o empirismo de modo que se evitassem os dois impasses em que ele se encontrava: a impossibilidade de se fundar os significados empiricamente e a consequente impossibilidade da epistemologia.

Carnap e os outros positivistas lógicos do Círculo de Viena já haviam dado ao termo ‘metafísica’ uma carga pejorativa, a de um termo que conota ausência de significado; e o termo ‘epistemologia’ era o próximo. Wittgenstein e seus seguidores, principalmente em Oxford, descobriram uma vocação filosófica residual na terapia: em curar filósofos da ilusão de que há problemas epistemológicos (QUINE, 1975c, p. 170).

O empirismo proposto por Quine segue o modelo consagrado na tradição do empirismo lógico, mas assumirá feições bem peculiares. Os cinco passos acima referidos serão o guia explicativo da sua proposta de renovação. Eles indicam uma progressão e ao mesmo tempo uma expansão das diferentes etapas do empirismo em geral e do seu em particular.

Assim, o primeiro passo dessa evolução indica a mudança do foco de preocupações das *ideias* para as *palavras* (conf. QUINE, 1999, p. 67), e o segundo das palavras isoladas para as sentenças. Essa modificação já aponta o que será uma característica decisiva no empirismo lógico: o caráter público e acessível das palavras, da linguagem, que quando tomadas como objeto das preocupações teóricas e práticas serão facilmente associadas às entidades empíricas que se constituem como objeto de preocupação das ciências. Essa mudança inicial será expandida, porém sempre preservando o caráter público e empírico das realidades focadas pela análise. Assim, a passagem do segundo para o terceiro marco do empirismo obedece a um movimento similar: não é possível estabelecer a partir da experiência o significado de cada termo, pois *nem todo termo tem significado empírico*, tal conquista já implica a conquista seguinte, pois também não será possível estabelecer, tomando por base a experiência, o significado empírico de cada enunciado, porque *nem todo enunciado tem significado empírico*.

Cada novo passo explicita como o significado vai migrando do *termo para a sentença* e destas para o *sistema de sentenças ou teorias*, configurando a postura holística que será assumida por Quine e que implicará no abandono do dualismo analítico-sintético, no quarto marco (Conf. QUINE, 1999, p. 68 - 70). O papel organizador correntemente atribuído às sentenças analíticas, aquelas de conteúdo empírico nulo, pelo empirismo lógico, as contrapunham necessariamente às sentenças sintéticas, aquelas com máximo conteúdo empírico, e que permitiam a verificação empírica justamente pelo conteúdo que ofereciam. Ao argumentar a favor do abandono de tal distinção, ele postula que o papel organizador é uma função que compete a todas as sentenças e que o conteúdo empírico não é propriedade de qualquer sentença isolada, mas está difuso por todo o sistema. Esse holismo semântico postulado por ele e explorado em diferentes etapas do seu pensamento será relacionado de modo enfático ao sistema que é a ciência.

A razão dessa ênfase é apresentada no quinto marco do empirismo: o *naturalismo*. Esse é um passo decisivo para o seu pensamento e para a argumentação que estamos desenvolvendo nesse trabalho, pois apresenta a ciência natural como um substituto para o ideal, que deve ser abandonado, de uma filosofia primeira com seu consequente fundacionalismo (Conf. QUINE, 1999, p. 72). Na interpretação de Quine as conquistas da ciência natural indicam que dispomos de um conhecimento que epistemologicamente é o mais adequado para descrever a realidade, pois permitiu estabelecer o consenso mais amplo que já conseguimos alcançar sobre essa mesma realidade. Dessa forma, a metodologia científica é o que dispomos de melhor para descrever como chegamos ao conhecimento. Portanto, o naturalismo apresenta uma resposta possível para duas teses capitais do empirismo: como construir evidência sensorial para a ciência e para os significados:

Para os epistemólogos, Hume e outros, foi triste aquiescer à impossibilidade de uma estrita derivação da ciência do mundo exterior, a partir da evidência sensorial. Entretanto, duas teses capitais do empirismo mantiveram-se inatacáveis e assim se mantêm até hoje. Uma é a de que toda evidência de que a ciência dispõe é evidência sensorial. A outra, da qual farei uso, é a de que qualquer processo de inculcar significados de palavras terá que repousar, em última análise, numa evidência sensorial (QUINE, 1975c, p. 166).

Quine apresenta o que considera como questões fundamentais que devam ser respondidas pelo empirismo e ao mesmo tempo esboça os problemas que nortearão o

seu programa de pesquisa, pois essas questões serão tomadas como substitutivas dos dois dogmas do empirismo severamente criticados por ele: o dualismo analítico-sintético e o reducionismo. Em contrapartida, ele propõe o desenvolvimento de uma epistemologia e de uma semântica calcadas na eviência sensorial.

Abandonando qualquer pretensão de se construir uma filosofia primeira que ofereça fundamentos para a ciência natural, enfatiza-se uma firme postura naturalista, configurando suas análises como uma ‘ciência da ciência’, pois “de qualquer maneira, o método científico, quaisquer que sejam seus detalhes, produz teoria cuja conexão com todas as possíveis irritações da superfície consiste apenas no próprio método científico, sem apoio de controles ulteriores. Esse é o sentido em que é o último árbitro da verdade” (QUINE, 2010, p. 47). O fim do dualismo analítico-sintético, postulado no quarto marco, é também o fim da hierarquia epistemológica, no qual uma área do saber seja fundamento para outra. A ciência constituirá seu próprio fundamento e seus mecanismos de auto-correção. A verdade será aferida de modo interno ao próprio conhecimento científico, como um construto teórico com sua consequente ontologia, portanto não se recorre a qualquer realidade externa a esse construto. No âmbito da ciência mesma já estão disponíveis os elementos necessários e suficientes para se verificar a verdade de sentenças: seus conceitos e sua ontologia.

Seguindo o roteiro traçado nesta síntese do empirismo, que é também uma síntese de sua obra, poderemos observar como Quine perseguiu esses objetivos e procurou aprimorar cada um deles. O primeiro marco do empirismo implica nessa mudança de foco das ideias para as palavras, porém é preciso que se elabore uma nova teoria para os significados e para a linguagem que esteja diretamente associada aos marcos seguintes do empirismo, de modo que o que é defendido nas etapas posteriores do seu pensamento, encontre sustentação nessa base inicial. Assim, ele elaborou uma compreensão muito peculiar sobre os significados e a linguagem e o seu papel no conhecimento do mundo físico.

Ele aponta como o empirismo tem avançado, sobretudo no aprimoramento da teoria do significado. Analisa como cada um dos avanços apresentados no interior da própria tradição empirista possibilita a mudança e um refinamento na compreensão da natureza do significado, que culminará na tese do holismo semântico por ele assumida (Conf. QUINE, 1999, p. 72). Dois autores são fundamentais na construção do holismo

semântico. Inicialmente Frege, propondo o *princípio de contextualidade*, e definitivamente Duhem com seu *princípio holístico*. Quine dialoga com esses dois autores e constrói os instrumentos que permitirão enfrentar a epistemologia do empirismo alicerçada no dualismo dos enunciados analíticos e sintéticos e na crença de que os enunciados tomados isoladamente têm correspondentes conteúdos empíricos.

2.2. O princípio de contextualidade de Frege

Frege centra a sua análise da linguagem na noção de significado, afastando-se de uma abordagem sobre as ideias, o que constitui um avanço no contexto das teorias semânticas então vigentes, conforme Quine assinala no primeiro marco do empirismo. Por sua vez, Quine desenvolve uma análise que desgasta seriamente a ideia da existência dos significados como entes teóricos aceitáveis. Porém, na trilha aberta por Frege, ele aceita a separação estabelecida entre significar e denotar, mas põe ênfase no problema acerca da definição dos significados, isto é, insiste na necessidade de se elaborar uma teoria que elucide a natureza dos significados, preocupação comum a todas as semânticas:

Para a teoria do significado, uma questão que se impõe é a da natureza de seus objetos: que tipo de coisa são os significados? A necessidade sentida de entidades significadas pode ter sido derivada de um fracasso anterior na apreciação de que significado e referência são coisas distintas (QUINE, 1975h, p. 238).

No seu diálogo com Frege encontra um mecanismo de importância fundamental para desenvolver sua crítica à teoria do significado do empirismo lógico, que também é devedora da revolução lógica fregeana. A revisão dessa teoria, levada avante por Quine, tem um duplo desdobramento: o primeiro, contestando a existência do significado como entidade mental, o segundo, desgastando a associação entre significado e referência. Essa perspectiva assumida por ele é devedora da abordagem iniciada por Frege visando elucidar a natureza de outra entidade complexa, no caso os números.

Na sua obra *Os Fundamentos da Aritmética*, Frege apresenta três princípios utilizados na sua argumentação visando sustentar e elucidar o caráter lógico dos números:

Nesta investigação ative-me firmemente aos seguintes princípios: deve-se separar precisamente o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo; deve-se perguntar pelo significado das palavras no contexto

da proposição e não isoladamente; não se deve perder de vista a distinção entre conceito e objeto (FREGE, 1989 p. 92).

Frege esclarece como utiliza os princípios na construção de sua tese sobre os números e de como eles estão interligados, anunciando o seu afastamento da associação entre significados e ideias:

Para obedecer ao primeiro princípio empreguei a palavra representação sempre em sentido psicológico, e distingui as representações dos conceitos e objetos. Se não se observa o segundo princípio, fica-se quase obrigado a tomar como significados das palavras imagens internas e atos da alma individual, e deste modo a infringir também o primeiro. Quanto ao terceiro ponto, não passa de ilusão pretender que seja possível converter um conceito em objeto sem alterá-lo (FREGE, 1989b, p.92).

Quine irá utilizar e expandir o princípio de contextualidade de Frege que renovou ao remeter a constituição do significado para o contexto, pois “essa idéia de definição contextual, ou de reconhecimento da sentença como veículo primário de significado, foi indispensável para os desenvolvimentos subsequentes nos fundamentos da matemática” (QUINE, 1975c, p. 165). Assim, ele avalia a importância do princípio de contextualidade, sobretudo seu uso na fundamentação da matemática, e já atenta para sua aplicação em outros âmbitos feita por Russell, pois “explícita em Frege, a idéia desabrochou completamente na doutrina russelliana das descrições singulares como símbolos incompletos” (QUINE, 1975c, p. 165). A filosofia de análise lógica da primeira década do século XX, sobretudo os textos de Russell, testemunha a fecundidade do princípio de contextualidade.

Interessa, nesse contexto, a afirmação de que o enunciado isolado é assignificativo, uma vez que se toma como unidade de significação a totalidade da linguagem, “uma sentença que, como um todo, tenha recebido significado é inegavelmente significativa e o emprego que faz dos seus termos componentes é portanto significativo, independentemente de serem oferecidas traduções para esses termos, tomados isoladamente” (QUINE, 1975c, p. 165). Porém, o mais importante é o uso que pode ser feito de tal princípio, sobretudo como elemento que propiciará uma crítica à epistemologia do empirismo, de modo que “a definição contextual era um dos trunfos dos quais se esperava um efeito liberatório sobre o aspecto conceitual da epistemologia do conhecimento natural” (QUINE, 1975c, p. 165). O aqui chamado ‘efeito liberatório’, aparece justamente na crítica que Quine dirige ao que ele chama de

‘dois dogmas do empirismo’. O motor da crítica é a aplicação e ao mesmo tempo uma expansão do princípio de contextualidade fregeano.

Essa expansão será realizada de modo mais pleno quando for relacionada a outro pressuposto fundamental para a análise desenvolvida por Quine, o princípio holístico de Duhem. Por meio desse procedimento de análise será possível ampliar a exigência de contextualização postulada por Frege, deslocando-se do contexto da proposição para o contexto de uma teoria já constituída.

2.3. A tese Duhem-Quine

O holismo semântico desenvolvido por Quine se constitui em uma teoria do significado que é construída tomando como ponto de partida o princípio de contextualidade de Frege, que deslocou o significado associado às palavras tomadas isoladamente e remeteu para o seu contexto que é a proposição, associado a outro princípio desenvolvido pelo físico Francês Pierre Duhem que passa a ser conhecida como a *tese Duhem-Quine*. Essa tese postula que a unidade de verificação empírica de uma teoria não é o enunciado tomado isoladamente, como quer o reducionismo, mas a teoria em sua totalidade, pois não faz sentido falar de conteúdo empírico para as sentenças isoladas, como se elas não participassem de sistemas teóricos no interior dos quais seus conteúdos devam ser verificados. Porém, devemos atentar que o princípio holístico proposto por Duhem é concebido como um mecanismo para nortear a verificação de hipóteses científicas, Quine amplia essa exigência, advogada por Duhem, de se tomar um contexto teórico mais amplo quando se pretende verificar hipóteses científicas, projetando-a para o todo do conhecimento e da linguagem, nesse sentido é que essa inovação teórica passa a ser conhecida como a *tese Duhem-Quine* (Conf. ORENSTEIN, 2002, p. 81-82).

Os chamados dois dogmas do empirismo, o dualismo analítico- sintético e o consequente reducionismo, decorrem da aceitação, para Quine dogmática, de que o enunciado ou a sentença é a unidade mínima de significação. Essa postura do empirismo lógico está radicada no segundo marco da evolução do empirismo, aquele que desloca os significados dos termos para as sentenças. É necessário atravessar essa fronteira e assimilar o passo seguinte do empirismo liberalizado.

A convicção de que para cada enunciado sintético há um correspondente fato no mundo, é consequência de uma específica compreensão da relação da linguagem com o mundo. Ao assumir que o enunciado isolado é significativo em relação ao mundo, o empirismo lógico dá assentimento ao dualismo analítico-sintético. Essa compreensão poderá ser modificada quando se tomar uma teoria como unidade mínima de significação, e não mais a sentença ou enunciado. Quine propõe essa alteração na relação da linguagem com o mundo dialogando com o holismo de Duhem.

As hipóteses devem ser submetidas à verificação enquanto participam de uma estrutura mais ampla que são as teorias no interior das quais são constituídas como hipóteses testáveis. Quine estende tal exigência para o todo do conhecimento e da linguagem, postulando que nenhum enunciado pode ser verificado isoladamente e aponta uma consequente indeterminação da tradução das sentenças teóricas:

O Círculo de Viena esposou uma teoria verificacional do significado, mas não levou suficientemente a sério. Se, com Peirce, reconhecemos que o significado de uma sentença depende puramente do que vier a ser considerado como evidência para a sua verdade, e se, com Duhem, reconhecemos que as sentenças teóricas possuem evidência não enquanto sentenças isoladas, mas só enquanto grandes blocos de teoria, então o caráter indeterminado da tradução de sentenças teóricas será a conclusão natural. E, excluindo as sentenças observacionais, a maioria das sentenças são teóricas (QUINE, 1975c, p. 169).

A teoria verificacional do significado, tal como Quine a redimensiona, será explorada e mantida no seu pensamento, de tal forma nós a encontraremos associada ao que ele chamou de *terceiro marco do empirismo* (Conf. QUINE, 1999, p. 70). O deslocamento do problema da verificação do significado empírico das sentenças para o sistema de sentenças implica que não é mais necessário nem possível que um enunciado isolado receba uma confirmação empírica. Mesmo as observações condicionais das hipóteses científicas, envolvem o todo da ciência, pois seguindo a ênfase de Duhem só a teoria tomada como um todo é que possibilita as condições adequadas de observação (Conf. QUINE, 1999, p. 70). Seguindo esta intuição de Duhem, Quine afirma que a verificação empírica da verdade de qualquer enunciado de uma teoria científica depende do sistema de enunciados do qual ele participa. A partir dessa posição holista será firmada a conhecida tese da subdeterminação da teoria pela melhor evidência empírica e da subordinação teórica das sentenças observacionais.

A tese *Duhem-Quine* alarga a compreensão da relação de uma teoria científica com a realidade. Uma teoria científica não é só um sistema de enunciados sobre a realidade, mas um sistema de enunciados interconectados de tal forma que só se sustentam nessa interconexão entre si. Assim, não basta a verificação isolada de um enunciado para se confirmar uma teoria, nem a refutação de um único enunciado para se declarar uma teoria inválida. O holismo, enquanto metodologia de verificação se articula como uma alternativa para se estabelecer a verificação ou refutação das hipóteses científicas:

De uma maneira geral, o “holismo” metodológico afirma, contrariamente ao verificacionismo e ao falsificacionismo ingênuos, que uma hipótese nunca é verificável, nem refutável individualmente pela experiência. Para o verificacionismo ingênuo, se de uma hipótese *h*, uma predição *p* é dedutível e se *p* é verificável, então *h* é confirmada. Para o falsificacionismo ingênuo, se *p* é refutável, então *h* é inválida. Mas como demonstrou o físico-filósofo francês Pierre Duhem, *p* nunca é dedutível de *h* sem uma série de hipóteses auxiliares. Para simplificar, suponhamos que *p* seja redutível da conjunção de *h* e de duas hipóteses auxiliares. Se *p* não é refutada, então nenhuma das três hipóteses é refutada. Mas se *p* é refutada, então temos a escolha entre $2^n - 1$ casos de *modus tollens* possíveis (JACOB, 1980, p. 151-152).

De posse desta teoria holística do significado e da verificação dos enunciados empíricos, construída no seu diálogo com Frege e Duhem, Quine enfrentará a epistemologia do empirismo lógico nos seus programas fundacionalista e reducionista. Ao mesmo tempo em que faz um acerto de contas com os seus antigos compromissos teóricos, inaugura um caminho próprio que conduzirá à naturalização da epistemologia¹⁷.

Devemos ter presente que a epistemologia do empirismo lógico depende fortemente dessa caracterização dos enunciados como analíticos e sintéticos, pois se considera que os enunciados analíticos dependem somente dos seus componentes linguísticos para serem aferidos como verdadeiros, isto é, dependem dos seus significados. A verdade dos enunciados sintéticos depende tanto dos componentes

¹⁷ Mesmo que alguns especialistas considerem que a importância da distinção entre analítico e sintético não deve ser tão evidenciada, como é o caso da Ouelbani, o fato é que Quine fez deste pressuposto teórico mote para um dos seus mais importantes escritos: “O projeto construcionista de Carnap é analítico na acepção fregiana do termo, no sentido de que ele propôs como método de realização da unidade da ciência um método fundacionalista de tipo logicista, o que nos leva a talvez matizar a distinção fundamental, particularmente carnapiana e neopositivista em geral, entre o analítico e o sintético e, consequentemente, a distinção entre ciências formais e ciências da natureza, na medida em que, segundo o projeto construcionista, científico e analítico perigam se confundir, dado que cada enunciado das ciências empíricas pode ser reduzido a um fundamento lógico” (OUELBANI, 2009, p. 60).

linguísticos quanto da referência à realidade que significam. Se um enunciado pode ser verdadeiro somente em razão do seu significado, então ele é verdadeiro *a priori*. Se for possível sustentar que um enunciado possa ser verdadeiro *a priori*, tem-se um forte argumento a favor do fundacionalismo, pois teríamos a possibilidade que um sistema teórico pudesse ser analiticamente justificado e na sequência ser tomado com base para fundamentar conhecimentos sintéticos. Quine irá contestar que qualquer enunciado possa ser verdadeiro tão somente em função dos seus componentes sintático-semânticos ou das evidências empíricas que o corroborem, como consequência postulará o fim do fundacionalismo no conhecimento. O primeiro passo na direção dessa revisão consistirá em desmontar a teoria do significado vigente no empirismo lógico.

2.4. A crítica ao dualismo analítico-sintético

No texto *Dois Dogmas do Empirismo*, Quine esboça e contesta a epistemologia do empirismo que teria se constituído a partir dos dois dogmas, “um deles é a crença em certa divisão fundamental entre verdades *analíticas*, ou fundadas em significados independentemente de questões de fato, e verdades *sintéticas*, ou fundadas em fatos” (QUINE, 1975h, p. 237). Já tivemos oportunidade de perceber que essa distinção é muito cara ao empirismo praticado pelo Círculo de Viena, pois ela faculta que a análise lógica seja preponderante na epistemologia¹⁸. Essa divisão entre duas ordens de verdades é recorrente na história da filosofia, se constitui no principal problema focado neste texto e é um dos motes fundamentais da obra de Quine: “A divisão Kantiana entre verdades analíticas e sintéticas já se prefiguravam na distinção de Hume entre relações de idéias e questões de fato, e na distinção de Leibniz entre verdades de razão e verdades de fato” (QUINE, 1975h, p. 237). Quine argumentará a favor do abandono desse dualismo e apontará como uma das suas consequências o fim da fronteira entre a metafísica especulativa e a ciência natural. Portanto, é a própria concepção de

¹⁸ O programa de pesquisa do Círculo de Viena, cuja preocupação fundamental é com o desenvolvimento de uma visão científica unificada sobre o mundo, é identificado justamente por meio desses pontos que serão analisados e criticados por Quine: “De modo que, segundo essa concepção científica do mundo, os enunciados se distinguem em analíticos, - a saber, lógicos e matemáticos - e empíricos ou sintéticos *a posteriori*, no sentido de que nada pode ser aceito sem justificação. Eles qualificam essa concepção do mundo de “empirista” e de “positivista”, na medida em que todo conhecimento deve partir da experiência, do dado. Por sinal, essa concepção é, também e ao mesmo tempo, lógica, visto que é o método de análise lógica que permitirá realizar a ciência unificada, como mostrará Carnap, em particular. Todo esse programa repousa em quatro pontos, segundo a análise de Dahms: Redução da filosofia a uma teoria do conhecimento; a distinção das ciências, não mais em ciências da natureza e ciências humanas, e sim em ciências empíricas e analíticas; o logicismo como programa de redução das ciências analíticas; o reducionismo como programa de redução das ciências sintéticas ou empíricas” (OUELBANI, 2009, p. 16 - 17).

conhecimento do empirismo lógico que será contestada em uma das suas mais firmes convicções.

Kant dialogando com o empirismo de Hume firmou a seguinte definição: analítico é o enunciado cujo predicado está implicitamente contido no sujeito; sintético é o enunciado cujo predicado não está contido no sujeito. Quine aponta como “esta formulação tem duas deficiências: limita-se a enunciados da forma sujeito-predicado, e vale-se da noção de um estar contido que é deixado a nível metafórico”(QUINE, 1975h, p. 237). Dessa forma, a definição não satisfaz nem as exigências de clareza, pois alguns termos são assumidos sem maiores esclarecimentos sobre o seu uso, nem as conquistas da lógica moderna, pois está limitada aos enunciados do tipo *sujeito/predicado*, objeto central na análise da lógica aristotélica, mas distante da lógica pós-fregeana que centra sua análise no par *função/argumento*.

A análise lógica desenvolvida seja a partir do modelo aristotélico ou fregeano, assume uma dupla tarefa: primeiro, determinar a forma lógica correta das sentenças declarativas; segundo, apresentar o modelo de suas expressões linguísticas. Dessa forma, uma pergunta é fundamental em análise lógica: O que faz uma sentença ser uma sentença declarativa? A inquirição é voltada justamente para indicar os componentes das sentenças que as capacitam de serem verdadeiras ou falsas. Portanto, espera-se que a análise lógica ponha em evidência a forma lógica das sentenças declarativas, as proposições. A lógica pré-fregeana explorou a analogia entre a proposição lógica e a frase gramatical como base para o raciocínio silogístico. Esse será um dos limites apontados pela lógica moderna, pois muitas vezes o sentido gramatical de uma proposição encobre o seu verdadeiro sentido lógico. A lógica moderna vai explorar a analogia entre sentenças declarativas e funções matemáticas, substituindo a relação entre *sujeito* e *predicado* pela relação entre *valor* e *argumento* da função.

Mesmo considerando que a distinção kantiana não pode ser mais mantida, do ponto de vista das exigências de uma nova teoria dos significados nem da lógica moderna, no entanto, a idéia básica precisa ser problematizada: analítica é a sentença que é verdadeira em função dos significados das palavras e não em virtude dos fatos; sintética é sentença verdadeira em função da sua verificação empírica, pois tal

separação, com já vimos, é um dos pilares do positivismo lógico que baseia nela o seu ideal de cientificidade.¹⁹

A filosofia do conhecimento de Kant desenvolve um esforço para fundamentar as proposições sintéticas *a priori*, pois elas poderiam associar às ciências a mesma necessidade e racionalidade que são encontradas nas proposições analíticas. É essa distinção entre proposições analíticas e sintéticas que possibilita a Carnap postular a sua distinção entre dois tipos de conhecimentos: os conhecimentos formais *a priori*, exemplificados com a lógica e a matemática; e os conhecimentos *a posteriori* ou empíricos, realizado pelas ciências empíricas. O empirismo lógico assume essa compreensão bipartida do conhecimento e leva avante um programa de pesquisa que busca desenvolver uma sintaxe lógica universal, base para um conhecimento analítico *a priori* e necessário, que por sua vez seria o fundamento do conhecimento empírico *a posteriori* e contingente.

Quine afirma ser impossível fundamentar tal divisão, pois quando se analisa os termos utilizados para definir analítico e sintético percebe-se que eles são muito mais pressupostos do que bem definidos, de tal modo que não há possibilidade de se estabelecer uma nítida separação entre uma e outra verdade, sendo a tão decantada separação muito mais um dogma do que resultado de uma demonstração lógica ou empíricas. Assim, o fundamental de sua crítica consiste em apresentar as principais dificuldades que aparecem quando se pretende sustentar uma forte distinção entre as duas ordens lógicas: analítica (sintático-semântica) e sintética (conteúdo empírico).

Recorrendo a divisão dos enunciados analíticos em duas categorias, Quine apresenta como aqueles que são classificados como *logicamente verdadeiros*, isto é, permanecem verdadeiros seja qual for a interpretação que se der aos termos que o compõe, excetuando-se as partículas lógicas, conforme seus exemplos: *Nenhum homem que não casou é casado*, são menos problemáticos que os da segunda categoria que

¹⁹ Borradori confirma a importância de tal distinção na concepção de ciência do empirismo lógico que será contestada por Quine: “Para o positivismo lógico, pelo menos na sua primeira formulação, os enunciados analíticos (por exemplo, “se está chovendo então está chovendo”), por serem privados de conteúdo empírico, são os únicos realmente necessários e precursores de conhecimento objetivo. Por contraste, os enunciados sintéticos (“em tal lugar a tal hora está chovendo”) são asserções *a posteriori* e portanto a sua verdade depende, além de fatores linguísticos, da realidade externa a que se referem. A objetividade é assim atribuída apenas à verdade analítica que, não dizendo nada sobre a realidade, baseia-se sobre uma série de propriedades sintático-semânticas da linguagem” (BORRADORI, 2003, p. 28).

precisam recorrer a sinônimos para se transformarem em verdades lógicas: *Nenhum solteiro é casado*. Quine não encontra maiores problemas para trabalhar com a noção de *verdade lógica*, conforme exemplificado, mas não está satisfeito com a noção de *verdade analítica*, por duas razões: Em primeiro lugar, pela amplidão de seu escopo que inclui as verdades lógicas e as verdades sinonímicas; em segundo lugar, por serem tomadas como verdades *a priori*, suporte para o fundacionalismo que ele contesta. Todos os problemas referentes à noção de analiticidade são agora transpostos para a noção de sinonímia, que também pede para ser esclarecida, assim o problema fica insolúvel.

2.5. Os impasses da sinonímia

Para Quine o problema da analiticidade se traduz no problema da sinonímia, de tal forma que “a maior dificuldade encontra-se não na primeira classe de enunciados analíticos, as verdades lógicas, mas antes na segunda classe, que depende da noção de sinonímia” (QUINE, 1975h, p. 239). A dificuldade decorre da teoria dos significados que dissociou significado e referência e remeteu-o para o campo minado da sinonímia e da analiticidade:

Uma vez que a teoria do significado esteja nitidamente separada da teoria da referência, necessita-se apenas de um pequeno passo para reconhecer como primeiro objeto da teoria do significado simplesmente a sinonímia das formas linguísticas e a analiticidade dos enunciados; os próprios significados, como obscuras entidades intermediárias, podem bem ser abandonadas (QUINE, 1975h, p. 238).

O que é questionado nas noções de sinonímia e analiticidade é o conceito de significado que pressupõem. Quine remete a sua argumentação para uma doutrina já anteriormente assumida em seu texto *Sobre que há*, nele é enfatizado que “o significar, lembremo-nos, não deve ser identificado ao nomear” (QUINE, 1975h, p. 237). O fundamental nesta teoria do significado é estabelecer as funções dos termos singulares e gerais, pois enquanto os primeiros nomeiam uma única entidade, os segundos são verdadeiros de uma ou mais entidades.

Quine ilustra sua posição com exemplos já famosos na literatura sobre o tema, “o exemplo de Frege de ‘Estrela Vespertina’ e ‘Estrela Matutina’, e o de Russell de ‘Scott’ e ‘o autor de Waverley’, ilustram o fato de que os termos podem nomear a mesma coisa e diferir em significado” (QUINE, 1975h, p. 237). As análises já desenvolvidas pelos autores acima ilustra bem que em relação aos termos singulares o

significar não deve ser confundido com o nomear. Porém, se a mesma distinção precisa ser estabelecida em relação aos termos gerais, nela encontraremos uma séria dificuldade com se percebe, “os termos ‘9’ e ‘o número dos planetas’ nomeiam uma e mesma entidade abstrata, mas é de presumir que devam ser considerados dessemelhantes em significado” (QUINE, 1975h, p. 237- 238), pois só se pode concluir que ambas as expressões se referem à mesma entidade por meio da observação empírica e não por meio da análise dos significados. Ainda em relação aos termos gerais é preciso fazer outra distinção, “‘criaturas com coração’ e ‘criaturas com rins’, por exemplo, são talvez iguais em extensão, mas diferentes em significado” (Conf. QUINE 1975h, p. 238). Mesmo que essas ocorrências não sejam tão comuns quanto a anterior são também fontes de confusões e é necessário ser cauteloso.

Assim, Quine vai argumentar que não existem entes como os significados, quando se fala deles é tão somente para tentar explicar as relações de sinonímia e analiticidade. Se os enunciados analíticos podem ser divididos em *logicamente verdadeiros* e os que podem vir a ser logicamente verdadeiros por meio de substituição de sinônimos, daí ele afirmar que seu problema teórico não é com a noção de analiticidade que se identifica com as verdades lógicas, mas com aquela compreensão de analiticidade que implica a sinonímia. Desse modo, ele conduz o problema da analiticidade para o problema da sinonímia e contesta a equiparação entre verdade lógica e verdade analítica tal como é feita pelo empirismo lógico.²⁰

Todos os contra-exemplos evocados nessa argumentação objetivam desgastar as confusas noções de analiticidade e sinonímia, apontando como elas estão associadas à noções pouco esclarecidas e esclarecedoras. As duas noções são ordinariamente usadas, mas pouco esclarecidas pela noção de significado que pressupõem.

Uma primeira consequência epistemológica decorre dessa elucidação semântica: não sendo encontradas justificativas para se afirmar que um enunciado seja verdadeiro

²⁰ Quine só acolherá como enunciado lógico aqueles que são formalmente constituídos, sem limitar-se aos seus termos constituintes: “Diferentemente dos neopositivistas, uma afirmação analítica como “todo solteiro é um homem não casado” não corresponde, segundo Quine, a um enunciado lógico cristalino (como “todo x é um x”), enquanto a verdade deste último deriva do fato que x não denota nada, ao passo que a verdade da primeira enunciação depende em grande parte do significado dos seus termos constitutivos. Eis então que a noção de analiticidade se traduz na de sinonímia, sobre a qual porém não é possível erigir as mesmas pretensões de absoluta objetividade” (BORRADORI, 2003, p. 28).

em função dos seus componentes linguísticos, a epistemologia fundacionalista não poderá mais recorrer a uma base indubitável para se erigir a partir dela. Nenhum sistema teórico poderá se autojustificar como um conhecimento primeiro e a partir desse privilégio alcançado fundar ou julgar outras áreas do conhecimento. Denunciando a impossibilidade da verdade de qualquer enunciado poder ser estabelecido de modo analítico, fica anulada a sua função na epistemologia fundacionalista. Sua argumentação inicialmente restrita ao campo da semântica é percorrida com claras intenções epistemológicas.

2.6. Os impasses da definição e da permutabilidade

Uma alternativa para se escapar das dificuldades que o uso de sinônimos faz aflorar é recorrer a noção de definição. O exemplo mais utilizado consiste em tomar a expressão *homem que não casou* como definição para a expressão *solteiro*. A questão crucial é esclarecer como uma expressão pode ser qualificada para definir outra expressão. Se o caminho for o da lexicografia, o impasse fica imediatamente explícito, pois ao se assumir que um termo define outro, há uma pressuposição da sinonímia que é anterior a própria definição. Assim, a definição muito mais pressupõe a sinonímia do que a esclarece.

Além do mais, tomar uma forma linguística como definição para outra consiste mais em exemplificar uma possível interconexão entre elas do que elucidar a natureza dessa conexão que vagamente é tomada como sinonímia, pois “filósofos e cientistas têm frequentemente ocasião de ‘definir’ algum termo obscuro, parafraseando-o em termos de um vocabulário mais familiar” (QUINE, 1975h, p. 240). Definir por meio de explicação não é ainda uma alternativa viável, pela mesma razão anterior, depende da sinonímia. Mesmo que substituição não seja feita por um sinônimo direto como na paráfrase, o que se busca é um aperfeiçoamento conceitual do que está sendo definido. Para se explicar qualquer termo obscuro, de modo que o significado seja esclarecido, é necessário recorrer a uma sinonímia que é associada, também de modo obscuro, ao termo que está sendo explicado, isto é, precisa-se de um contexto semântico que permita associar as duas ordens linguísticas.

A única tentativa frutífera de definição ocorre no âmbito dos sistemas formais, neles “temos então um caso realmente transparente de sinonímia criada por definição; quisera fossem todos as espécies de sinonímia igualmente inteligíveis” (QUINE, 1975h,

p. 241). Quine julga ser esse modelo ideal porque nele se trabalha com duas linguagens rigorosamente estabelecidas, a notação primitiva e a outra que esteja sendo submetida a tradução. As regras de tradução, também precisamente definidas nos sistemas formais, permitem relacionar as duas ordens de elementos idiomáticos. Portanto, não recorrem a sinonímia anterior. Embora Quine afirme que sua consideração sobre os sistemas formais seja uma digressão no contexto dessa argumentação, devemos atentar para o que é afirmado a respeito dos modelos formais, pois, conforme vimos, o ideal seria que todas as definições assumissem o mesmo grau de inteligibilidade e de economia: na extensão da mensagem, no vocabulário e na gramática, de modo que ao relacionar duas linguagens “a linguagem inclusiva, embora redundante na gramática e no vocabulário, é econômica no que diz respeito ao comprimento da mensagem, enquanto a sua parte chamada notação primitiva é econômica em gramática e vocabulário” (QUINE, 1975h, p. 241). Assim, as exigências de Quine para se aceitar a definição são colocadas em patamar muito alto. A análise geral da noção de definição, salvo a exceção mencionada, esclarece como o definir pressupõe a própria noção de sinonímia que pretende esclarecer, portanto não a explica mas baseia-se nela.

O interdito à definição nos conduz novamente para a questão da sinonímia, pois é preciso estar assegurado de que uma linguagem possa ser traduzida na outra. Este assegurar-se implica a obscura noção de *necessidade* que também exigirá elucidação, pois Quine enfrenta a noção de *permutabilidade* que associada a *preservação da verdade* permitiria que duas formas linguísticas fossem permutadas como sinônimas. Apresentada a tese é preciso que ela seja submetida a análise. São construídos exemplos para demonstrar que se aplicarmos a permutabilidade entre palavras isoladas poderemos transformar verdades em falsidade, assim *solteiro* e *homem que não casou* nem sempre serão permutados preservando o mesmo valor de verdade das sentenças em que ocorram. Para contornar essa dificuldade, opera-se um encurtamento no uso da permutabilidade, isto é, ela não deverá ser utilizada tomando ocorrências fragmentárias. Resta ainda um resíduo problemático: a concepção de *palavra*. Porém, se suspendermos a problematização que se exige a respeito da noção de palavra e reduzirmos o problema da sinonímia a um problema de *palavridade* é possível progredir no esclarecimento da permutabilidade (Conf. QUINE, 1975h, p. 242).

Feitas essas considerações metodológicas, é necessário recuperar uma noção que já foi utilizada nessa argumentação, “um tipo de sinonímia tal que qualquer enunciado

analítico pudesse se transformar numa verdade lógica pela substituição de sinônimos por sinônimos” (QUINE, 1975h, p. 243). Essa noção permite analisar a noção de *sinonímia cognitiva* e não a sinonímia que exige identidade completa entre duas expressões. Para exemplificar são retomados os dois termos já referidos, *solteiro* e *homem que não casou*. Afirmar que essas duas expressões são cognitivamente sinônimas é enfatizar que: “Todos e apenas os solteiros são homens que não casaram é um enunciado analítico”. O exemplo assegura que a permutabilidade entre os dois termos é um caso irrefutável de sinonímia cognitiva se operarmos a seguinte permuta: “Necessariamente todos e apenas os solteiros são solteiros”. Essa substituição, supondo que *solteiro* e *homem que não casou* são permutáveis *salva veritate*, resulta em: “Necessariamente todos e apenas os solteiros são homens que não casaram”. (Conf. QUINE, 1975h, p. 243). Um outro problema é constituído a partir da exemplificação, pois foi utilizado o advérbio *necessariamente*, porém isso só foi possível porque se está trabalhando com uma linguagem rica que comporta o uso desse advérbio, de tal modo que o argumento “produz uma verdade quando e apenas quando aplicado a um enunciado analítico” (QUINE, 1975h, p. 243). A noção de analiticidade já se insinuou subrepticamente no argumento, aproximando-o perigosamente da circularidade que se está querendo evitar. É preciso então estabelecer qual a amplitude da linguagem na qual a permutabilidade *salva veritate* é válida.

A linguagem extensional exemplifica o exigido na argumentação, nela “quaisquer dois predicados que coincidam extensionalmente(isto é, que sejam verdadeiros dos mesmos objetos) são permutáveis *salva veritate*” (QUINE, 1975h, p.244). Porém, é apontado que nessas linguagens a permutabilidade *salva veritate* não garante a sinonímia cognitiva que está sendo analisada, pois o acordo extensional não garante que a permuta de *solteiro* por *homem que não casou* “deva basear-se no significado de preferência a meramente acidentais questões de fato, como sucede no caso do acordo extensional de ‘criaturas com coração’ e ‘criaturas com rins’” (QUINE, 1975h, p.244). O acordo extensional permite uma aproximação adequada da sinonímia cognitiva, conforme já foi apresentado. O problema é que a análise desenvolvida por Quine aponta que o uso do advérbio *necessariamente* em uma linguagem, pressupõe uma compreensão da analiticidade e não a esclarece.

A permutabilidade aparecia como uma solução para o problema da analiticidade, pois a medida que recorria a linguagem extensional, permitia uma permutação de

formas linguísticas sem perda do valor de verdade, “mas tal linguagem apenas é inteligível na medida em que a noção de analiticidade já esteja antecipadamente entendida” (QUINE, 1975h, p. 244). Toda a argumentação desenvolvida consiste em apresentar a inconsistência da noção de analiticidade, seja diretamente quando o próprio termo é empregado, seja nos termos que lhes são assimilados. Apresentando todos os impasses da permutabilidade, Quine conclama que se retorne ao problema da analiticidade.

2.7. O impasse das regras semânticas

O último reduto para se elaborar uma possível defesa da analiticidade consiste em apontar a imprecisão da linguagem natural e ao mesmo tempo indicar como no plano de uma linguagem artificial, precisa nos significados que opera, poderia facilmente se estabelecer a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos. Esta é uma convicção central do empirismo lógico e talvez a parte mais ambiciosa do seu programa de pesquisa. Quine explicita isto quando elege o seu contendor, “a respeito de linguagens artificiais e regras semânticas é natural que nos voltemos aos escritos de Carnap” (QUINE, 1975h, p. 245). Quine não está convencido da viabilidade desta solução:

É frequentemente sugerido que a dificuldade em distinguir enunciados analíticos e sintéticos na linguagem comum é devida à vagueza desta linguagem e que a distinção é clara quando possuímos uma precisa linguagem artificial com ‘regras semânticas explícitas. Isto, entretanto, como tentarei agora mostrar, é uma confusão (QUINE, 1975h p. 245).

Quine indica que o expediente de se recorrer, como faz Carnap, as especificações recursivas, só transfere o problema para uma outra esfera, pois ao especificar e enumerar as regras que permitem estabelecer quais enunciados são analíticos segundo elas, é necessário enunciar que “as regras nos dizem que tais e tais enunciados, e apenas estes são os enunciados analíticos de *Lo*” (QUINE, 1975h, p. 246). Portanto, defino uma linguagem qualquer *Lo*, especifico as regras operantes em *Lo*, mas eis que aparece a dificuldade, preciso recorrer a palavra ‘analítico’, “ora, aqui a dificuldade é simplesmente que as regras contêm a palavra ‘analítico’ que nós não compreendemos” (QUINE, 1975h, p. 246). O problema imediatamente instaurado por meio dessa operação formal é que só conseguimos definir o que é analiticidade em uma linguagem específica *Lo*, mas o que estavam procurando definir era analiticidade *a priori*.

Mesmo que opere com recursos linguísticos que permitam abolir o uso de *analítico* e estabeleça “ simplesmente que tais e tais enunciados estão incluídos entre as verdades” (QUINE, 1975, p. 246), o problema com o termo *analítico* permanece sem elucidação e é transferido para um outro, pois “ao invés de apelarmos a uma inexplicada palavra ‘analítico’, apelamos agora a uma inexplicada expressão ‘regra semântica’” (QUINE, 1975h, p. 246). Se as regras semânticas utilizadas em uma linguagem artificial permitem identificar quais enunciados são analíticos para referida linguagem, mesmo que não utilize o termo analítico, mas a obscura expressão regra semântica, então já pressupõem a compreensão de analiticidade, não elucida essa compreensão. Do contrário não seria possível escolher entre enunciados analíticos e não- analíticos. A argumentação que recorre a esses recursos linguísticos revela-se um beco sem saída.

A análise desenvolvida por Quine põe em evidência as principais dificuldades encontradas quando se recorre a recursos como os de *sinonímia*, *definição*, *permutabilidade* e *regras semânticas* para elucidar o problema da analiticidade. Todos esses instrumentos utilizados conduzem a análise para uma estéril circularidade, sempre presupondo as noções de analiticidade ou sinonímia que precisavam ser elucidadas. Assim, para ele não é possível elucidar a noção de analiticidade sem cair em um círculo vicioso.

O argumento de Quine pode ser resumido nos cinco passos seguintes, que não visam o empirismo em geral, mas ao empirismo lógico em particular:

- a) só poderemos elucidar o conceito de *analítico* se elucidarmos o conceito de *igualdade de significado*, isto é, de *sinonímia*;
- b) só compreendemos sinonímia se compreendermos *definição* e *permutabilidade*, mas essas noções pressupõem a noção de *sinonímia*.
- c) só compreendemos *sinonímia cognitiva* se recorrermos as linguagens artificiais, pois as linguagens artificiais eliminam a imprecisão;
- d) as linguagens artificiais exigem a compreensão da noção de *regras semânticas*;
- e) só compreendemos as *regras semânticas* se antes compreendermos o conceito de *analiticidade*.

Quine faz uma demonstração de como nenhuma dessas noções pressupostas pela noção de analiticidade alcança um nível de clareza conceitual tal como é requerido por uma linguagem rigorosa, portanto devem ser abandonadas juntamente com a noção de

analiticidade e como consequência mais extrema deve-se abandonar também a distinção analítico-sintético. Pois tal distinção decorre muito mais de impressões gerais e suposições do que de uma consequente análise da linguagem. Há uma intuição vaga que aparentemente justifica o dualismo analítico-sintético, mas que não se sustenta quando é analisado de modo sistemático:

É óbvio que a verdade em geral depende igualmente de fatores linguísticos. O enunciado ‘Brutus matou César’ seria falso se o mundo, em certos aspectos, tivesse sido diferente, mas seria também falso se a palavra ‘matou’ tivesse por acaso o sentido de ‘gerou’. Assim, somos levados a supor, em geral, que a verdade de um enunciado é de algum modo passível de ser decomposta em um componente linguístico e um componente fatural (QUINE, 1975h, p. 248).

Como consequência do abandono dessa ilusão projetada pela própria linguagem e que é tomada como fundamento para a distinção entre verdades analíticas e verdades sintéticas, deve-se postular que todo enunciado depende ao mesmo tempo de componentes linguísticos e factuais, embora em diferentes medidas. Na verificação da verdade de um enunciado, não se pode separar componente linguístico e factual. Eis a conclusão de Quine:

Dada essa suposição, parecerá em seguida razoável que em alguns enunciados o componente fatural seria nulo; e são estes os enunciados analíticos. Mas, por razoável que seja a priori, uma fronteira entre os enunciados analíticos e sintéticos não foi ainda traçada. Que tal distinção deva ser feita, afinal é um dogma dos empiristas, sem qualquer base empírica, um metafísico artigo de fé (QUINE, 1975h, p. 248).

Tendo fundamentado essa conclusão ambiciosa no contexto do empirismo, resta agora desenvolver argumentos que sustentem ser o reducionismo uma outra consequência da semântica intensionalista que animava o projeto epistemológico do empirismo.

2.8. A crítica à teoria verificacional e ao reducionismo

Analisando a possibilidade de se sustentar a distinção analítico-sintético pela entrada do componente analítico e concluindo negativamente, pois todo enunciado depende tanto de componentes linguísticos quanto de componentes empíricos, resta a Quine avaliar a outra entrada para construção de significados, e ele o faz analisando o que chamou de segundo dogma do empirismo, “o outro dogma é o *reducionismo*: a crença de que todo enunciado significativo é equivalente a algum construto lógico sobre

termos que se referem à experiência imediata” (QUINE, 1975h, p. 237). Mesmo que um longo esforço tenha sido desenvolvido para realizar o reducionismo, como na obra de Carnap, “ele foi o primeiro empirista que, não contente em afirmar a redutibilidade da ciência a termos da experiência imediata, deu sérios passos para a realização desta redução” (QUINE, 1975h, p. 250), e este esforço tenha falhado na sua consecução, o reducionismo permanece no pensamento dos empiristas:

Mas o dogma do reducionismo tem continuado, de modos mais sutis e mais tênues, a influenciar o pensamento dos empiristas. Persiste a noção de que, associado a cada enunciado ou a cada enunciado sintético, existe um domínio único de eventos sensoriais possíveis, tais que a ocorrência de qualquer um deles contribuiria para a probabilidade da verdade do enunciado, e de que associado a cada um deles existe também outro domínio único de possibilidades de eventos sensoriais cuja ocorrência prejudicaria aquela probabilidade. Esta noção está implícita evidentemente na teoria verificacional do significado (QUINE, 1975h, p. 251).

Quine apresenta duas razões iniciais que exigem uma análise da teoria verificacional do significado: o verificacionismo tornou-se uma divisa do empirismo e não está suficientemente justificado, além do mais, pode ser uma chave para solucionar o problema do significado e outros a ele associados, como estamos analisando nesse texto.

Assim, é preciso que se analise a chamada *teoria verificacional do significado* nos seus dois componentes: o explícito, que diz respeito ao significado; o implícito, que problematiza a verdade. Seu componente explícito “afirma que o significado de um enunciado é o método de infirmá-lo ou confirma-lo empiricamente” (QUINE, 1975h, p. 248). O componente implícito exige para qualquer enunciado sintético um conjunto de *eventos sensoriais* que lhe confira ser significativo e verdadeiro. Portanto, a verdade e o significado do enunciado ficam na dependência de correlativos fatos no mundo que sejam postos em referência direta com o enunciado. Ele considera que esse reducionismo radical é a concepção mais frágil proposta como explicação para a relação entre enunciados e experiência. Sua crítica incide justamente sobre essa fragilidade: que cada enunciado tomado isoladamente tenha o seu correspondente empírico. Recorrendo a uma compreensão holística do significado, nos moldes prescritos na *tese Duhem-Quine*, tem-se o elemento necessário para desenvolver uma crítica consistente ao segundo dogma.

O enfrentamento volta-se para essa tese que afirma ser o significado de um enunciado identificado com o seu método de verificação ou confirmação empírica. Compreendida dessa forma a teoria verificacional aproxima a noção de significado ao já debatido problema da sinonímia, analisando expressões que têm o mesmo significado, sem qualquer compromisso com significados enquanto entidades. Quine recorda que relacionar o significado com os enunciados é uma consequência da renovação na semântica operada por Frege e Bentham, de forma que a teoria verificacional associada ao empirismo lógico, já considera que os enunciados são os veículos do significado, mas é preciso avançar na renovação da semântica. Postular que os enunciados são sinônimos somente quando são infirmados ou confirmados empiricamente de modo semelhante, poderia ser uma explicação para a sinonímia cognitiva e uma possível chave para o problema da analiticidade. Essa conquista semântica poderia ainda ser aplicada a outras formas linguísticas. Assim, a analiticidade poderia ser assumida como sinonímia e verdade lógica (Conf. QUINE, 1975h, p. 249).

Porém, Quine tem alguns questionamentos que se dirigem diretamente à teoria verificacional na sua exigência de semelhança de método de infirmação ou confirmação empírica, “que são esses métodos que devem ser comparados para se estabelecer sua semelhança? Qual é, em outras palavras, a natureza da relação entre um enunciado e as experiências que contribuem para sua confirmação ou que a prejudicam? (QUINE, 1975h, p. 249). Para melhor compreender os questionamentos dirigidos por Quine ao verificacionismo, devemos ter presente que o reducionismo radical considera que o veículo primário dos significados são os enunciados; considera ainda se possível traduzir cada enunciado na linguagem dos dados sensíveis.

O programa de pesquisa levado avante por Carnap testemunha o empenho do empirismo lógico em reduzir os enunciados da ciência à experiência imediata e a componentes lógicos, pois “a linguagem adotada por Carnap como ponto de partida não era uma linguagem de dados sensíveis, no sentido mais estrito concebível, pois incluía também as notações da lógica, ao nível mais elevado da teoria dos conjuntos” (QUINE, 1975h, p. 250). No procedimento metodológico desenvolvido por Carnap já estão presentes os elementos que permitirão alargar as expectativas do empirismo lógico, rever as relações entre os enunciados e as experiências. Quine chama atenção para a ontologia (*domínio de valores de suas variáveis*) que é assumida quando se utiliza a linguagem da lógica e da matemática pura: *classes* e *classes de classes* são tomados

como exemplos de conceitos bem distantes dos eventos sensoriais exigidos por uma postura verificacionista radical. De qualquer forma, ele considera um avanço, embora parcimonioso, as sugestões de Carnap para contruções de enunciados sobre o mundo físico, assumindo o seu propósito.

Na avaliação de Quine, o modo como Carnap considerou os objetos físicos não foi satisfatório somente em razão do seu programa de pesquisa ter ficado embrionário, mas também em razão do seu próprio ponto de partida: reduzir cada enunciado sobre o mundo físico a uma experiência sensível. Essa é uma tarefa julgada irrealizável do ponto de vista da verificação holística assumida por Quine. Assim, mesmo considerando que a proposta de Carnap é engenhosa, desafiadora e estimulante, ele aponta que sua parte mais frágil consiste em paralisar o avanço da ciência, isto é, trabalhando com esse modelo que associa verdade aos enunciados não fica claro como ele acompanharia o desenvolvimento da ciência, revendo seus valores de verdade progressivamente. O programa de pesquisa do reducionismo radical, tal como praticado pelo empirismo lógico, deve ser abandonado, pois seu esquematismo impediria de acompanhar o desenvolvimento da ciência natural e se estabeleceria um descompasso entre o desenvolvimento do conhecimento exigido pela experiência e os valores de verdade associados aos enunciados (Conf. QUINE, 1975h, p. 250).

Ao exigir que todo enunciado deva poder ser reduzido a outro construído seguindo tais exigências, a chamada tese reducionista está radicada na idéia de que a verdade de uma sentença depende de dois componentes que são separáveis: o lógico-linguístico e o factual. O reducionismo fica, assim, na dependência da existência de enunciados puramente sintéticos, “o dogma do reducionismo, mesmo em sua forma atenuada, está intimamente ligado a outro dogma – o de que existe uma separação entre o analítico e o sintético” (QUINE, 1975h, p. 251). Este caminho já está interditado pela crítica que Quine apresenta na primeira parte do seu texto. Não há mais como sustentar tal divisão. O reducionismo pressupõe ainda que o significado de um enunciado empírico possa ser estabelecido com base em uma verificação isolada.

Por fim, ele conclui que a posição reducionista radical que infirma ou confirma um enunciado por verificação empírica, da mesma forma que a distinção analítico-sintético, também não tem bases empíricas, “os dois dogmas são de fatos idênticos em suas raízes” (QUINE, 1975h, p. 251). Quine demorou mais em analisar e desmontar o

que ele chamou de primeiro dogma do empirismo, pois entende que desmontando o primeiro retira a base para o segundo dogma.

Tendo preparado o terreno para que sua perspectiva seja melhor assimilada, apresenta a ciência como a teoria que melhor exemplifica uma postura empirista, porém sem dogmas:

Minha proposta atual diz que é um disparate, e origem de muitos outros dispartes, falar de um componente linguístico e de um componente fático da verdade de qualquer enunciado particular. Tomada globalmente, a ciência tem sua dupla dependência para com a linguagem e a experiência. Mas esta dualidade não é significativamente delineável em termos dos enunciados da ciência tomados um por um (QUINE, 1975h, p. 251).

Assim, se afirma que não faz sentido tentar verificar uma sentença isoladamente, pois a sentença deve ser tomada no interior de uma realidade mais ampla, um *corpo organizado*, isto é, uma teoria, pois “o que estou agora realçando é que mesmo tomando o enunciado como unidade tecemos nossa rede em malhas demasiado estreitas. O todo da ciência é a unidade de significância empírica”(QUINE, 1975h, p. 251). Tendo apresentado os impasses do empirismo lógico, preso aos dois dogmas aqui analisados, Quine assume um empirismo liberado deles e marcado pelo holismo e pelo pragmatismo, em sintonia com os o que ele chamou de avanços do empirismo.

Projetando o princípio de verificação holístico de Duhem, radicado no campo de verificação de hipóteses científicas, para o todo do conhecimento, Quine espousa um holismo ampliado:

A totalidade daquilo que nós chamamos de nossos conhecimentos ou crenças, das mais casuais questões de geografia e história, às mais profundas leis da física atômica ou mesmo matemática pura e da lógica, é uma construção humana que está em contato com a experiência apenas em suas extremidades. Ou, mudando a figura, a ciência total é como um campo de força cujas condições de contorno são constituídas pela experiência. Um conflito com a experiência, na periferia, ocasiona reajustamento no interior do campo. Os valores de verdade devem ser redistribuídos entre alguns enunciados (QUINE, 1975h, p. 252).

Assim, se estabelece uma forte analogia entre a “ciência total” e um “campo de força”, no qual cada parte tem relação direta ou indireta com as demais. Como em um campo, alguns enunciados estão localizados no interior do campo, são os chamados enunciados teóricos, estes não se submetem a confirmação empírica; outros estão

localizados nas extremidades do campo, os sujeitos à observação, “desse modo sente-se que estes enunciados possuem uma mais nítida referência empírica do que os enunciados altamente teóricos da física, da lógica, ou da ontologia” (QUINE, 1975h, p. 253). Porém, como os enunciados estão sempre em interdependência no sistema do qual participam, então essa realidade mais abrangente do que eles, a rede de crenças, uma teoria do mundo completa é que deve ser objeto da justificação epistêmica.

Exemplificando com a ciência, percebe-se que não há como estabelecer qual condição de contorno a justifica ou não. O que é possível é reajustar alguns enunciados que gerem conflitos com a experiência, sendo a experiência o fator determinante para o reajustamento, permitindo que os valores de verdade sejam redimensionados no interior da própria teoria científica. Portanto, não se sustenta mais a distinção entre enunciados portadores de conteúdo empírico e que seriam passíveis de revisão e enunciados que por não serem devedores de qualquer conteúdo empírico seriam imunes a revisão. Há sempre uma margem de manobra que permite transferir o valor de verdade de um enunciado para outro.

Como todas as sentenças estão sistematicamente interligadas, participando de um mesmo quadro teórico, análogo ao campo de força, “não existem experiências particulares no interior do campo, exceto indiretamente, através de considerações de equilíbrio que afetam o campo como um todo” (QUINE, 1975h, p. 252), não é mais necessário exigir a existência de dois componentes – factual e linguístico – que permita verificar isoladamente dois diferentes tipos de enunciados: analíticos e sintéticos, “qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro aconteça o que acontecer, se realizarmos ajustamentos suficientemente drásticos em outra parte do sistema” (QUINE, 1975h, p. 252). A verdade depende tanto da linguagem na qual articulamos as nossas sentenças, quanto dos fatos que são referidos nestas sentenças, mas não é possível sustentar uma separação destas realidades enquanto componentes isolados de verificação.

2.9. Algumas consequências da revisão do empirismo

Quine analisou os dois dogmas do empirismo de modo que fosse percebida a dependência deles do mesmo núcleo fundamental: traduzida na convicção que um enunciado pode ser infirmado ou confirmado por si mesmo. Sua opinião é que “abandonando as esperanças quanto a uma tal tradução, o empirista está concedendo

que os significados empíricos dos enunciados típicos sobre o mundo externo são inacessíveis e inefáveis” (QUINE, 1975h, p. 168) e que não há qualquer lote de experiência que seja relacionado de modo particular aos enunciados típicos sobre os corpos, nem qualquer enunciado que seja verdadeiro em razão do significado dos seus termos componentes. Como consequência que incide diretamente na epistemologia do empirismo lógico, fica estabelecido que não há qualquer evidência linguística ou empírica para enunciados ou teorias que possam ser estabelecidas *a priori*:

Com a rejeição do dualismo analítico-sintético, perde-se a possibilidade lógica de uma filosofia primeira. Não há nenhuma espécie substantiva de hierarquia epistemológica entre as diversas disciplinas do conhecimento. A rejeição do dualismo empunha a bandeira da igualdade epistemológica: alinham-se lado a lado a física, a lógica, a matemática, a filosofia e a própria linguagem natural. Tudo é um único esquema conceitual, desenvolvido a partir de um mesmo ponto, com diversas especializações que respondem a necessidades pela natureza do objeto de investigação (OLIVEIRA, 2004, p. 4).

O fundacionalismo fica sem seu chão teórico e não poderá mais postular uma área de conhecimento como fundamento para outro, pois não encontra mais as verdades analíticas indubitáveis que permitia a hierarquização do conhecimento.

O reducionismo foi analisado na sua versão carnapiana que procurou desenvolver mecanismos lógicos e linguísticos capazes de reduzir os enunciados científicos com seus lotes privados de experiência a uma estrutura logicamente construída. Mesmo que Carnap posteriormente tenha reconhecido que tal axiomatização é inviável, Quine afirma que não é por essa razão que o reducionismo é impraticável, sua explicação “é que o enunciado típico sobre os corpos não dispõe de nenhum cabedal de implicações ao nível da experiência que possa ser dito próprio a ele” (QUINE, 1975h, p. 168). Sua explicação para a inviabilidade do reducionismo remete para o holismo, cujos fundamentos ele já encontra no *Aufbau* de Carnap que afirma “nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como corpo organizado” (QUINE, 1975h, p. 251). Atentemos que o que está sendo abandonado por meio da contraproposta de Quine é a possibilidade de uma tradução termo a termo, enunciado a enunciado, mas uma teoria do mundo como todo pode e deve enfrentar o *tribunal da experiência*.

Ele propõe uma modificação no propósito reducionista do empirismo lógico, mas sem afastar-se do empirismo, afirmando que “mais razoavelmente, e sem exceder

ainda os limites daquilo que chamei de reducionismo radical, podemos tomar enunciados completos como nossas unidades significantes” (QUINE, 1975h, p. 249). O motor de sua crítica é então a nova teoria do significado, ou reorientação na semântica, que vem sendo gestada no âmbito do empirismo e que explode nessa versão crítica do próprio empirismo (Conf. QUINE, 1975h, p. 249).

Quine volta os instrumentos elaborados pelo próprio empirismo contra convicções arraigadas no seu modo de conceber o conhecimento, aqui chamadas de dogmas, refinando algumas dessas convicções, como o *princípio holístico* e o *princípio de contextualidade*, abandonando outras como a distinção analítico - sintético e o reducionismo radical. Ambas são teses fundamentais para se sustentar a epistemologia do empirismo lógico calcada no verificacionismo com seu consequente reducionismo: a convicção de que para a verdade e o significado de um enunciado existem dois modos de determinação: analítico ou sintético. Sua crítica se constitui num impedimento para essa pretensão, pois nem o significado nem a verdade podem ser analiticamente determinados, nem isoladamente verificados. Um enunciado qualquer que resulte da composição de um construto lógico mais a experiência que referencia, como queria Carnap, só pode ser verificado no todo. Assim, os dois pressupostos teóricos que permitiam o acesso à epistemologia do empirismo lógico estão agora interditados.

É importante nos determos no aspecto afirmativo da crítica desenvolvida por Quine. Duas grandes teses estão subjacentes à argumentação em primeiro plano: a *indeterminação da tradução* e o *holismo*. Elas são apresentadas em substituição as duas teses do empirismo que foram desgastadas pela sua crítica: O *fundacionalismo* (enunciados significativos e verdadeiros em si mesmo) e o *reducionismo* (equivalência entre enunciados isolados e a experiência). Como vimos, o projeto de Carnap é em princípio inviável e a tradução termo por termo não é realizável. Porém, o projeto de Carnap diz respeito às teorias científicas. Almeja-se uma tradução radical de seus enunciados. O projeto teórico de Quine, capitaneado pela *indeterminação da tradução* e pelo *holismo* é mais ambicioso. Não visa só às teorias científicas, não é somente ali que a tradução e a verificação não podem ser realizadas isoladamente. A linguagem ordinária também está submetida à mesma limitação, funciona da mesma forma que uma teoria sistematizada.

Quine voltará seus instrumentos analíticos para a linguagem ordinária, procurando identificar na linguagem ainda em seu uso natural que tipo de relação é possível de se manter com a realidade, como enfatiza Lopes em artigo no qual analisa o mesmo texto, “o empirismo tradicional repousa sobre pressupostos que não se mostra capaz de fundar. O empirismo sem dogmas repousa sobre a tese da indivisibilidade do significado empírico de uma teoria” (LOPES DOS SANTOS, 1995, p. 67). Porém, essa tese não está suficientemente estabelecida, isto é, não foram apresentadas evidências empíricas que lhe sirvam de sustentação, “cabe a Quine fundá-la mediante uma análise da linguagem que revele a verdadeira natureza das relações que ela mantém com o real” (LOPES DOS SANTOS, 1995, p. 67). Assim, por um lado são apresentados os impasses do empirismo tradicional, a face negativa da análise desenvolvida por Quine; por outro lado é indicado um novo caminho para o programa de pesquisa empirista.

Quine se pergunta se o novo caminho teórico implica que a verificação empírica deva ser abandonada e responde que não, ela deve ser redimensionada pelo holismo, pois “o tipo de significado básico para a tradução e para a aprendizagem da língua materna é necessariamente o significado empírico e nada mais” (QUINE, 1975c, p. 169). A relação entre linguagem e experiência, identificada por meio dessa análise do aprendizado da linguagem, será projetada para a delimitação da epistemologia. Em ambas verifica-se uma transcendência em relação à evidência disponível. (Conf. QUINE, 1975c, p. 170). A psicologia empírica terá um papel fundamental no esclarecimento do aprendizado da linguagem e na naturalização da epistemologia, pois “toda a investigação sobre o conteúdo semântico da linguagem resolve-se, em última instância, em uma investigação de comportamentos verbais associados às situações estimuladoras apropriadas” (LOPES DOS SANTOS, 1995, p. 68). A tarefa da epistemologia consistirá por tal razão em descrever os mecanismos psicológicos atuantes nessa associação:

Essa superposição da psicologia empírica e da semântica empírica permite estudar o processo do conhecimento como processo de aprendizado da linguagem natural. A ciência e a linguagem natural têm o mesmo insumo, a estimulação sensorial, e o produto científico – um produto linguístico, uma linguagem teórica – é uma extensão da linguagem natural. A epistemologia de Quine confunde-se, então, com o holismo semântico (OLIVEIRA, 2004, p. 8).

A linguagem será então analisada por meio da metodologia da psicologia e “essa demarcação dos limites da análise da linguagem opera na demarcação do âmbito da

epistemologia” (LOPES DOS SANTOS, 1995, p. 68). Assim, devemos acompanhar a descrição operada por Quine sobre o processo de aprendizado da linguagem, de modo que se possam identificar evidências empíricas para a *indeterminação da tradução*, para o *holismo* e por fim a *naturalização da epistemologia*. Nascimento apresenta com clareza esse desdobramento do pensamento de Quine:

[...] o holismo não pretende ser uma tese fundamentada em algum tipo de princípio *a priori* ou transcendente. Antes, ela pretende ter o *status* de uma tese *empírica*, científica. Ou seja, é uma tese que pode ser sugerida ou derivada das próprias considerações – empíricas, científicas – feitas a respeito do aprendizado da linguagem e das relações evidenciais que, nesse processo, se constituem entre os diferentes tipos de enunciados (NASCIMENTO, 2008, p. 134).

Abandonando no campo da semântica o dualismo analítico-sintético, *quarto marco do empirismo*, e no terreno da epistemologia o reducionismo radical, *segundo dogma do empirismo*, Quine ofereceu em contrapartida o holismo, que ele apresentou como o *terceiro marco do empirismo*, esse será o princípio condutor do seu programa de pesquisas, pois os significados e a verdade precisam receber uma elucidação.

O holismo semântico permite estabelecer os significados dos termos e sentenças, mas somente em relação ao todo dos quais participam: os termos tomados como parte, em relação aos enunciados assumidos como o todo; os enunciados, por sua vez, assumidos como parte, em relação às teorias tomadas como o todo. Esse holismo epistemológico assegura que a verificação é possível, mas somente quando os enunciados forem tomados como parte das teorias das quais eles participam é que eles poderão ser infirmados ou confirmados.

Dessa maneira, Quine ao mesmo tempo em que apresenta essa crítica aos dogmas do empirismo, busca oferecer uma alternativa que permita ao empirismo levar avante um novo programa de pesquisa, mas agora sem ter que acatar os dogmas. Além do mais, é preciso que sua proposta teórica tenha um suporte empírico. A descrição feita por Quine sobre o aprendizado da linguagem assume o firme propósito de radicar suas principais teses em bases empíricas, oferecendo uma resposta convincente para o problema do significado e da evidência.

CAPÍTULO 3 - O PROBLEMA DO SIGNIFICADO E DA EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Se o *primeiro marco do empirismo* constitui em abdicar das idéias como entidades mentais privadas e assumir as palavras como ocorrências públicas, então é necessário extrair consequências desse passo na evolução do empirismo e não mais associar os significados com obscuras entidades mentais. A linguagem enfatizada no seu aspecto público se constitui numa realidade propícia à abordagem segundo uma metodologia empírica. A opção pelo naturalismo como a metodologia mais adequada para desenvolver essa análise, tem o mérito, segundo Quine, de afastar o fundacionalismo ou qualquer outra realidade *a priori*. Daí que todo o seu percurso teórico, até aqui apresentado, o conduziu ao *quinto marco do empirismo*: o naturalismo. Portanto, é desse ponto de chegada, ainda que provisório, que ele deve apresentar uma resposta afirmativa para o problema de como se alcança o conhecimento:

Filosoficamente estou ligado a Dewey pelo naturalismo que dominou suas três últimas décadas. Com Dewey, eu sustento que conhecimento, mente e significado são parte do mesmo mundo com que eles têm a ver e que eles têm de ser estudados com o mesmo espírito empírico que anima a ciência natural. Não há lugar algum para uma filosofia *a priori* (QUINE, 1975b, p. 139).

Quine se utiliza de um recurso lógico-semântico que explora essa evolução do empirismo e se constitui numa alternativa à semântica intensionalista: a abordagem extensionalista da significatividade²¹. Sua análise dos dois dogmas do empirismo apresentou todos os impasses decorrentes da semântica mentalista. Porém, resta uma questão; o que fazer com a noção de *significado*? Ela permanece como um resíduo da própria linguagem natural. Há sempre o risco, a cada uso do termo *significado*, mesmo

²¹ Um contexto linguístico é considerado extensional quando se reporta somente a entidades existentes, conforme o esclarecimento a seguir: “A semântica extensionalista reduz o significado e a verdade a relações cumulativas dos conjuntos entre termos de uma linguagem e os objetos existentes, entidades padronizadamente espaciotemporais e abstratas, que pertencem à extensão do termo. A extensão de um nome é o existente particular denotado pelo nome; a extensão de um predicado é o conjunto de objetos existentes que têm a propriedade representada pelo predicado. A sentença “Todas as baleias são mamíferos” é verdadeira na semântica extensionalista coma condição de que não existam baleias que não sejam mamíferos, nenhum objeto existente na extensão do predicado “baleia” que não esteja também na extensão de “mamífero”. Os contextos linguísticos são extensionais se: (i) fazem referência somente a objetos existentes; (ii) justificam a substituição de termos codesignativos de código (referentes à mesma coisa) ou a proposições logicamente equivalentes, *salva veritate* (sem perda do valor de verdade); e (iii) é logicamente válido quantificar existencialmente (concluir que *Existe um objeto tal que...* etc.) objetos que são referidos dentro do contexto. Os contextos que não satisfazem estes requisitos são intensionais, não-extensionais, ou referencialmente opacos” (JACQUETTE, apud AUDI, 2006, p. 317).

sem assumir os compromissos ontológicos que o termo implica, há sempre a possibilidade de entidades mentais se insinuarem indiretamente na análise semântica.

Ao circunscrever seu universo ontológico ao campo extensional: “ser é ser o valor de uma variável” (QUINE, 1975g, p. 232),²² ele poderá apontar sentenças significativas sem assumir compromissos ontológicos com a entidade significado, “não sinto nenhuma relutância em recusar-me a aceitar significados, pois nem por isso nego que palavras e enunciados sejam significativos” (QUINE, 1975g, p. 229). Ao reduzir sua explicação sobre o significado aos objetos existentes, isto é, ao campo extensional, é preciso que se limite também a descrever esses objetos por meio de uma linguagem extensional. A variável ligada *algo*, da lógica quantificacional, recobre uma extensão na qual há sentenças significativas, mas não exige nenhum compromisso com a existência do significado enquanto entidade, assim o universo ontológico de Quine pode ser povoado por sentenças significativas, mas não por significados²³:

As variáveis de quantificação, ‘algo’, ‘nada’, ‘tudo’, percorrem toda a nossa ontologia, qualquer que seja ela; e ficamos atados a uma pressuposição ontológica particular se e somente se o pretendo pressuposto tiver que ser reconhecido entre as entidades que nossas variáveis percorrem a fim de tornar uma de nossas afirmações verdadeiras (QUINE, 1975g, p. 230 -231).

Quine associa o significado à extensão, isto é, identifica o significado com o escopo das realidades a que uma sentença se aplica. Saber a quais realidades uma sentença se aplica é externamente determinado na conversação. Tais sentenças são referidas a tais realidades, isto lhes confere significatividade sem precisar recorrer a

²² Para uma melhor compreensão desse ‘preciso critério de assunção ontológica’ é proveitoso consultar a explanação de Nascimento sobre o assunto. Ele exemplifica com: “Onde quer que haja um corvo ele é preto. Aqui, houve não apenas a conexão entre as duas sentenças ocasionais, gerando uma sentença permanente, mas também a fixação da referência, a individuação do termo ‘corvo’. [...] isso, em notação canônica, torna-se: $\forall x(Fx \rightarrow Gx)$ Lê-se: para todo x, se x é F, x é G; onde “F” está por “corvo” e “G” por “preto”. O “x” aqui, o que chamamos de variável ligada, tem a função antes desempenhada pelo pronome. A repetição de “x” – sob a incidência do quantificador – garante que se trata do *mesmo* objeto, referido nas duas partes da implicação” (NASCIMENTO, 2008, p. 148 – 149).

²³ Estamos recorrendo à mesma interpretação de Oliveira sobre esse uso que Quine faz do seu critério de assunção ontológico: “A solução de Quine está em recusar os significados. Isso não significa, obviamente, negar que palavras e sentenças sejam significativas (“meaningful”), ou, com prefere Quine, significantes (“significant”) – para evitar a sugestão etimológica do significado como entidade. De acordo com o critério ontológico de Quine – segundo o qual “ser é ser o valor de uma variável” – pode-se dizer que sentenças são significantes sem nenhum compromisso com o reconhecimento de significados como entidades. Parafraseando um de seus exemplos (“Alguns cães são brancos”), podemos dizer que a sentença “Algumas sentenças são significantes” informa que algumas coisas que são sentenças são significantes. E, a fim de que essa sentença seja verdadeira, as coisas que a variável ligada “algo” percorre devem incluir algumas sentenças significantes, mas não precisam incluir o significado nem, digamos assim, a ‘sentencialidade’(qualidade de uma sentença)” (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

significados intensionais. Importa atentar que esse recurso quantificacional permite desfazer qualquer confusão entre semântica e ontologia, confusão que fizesse a existência depender da linguagem. Para tanto, afirma que se tiver que decidir sobre ontologias concorrentes, “a resposta não é certamente proporcionada pela fórmula semântica ‘ser é ser o valor de uma variável’; pelo contrário, essa fórmula serve antes para testar a conformidade de uma certa afirmação ou doutrina com respeito a um critério ontológico prévio” (QUINE, 1975g, p. 232). Portanto, o critério ontológico assumido por Quine não é adequado para testar a existência de coisas no mundo, mas para testar o que sistemas teóricos específicos afirmam que há no mundo. Não podemos esquecer que sua compreensão da ontologia é pensada como imanente às linguagens, pois como bem aponta Nascimento:

Realmente, aquilo que Quine vem denunciar é justamente que, ao terem fracassado as tentativas empirista tradicionais de explicitar as relações entre linguagem e mundo – exemplificadas especialmente na ideia de delimitar uma classe de enunciados puramente sintéticos e outra classe de enunciados puramente analíticos –, devem fracassar também *todas* as tentativas de desvincular nossas crenças sobre o mundo das teorias que entretemos sobre o mundo (NASCIMENTO, 2008, p. 132-133).

Os apelos de Quine por um fim do dualismo analítico-sintético, partindo de uma argumentação fortemente semântico-linguística, agora assume uma coloração ontológica, advogada na consequente afirmação de uma correlação entre crenças e teorias sobre o mundo, por fim, entre linguagem e mundo.

Para dar prosseguimento a sua análise no campo do uso público da linguagem, Quine precisa acertar as contas com a noção de proposição, pois tal noção é postulada como a realidade que traduz o sentido de um enunciado, “alguns outros supostos objetos abstratos que são como atributos, com respeito ao problema da identidade, são as *proposições* – no sentido de entidades que de algum modo correspondem a sentenças como atributos correspondem a predicados” (QUINE, 1975a, p. 134). Portanto, a proposição se distingue da representação gráfica do enunciado que ela exprime e subsiste como uma entidade oculta no signo linguístico, como um atributo da sentença. Como o termo proposição implica essa referência à realidades ocultas, os significados que apreendemos intelectualmente a cada vez que compreendamos uma frase, independente do que cada falante possa associar em cada uso concreto das frases, a noção de proposição tem sido objeto de amplos debates entre intensionalista e

extensionalista. Pois, assim compreendida, a proposição é assumida como veículo primordial da verdade, pois “parte do que encorajou a admissão de proposições foi um desejo de ter veículos eternos de valor de verdade, independentes de linguagens particulares” (QUINE, 2010, p. 308-309). A verdade seria uma propriedade dessas entidades requeridas pela noção de proposição. Por conta desses compromissos ontológicos com entidades mentais, implicando que “todo termo e toda sentença é um rótulo ligado a uma ideia, simples ou complexa, que está estocada na mente” (QUINE, 1975c, p. 169), abandonadas no *primeiro marco do empirismo*, Quine irá se desfazer da noção de proposição:

Sufocados pelos problemas da identidade de atributos e proposições, podemos contudo optar por dar uma boa varredura neles e encarregar-nos de tratar de algum modo as atitudes atributárias e proposicionais sem eles. Filósofos que seguem essa linha austera recorrerão talvez a formas linguísticas efetivas, a sentenças, ao invés de proposições, como objeto das atitudes proposicionais; e a formas linguísticas efetivas, a predicados, ao invés de atributos, como objetos das atitudes atributárias (QUINE, 1975a, p. 135).

Assim, a semântica de Quine tem como característica fundamental a extensionalidade. Ela permite que se possa falar em “atitudes tributárias e proposicionais”, mas sem os compromissos com a identidade dos atributos e proposições como entidades. Desse modo, as ocorrências linguísticas efetivas substituem as proposições e os atributos, despovoando o seu universo ontológico desses resíduos da semântica intensionalista. Assumindo a tese da extensionalidade poderá, por meio dela, enfrentar a semântica intensionalista e todas as noções a ela associadas, conforme já apresentamos: *significado, sinonímia, analiticidade*. Não há, para nenhuma dessas noções, um critério claro e aceitável de identidade, e já foi firmado o propósito teórico de que não se aceita “Nenhuma entidade sem identidade” (QUINE, 1975a, p. 135). Se ainda tivermos que continuar utilizando esses termos, ele pede que pelo menos não se exija concebê-las como entidades, quando muito como *meias-entidades* que resistem como resíduos da linguagem intensional.

Essa semântica receberá um tratamento mais generalizado e ao mesmo tempo será fortalecida quando for relacionada à teoria do aprendizado linguístico, pois a estruturação da linguagem será explicada sem recorrer às noções intensionais ou mentalistas. O naturalismo e o behaviorismo serão os dois recortes teóricos que nortearão a descrição da linguagem e a semântica quineana. O naturalismo como recusa

de qualquer filosofia primeira, de todo *a priori* que anteceda a ciência natural. O behaviorismo tomando o comportamento como fonte primordial da significação. Nesses termos, o desafio teórico é formulado:

Quando um filósofo naturalista se dirige à filosofia da mente, ele está pronto para falar de linguagem. Significados são, em primeiro lugar e antes de tudo, significados da linguagem. A linguagem é uma arte social que nós todos adquirimos, tendo como única evidência o comportamento aberto de outras pessoas em circunstâncias publicamente reconhecíveis. Os significados, portanto, esses verdadeiros modelos de entidades mentais, resultam em água para o moinho do behaviorismo. Dewey foi explícito sobre esse ponto: “O significado . . . não é uma existência psíquica; é, primeiramente, uma propriedade do comportamento” (QUINE, 1975b, p. 139).

Essa compreensão do aprendizado da linguagem como uma arte social, permitirá a postulação de uma continuidade entre o *senso comum* e as *ciências*, a *linguagem natural* e a *linguagem teórica*, pois a ciência será apresentada como uma continuidade do aprendizado da língua natural. Portanto, a semântica extensional tem importância fundamental na estruturação das teses que conduzem à naturalização da epistemologia.

3.1. Significado e aprendizado da linguagem

A principal entidade mental submetida à crítica quineana é a noção de significado como entidade supralinguística, como já apresentamos. Para ampliar e ao mesmo tempo oferecer um fundamento empírico para essa sua crítica Quine agora percorre o caminho do aprendizado da língua nas suas duas dimensões *fonética* e *semântica*. Inicialmente ele destaca dois aspectos importantes que estão presentes no aprendizado de uma palavra, “uma parte é estar familiarizado com o som dela e ser capaz de reproduzi-lo” (QUINE, 1975b, p. 140). Essa parte do conhecimento de uma palavra não produz equívocos nem obscuridades, pois “essa parte, a parte fonética, se cumpre pela observação e imitação do comportamento de outras pessoas e não há nenhuma ilusão importante acerca do processo” (QUINE, 1975b, p.140). Como tal parte consiste simplesmente em mimetizar o comportamento de outro falante, reproduzindo o que ele tenha realizado e relacionando a uma ocorrência linguística já socialmente relacionada a esse comportamento, não há qualquer necessidade de se recorrer a entidades mentais para explicar esse procedimento. A dimensão *fonética* do aprendizado da linguagem é simples e não produz obscuridades, porém o componente *semântico* é complexo e fonte de equívocos:

A parte semântica do aprendizado de uma palavra é, portanto, mais complexa que a parte fonética, mesmo nos casos simples: temos de ver o que está estimulando o outro locutor. No caso de palavras que não atribuem diretamente traços observáveis às coisas, o processo de aprendizado é, de modo crescente, complexo e obscuro; e a obscuridade é o lugar de procriação da semântica mentalista (QUINE, 1975b, p. 140).

O segundo aspecto é que é gerador de problemas, pois “a parte semântica, é saber como usar a palavra” (QUINE, 1975b, p. 140). Agora não se trata mais de mimetizar o som de uma palavra, mas de referir a palavra a um objeto, “ele tem também de ver o objeto; e, em acréscimo a isso, a fim de capturar a relevância do objeto para a palavra, ele tem que ver que o locutor também vê o objeto” (QUINE, 1975b, p. 140). Esse segundo momento é o responsável pelas obscuridades mentalistas que só serão corrigidas quando também forem referenciadas a comportamentos:

Aquilo em que o naturalista insiste é que, mesmo nas partes complexas e obscuras do aprendizado da linguagem, o aprendiz não tem dado algum com que trabalhar a não ser o comportamento aberto de outros locutores (QUINE, 1975b, p. 140).

Para desgastar a tese mentalista que toma o significado como uma entidade residindo na mente, com existência independente do comportamento observável, apresenta-se uma teoria semântica que implica o holismo, a tese já anteriormente apresentada de que os significados dos enunciados não são constituídos isoladamente, mas são derivados dos sistemas de crenças de que participam. A descrição do aprendizado da linguagem dá uma base empírica para essa tese, pois exemplifica como entre as ocorrências linguísticas e o comportamento associado a elas os significados só são constituídos quando se toma o conjunto da linguagem.

As relações entre enunciados e comportamento no espaço dos sistemas linguísticos produzem significados. Cada indivíduo é socialmente estimulado a associar determinados comportamentos verbais com específicas estimulações sensoriais. Assim, aprendemos significados linguísticos por meio de condicionamentos reflexos, hábitos e associações, publicamente acessíveis, sem precisar recorrer à existência misteriosa das entidades mentais. É necessário apresentar uma consistente teoria do aprendizado linguístico, de modo que se elucide como os significados são constituídos sem precisar recorrer à semântica mentalista, radique ainda a sua análise no campo do empirismo e esclareça a natureza da relação entre linguagem e mundo.

Palavra e Objeto a obra seminal de Quine, publicada em 1960, intitula o seu primeiro capítulo de *Linguagem e Verdade*. Nesse primeiro capítulo ele situa o problema do conhecimento no espaço da tradição empirista, porém um empirismo liberado dos seus dogmas, tal como ele já assumira em *Dois Dogmas do Empirismo*, de 1953, que é, na verdade, um empirismo ampliado. Encontramos aqui bem delineada a marca fundamental desse empirismo que correlaciona linguagem e mundo, “dado que nosso questionamento acerca dos objetos pode somente coerentemente iniciar em relação a um sistema teórico que esteja baseado, ele próprio, em nossa aceitação preliminar dos objetos” (QUINE, 2010, p. 25). Entendemos que tal postura amplia o empirismo, pois delimitar a tradição empirista como o espaço teórico para formular hipóteses sobre o conhecimento implica já estar situado em um espaço prévio muito geral e indeterminado de crença nos objetos físicos, pois “nós estamos limitados na forma de iniciar mesmo se não estivermos limitados em como podemos terminar” (QUINE, 2010, p. 25). Não há outra escolha como ponto de partida, para manter-se fiel ao empirismo, mas essa determinação inicial não limita os pontos de chegada.

Quine analisa o encontro da linguagem – estrutura verbal – constituída como um conjunto extremamente articulado que permite compreender tudo, e uma modalidade de conhecimento que é produto desse encontro, assim ele apresenta um propósito para o capítulo que será também o da obra, “eu proponho neste capítulo introdutório refletir sobre nossa fala dos fenômenos físicos como fenômenos físicos, e sobre nossas criações científicas como atividades no interior de um mundo que imaginamos” (QUINE, 2010, p. 26). Quine se propõe esclarecer o papel da linguagem e da realidade empírica na representação que construímos da realidade. Teremos oportunidade de apresentar como ao longo de sua obra ele desenvolve mecanismos teóricos para realizar o propósito aqui anunciado.

Palavra e Objeto, esse título dado por Quine a sua obra seminal aparece como uma síntese do seu empirismo e do método que irá desenvolver em múltiplas direções para elucidar como conhecemos e o que conhecemos: a ordem das palavras circunscrevendo a ordem dos objetos e sendo ao mesmo tempo subdeterminada por eles. Nela estão presentes, muitas vezes embrionariamente, todos os elementos que ele desenvolve para construir uma alternativa viável ao empirismo lógico, um empirismo sem dogmas que consiga responder as duas questões capitais que orientam seu projeto

de pesquisa: encontrar e apresentar evidências observacionais para o significado das palavras e para as teorias científicas, como já foi apresentado.

Essa alternativa deve ainda recobrir cada um dos marcos do empirismo, já apontados por ele, de modo que partindo de uma descrição minuciosa do aprendizado da linguagem, possa associar o significado ao que acontece no mundo, porém sem reducionismo ou dualismo. Por fim, cada passo teórico deve oferecer sustentação para uma convincente naturalização da epistemologia que tenha na ciência e na sua metodologia *o critério último da verdade*:

A partir de um estudo da considerável literatura acerca do método científico, um corpo mais detalhado de cânones poderia ser estabelecido; apesar de ser usual duvidar de que isto possa ser feito de forma final e definitiva. De qualquer maneira, o método científico, quaisquer que sejam seus detalhes, produz teoria cuja conexão com todas as possíveis irritações de superfície consiste apenas no próprio método científico, sem apoio de controles ulteriores. Esse é o sentido em que é o último árbitro da verdade (QUINE, 2010, p. 47).

Apresentar o conhecimento científico com sua metodologia como o critério último para a verdade, não significa por um ponto final nas pesquisas ou postular que qualquer versão da metodologia científica possa ser assumida como final e definitiva, mas seguir aspectos essenciais desta metodologia no que diz respeito a um aprimoramento contínuo com o propósito de se construir representações cada vez mais aproximadas da realidade, ancoradas em evidências empíricas e que possam ser generalizadas para recortes cada vez maiores do real.

Assumir a ciência dessa forma permite contornar o normativismo associado ao modelo padrão de conhecimento, pois a ciência não é tomada como um modelo ideal de conhecimento, cujos mecanismos de constituição estejam de tal forma finalizados que possam ser assumidos como norteadores para outras epistemologias. Porém, é necessário encontrar evidências empíricas para essa tese na descrição mesma do aprendizado linguístico.

Os discursos se articulam e produzem significados que conseguem ir muito além do que é inicialmente dado na estimulação sensível, isto é, nossas construções discursivas e teóricas não ficam limitadas ao que recebemos das estimulações empíricas, e isto acontece tanto no nosso aprendizado linguístico quanto na construção das nossas teorias científicas. Assim, devemos estar atentos a essa passagem dos dados sensíveis

para as construções inteligíveis, isto é, a passagem do concreto do mundo para a inteligibilidade da linguagem, pois um excesso é produzido: uma representação linguística do mundo que se distancia da evidência sensível.

Esse modo de compreender a relação entre significados e evidências empíricas se traduz em um problema epistemológico, pois exige que se estabeleçam critérios para lidar com os excessos produzidos no processo de representação do mundo e orientem quanto aos procedimentos para se reconduzir os discursos ao âmbito do que é permitido pela evidência empírica.

A ciência será o conhecimento que melhor possibilita tal esclarecimento, tanto como exemplo ilustrativo quanto pela metodologia que realiza, pois “é parte da atividade do cientista generalizar ou extrapolar a partir de amostra de dados e, assim, chegar até leis abrangendo mais fenômenos do que foram averiguados” (QUINE, 2010, p. 43). A generalização da ciência ilustra bem a força do componente lógico e formal na elaboração do conhecimento, e servirá como um forte exemplo para a tese de Quine de que não faz sentido postular referência empírica para todos os enunciados. É certo que nós acessamos o mundo por meio dos nossos sentidos e, em seguida, capturamos tudo o que é acedido pelos sentidos na rede das nossas estruturas verbais, porém o conhecimento produzido não fica limitado a uma correspondência termo a termo entre palavra e objeto:

Não podemos despojar-nos dos ornamentos conceituais frase a frase e deixar uma descrição do mundo objetivo; porém podemos investigar o mundo, e o homem como parte dele, e assim descobrir quais pistas ele poderia receber daquilo que ocorre ao seu redor. Subtraindo as pistas de sua visão de mundo, nós alcançamos a contribuição líquida humana como a diferença. Essa diferença marca a extensão da soberania conceitual humana – o domínio no interior do qual ele pode revisar a teoria enquanto salva os dados (QUINE, 2010, p. 25-26).

As condições iniciais do conhecimento estão dadas no encontro desta apreensão sensível dos objetos com a inteligibilidade gramatical que herdamos socialmente, mas há sempre uma extrapolação e é esta extrapolação que será objeto da minuciosa análise desenvolvida por Quine. Ele utiliza o termo *teoria do mundo*, identificado com um conjunto de crenças, de enunciado articulados como discurso e que mantêm certa unidade, pontos de coerência. Todo o conjunto de nossas práticas culturais: ciência, filosofia, arte, religião, senso comum, se articulam em discursos que mantêm entre si diferentes ligações e permitem transformar o mundo em conhecimento. Não há, na

hipótese quineana, um ponto de partida neutro que permitisse inaugurar sentenças originais sobre o mundo que já não fosse devedora de ‘esquemas conceituais’ primários que permitiriam um acesso ao mundo relevante ou informativo. O mundo que acedemos pelos sentidos não se traduziria em significados se já não tivéssemos a nossa disposição uma teoria do mundo cujas crenças permitissem a construção de tal significado.

Explorando essa perspectiva, considera mesmo como um erro supor “de que nós podemos determinar separadamente do que falar e o que dizer daquilo do qual falamos” (QUINE, 2010, p. 65), pois estamos sempre na dependência das teorias que conhecemos e dispomos, de tal forma que “para analisar a construção de teorias como iremos fazer, temos todos que iniciar pelo meio. Nossos primeiros conceitos são de tamanho médio, a meia distância dos objetos, e a introdução nossa a eles, e a tudo, aparece a meio caminho na evolução cultural da raça” (QUINE, 2010, p. 25). Não há como separar o significado das palavras da constatação das coisas, nem a constatação das coisas do significado das palavras.

O projeto epistemológico de Quine é desenvolvido a partir dessa justificação para a relação entre as teorias do mundo: teorias entendidas como conjunto articulado de enunciados, e a apreensão do mundo realizada pelos sentidos. O caminho percorrido por ele para esclarecer tal relação, passa pela afirmação de um paralelismo entre a linguagem natural e as teorias científicas e a consequente afirmação das teorias como subconjuntos do conjunto linguagem. Ele argumentará que não conseguiremos separar com precisão nosso conhecimento da linguagem do nosso conhecimento do mundo e por tal razão também não conseguiremos determinar de maneira isolada o que permite estabelecer a verdade das sentenças e teorias: o mundo ou a linguagem.

Se o nosso conhecimento do mundo é sempre mediado pela linguagem, por um componente linguístico necessário e o nosso conhecimento dos significados acontece em conexão direta com o mundo, por um componente empírico necessário, então não se pode ter conhecimento algum de qualquer realidade sem uma compreensão prévia desta mesma realidade, isto é, nós não podemos pensar que “primeiramente, temos de compreender o que são os objetos, e, em segundo lugar, temos de compreender o que a teoria diz a respeito deles” (QUINE, 2010, p. 39). O que uma realidade significa e o que uma realidade é são dimensões que não podem ser separadas, são dois aspectos de uma mesma realidade.

Como consequência, tem-se uma interdependência necessária entre crenças-interpretações e significados-traduições. Argumentando com exemplos dos conceitos teóricos da ciência e seus objetos referenciados, mas cujas conclusões são extensivas a toda relação linguagem mundo, Quine enfatiza que “nosso vir a compreender o que os objetos são é, na sua maior parte, apenas nosso domínio daquilo que a teoria diz a respeito deles. Nós não aprendemos antes aquilo do qual falar e, então, o que dizer acerca dele” (QUINE, 2010, p. 39). Encontramo-nos sempre ante a necessidade de termos que operar com os significados das palavras e, ao mesmo tempo, identificar as crenças sobre as coisas presentes em nossas afirmações. É necessária a constituição de uma metodologia que permita elucidar as duas atividades simultaneamente. Como a porta de entrada para solucionar esses problemas passa pelo exame da linguagem, a decisão de desenvolver a análise no espaço teórico delimitado pelo empirismo exige que isso deva ser feito em termos de comportamentos observáveis, fazendo com que significados e ontologia recebam a mesma elucidação:

O problema do significado reduz-se, então, ao problema de explicar o que Quine chama “o ter significado” ou significância (o problema do gramático) e a identidade de significado ou sinonímia (o problema do lexicógrafo). E isso, segundo acredita, deve ser feito – e ele procurará fazer- ‘em termos de comportamento’ (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

Quine irá descrever o processo de aprendizado da linguagem com a preocupação teórica de eliminar as entidades mentais. Indicando o comportamento como o foco de sua análise, será possível eliminar as interferências das entidades oriundas da semântica mentalista e eleger a psicologia empírica como a metodologia que possibilita essa abordagem.

3.2. Tradução radical e inescrutabilidade da referência

O que se pretende em um mesmo movimento de análise é afastar definitivamente a associação entre significado e existência de entidades, isto é, a tese da semântica mentalista que afirma a existência de significados como entidades mentais e ainda a tese da semântica empirista que associa significado com a referência. A associação indevida entre significados e entidades, sejam entidades mentais ou empíricas, produz a ilusão de se ter elucidado a noção de significado.

A linguagem que é protagonista do processo de comunicação humano e da descrição científica do mundo assume um papel central nesse propósito teórico. Quine

procura aproximar o aprendizado da linguagem o máximo possível de um ponto zero e o faz por meio da descrição do aprendizado da linguagem pela criança e do trabalho de um linguista num processo de tradução radical. Como não é possível iniciar de um ponto zero, pois sempre já estamos na linguagem, esses dois experimentos teóricos permitem captar a constituição dos significados e da referência no ponto mais remoto que podemos alcançar. Elucidar o modo como os significados e a referência são constituídos é de fundamental importância para se compreender o desenvolvimento da ciência, afastar a epistemologia de seus compromissos com o fundacionalismo, o normativismo e o mentalismo e ao mesmo tempo possibilitar a naturalização da epistemologia.

3.3. O experimento da tradução radical

Quine desenvolve a sua descrição do aprendizado da linguagem recorrendo a um experimento filosófico que chama de *tradução radical*, pois “o que é mais relevante para nossos propósitos é a tradução radical, isto é, a tradução de uma língua de um povo ainda não tocado” (QUINE, 2010, p. 53). A ficção filosófica assume como propósito elaborar um manual de tradução para uma nova linguagem e “irei imaginar que toda ajuda de intérpretes está excluída” (QUINE, 2010, p. 53). Este procedimento procura elucidar a interpretação por meio da prática da tradução de uma linguagem completamente desconhecida para o tradutor, esse não dispõe de qualquer recurso que permita uma aproximação entre a sua língua e a que se propõe traduzir. Assim imaginada a tradução radical é considerada como um modelo adequado para a interpretação porque a linguagem a ser interpretada terá sempre um sentido particular para o tradutor, já que os únicos dados de que dispõe para realizar sua tradução são as sentenças proferidas na língua nativa e as circunstâncias que observa quando do proferimento das sentenças.

É importante assinalar que o experimento da tradução radical é tomado como paradigmático, pois Quine irá projetar as conclusões estabelecidas a partir deste experimento para o todo da linguagem. De tal forma que ele poderá afirmar que não é só na tradução radical que os nossos próprios padrões são tomados como determinantes no processo de tradução, “estamos limitados a adaptar qualquer padrão alheio a nosso próprio padrão, no mesmo processo de entender ou traduzir as sentenças alheias” (QUINE, 1975, p. 123). A maior dificuldade para realizar esse experimento é

estabelecer o ponto de partida, pois esse trabalho é norteado pela hipótese de não se poder separar conhecimentos linguísticos e conhecimentos empíricos. Significados linguísticos e crenças empíricas se apresentam simultaneamente para o tradutor, daí a dificuldade, num processo de tradução radical, como esse que está sendo imaginado, de se estabelecer quando se está se referindo às mesmas coisas a partir da decisão sobre o que se está dizendo a respeito delas.

Para se contornar essa primeira dificuldade, o *significado por estímulo* das palavras é tomado como a porta de entrada para o processo de interpretação ou tradução de uma língua para outra, pois “o significado por estímulo de uma frase para um sujeito é a soma de sua disposição a assentir ou a dissentir de uma frase em resposta a uma estimulação presente” (QUINE, 2010, p. 59). Porém, ele deve ser associado a um padrão de estimulação e não ao objeto que ativa uma estimulação específica, pois do contrário não conseguiríamos associar estimulações similares a objetos distintos e usar termos genéricos, nem diferentes estimulações ativadas pelo mesmo objeto em diferentes situações e aplicar um nome próprio para o mesmo indivíduo, “logo, uma estimulação tem de ser concebida para esse propósito não como um evento particular datado, mas como um universal, uma forma reproduzível de evento” (QUINE, 2010, p. 59). É necessário ainda precisar quais frases estímulos são mais adequadas para os propósitos projetados.

As chamadas *frases de ocasião* serão escolhidas como as mais apropriadas, pois permitem que se estabeleça um assentimento ou dissentimento quando de suas ocorrências, são frases “que dispõem ao assentimento ou dissentimento somente se perguntadas depois de uma estimulação incitadora apropriada” (QUINE, 2010, p. 61). Para Quine, o experimento filosófico de se construir um manual de tradução para uma língua exige a identificação das frases de ocasião naquela língua, e a construção de traduções alternativas para o significado dessas frases, isto é, quais são os padrões de estimulações que ativaram tais frases.

Porém, há ainda outro problema que precisa ser contornado, a interferência das *informações colaterais* ou intrusivas que não são ativadas diretamente pelos estímulos, “não podemos eliminar o papel que a informação colateral desempenha em nosso comportamento verbal, dadas as inevitáveis relações holísticas que existem entre nossas crenças” (QUINE, 2010, p. 80). É necessário então recorrer a um tipo específico de

frases de ocasião, as *frases de observação*, pois elas são mais resistentes à influência das informações intrusivas.

Essas frases terão uma dupla função nesse experimento paradigmático desenvolvido por Quine: primeiro, radicar seu experimento no campo empírico, para isso ele elege aquelas “frases de ocasião, cujos significados por estímulo não variam sob a influência de informação colateral, podem naturalmente ser chamadas *frases de observação*” (QUINE, 2010, p. 69); segundo, não fazer qualquer concessão a existência de significados que tenham outra natureza que não a da observação compartilhada, “podemos dizer sem medo de nos contradizermos, que seus significados por estímulos fazem plena justiça a seus significados” (QUINE, 2010, p. 69), isto é, as frases de observação apresentam uma garantia empírica que permite associar o significado por estímulo ao significado da frase naquela ocorrência e afastam qualquer resíduo da semântica mentalista.

A observação aqui referenciada é aquela que é compartilhada pelos que fazem uso de uma mesma linguagem e que poderão construir uma identidade na resposta linguística, assim “em sua explanação da relação linguagem-mundo, Quine se furta, na verdade, ao problema de definir a observação. Seu expediente consiste em não falar de sensações privadas, de observação, mas, também aí na ‘ponta observacional’ falar de linguagem” (OLIVEIRA, 2004, p. 12). A linguagem, cujo aprendizado está sendo aqui examinado do ponto de vista empírico-experimental, é tomada como determinante também para a observação:

Uma sentença é observacional – escreve ele – na medida que seu valor de verdade é admitido, em cada ocasião, por praticamente todo membro da comunidade linguística testemunha da ocasião. Esta definição depende da ideia de pertença à comunidade linguística, mas isso não traz nenhum problema: podemos reconhecer a pertença à comunidade linguística pela mera fluência do diálogo, o que podemos constatar sem conhecer a linguagem em questão (QUINE apud OLIVEIRA, 2004, p. 13-14).

Essa definição de sentença observacional apresenta bem a estratégia que permite aplicar a metodologia elegida como a mais adequada para o exame do aprendizado linguístico: o behaviorismo, pois a estrutura de estímulo-resposta será determinante na descrição da aquisição de uma língua. Devemos atentar ao que de consensual possa ser estabelecido, tanto para os enunciados que corresponde à observação, quanto para aqueles que são produzidos para além das evidências empíricas.

Para Quine o adestramento se processa por um mecanismo bastante simples de *premiação* e *penalização*, de tal forma que o indivíduo é instado a proferir o enunciado que é desejável em função de uma ocorrência empírica, “o método da sociedade de treino consiste em premiar a enunciação de ‘Vermelho’ quando o indivíduo é visto olhando algo vermelho, e penalizá-lo quando é visto olhando para outra coisa” (QUINE 2010, p. 27). Dessa forma, a associação entre ocorrências linguísticas e objetos no mundo resulta desse treinamento social, eliminando qualquer significado privado, residente na mente, que, em um processo sequencial, associaríamos aos termos.

Ele insiste na aquisição social da linguagem e no uso público das palavras para que possa aflorar o sentido que associamos a elas, “A sociedade, agindo somente com bases em manifestações públicas, foi capaz de treinar o indivíduo a dizer aquilo socialmente apropriado em resposta mesmo a estimulações socialmente não detectáveis” (QUINE, 2010, p. 26). Não há então espaço para significados que não sejam diretamente associados ao uso público da linguagem, seja ele próximo ou remoto.

Munido dessas precauções metodológicas, o linguista quineano inicia o seu trabalho de campo, para tal Quine pede que “imagine-se uma tribo recém-descoberta cuja linguagem não tenha afinidades conhecidas. O linguista tem de aprender a linguagem diretamente, observando o que os nativos dizem em circunstâncias observadas, encontradas ou planejadas” (QUINE, 1975a, p.123). O experimento serve tanto para testar a viabilidade das hipóteses de trabalho, quanto para dar a elas base empírica: ele testemunha o falante da língua nativa pronunciar o termo *gavagai* quando avista um coelho e apresenta diferentes hipóteses para a tradução do termo *gavagai*: todo o coelho, partes específicas do coelho, sua cor, seu movimento. O teste para qual das traduções hipotética é mais adequada consiste em pronunciar o termo *gavagai* em circunstâncias diferentes e avaliar o assentimento ou dissentimento do nativo, de modo a poder abandonar as hipóteses inadequadas:

O linguista está então autorizado a atribuir à expressão nativa a tradução cautelosa *Eis aí um coelho*, *Aí temos um coelho*. *Ei! um coelho*, *Ei!, coelhice de novo*, na medida em que as diferenças entre essas sentenças portuguesas se contam como irrelevantes. Esse tanto de tradução pode ser objetivo, por mais exótica que seja a tribo. A tradução reconhece a expressão nativa como, na prática, uma sentença para anunciar coelhos. Mas o passo usado subsequente do linguista, no qual impõe seu próprio padrão de pôr objetos, sem garantia especial, é dado quando equaciona a expressão nativa ou alguma parte dela ao termo *coelho* (QUINE, 1975a, p.123).

Quine aponta que não há um critério claro para o linguista tradutor determinar a identidade ou a quantificação, porém elas são estabelecidas, mas de modo arbitrário, “ele tivera de decidir, ainda que arbitrariamente, como acomodar na tradução nativa expressões idiomáticas portuguesas de identidade e quantificação” (QUINE, 1975a, p. 124). Comentando posteriormente o exemplo desenvolvido para argumentar a partir da tradução radical, ele aponta como nem a repetição do termo nem a estimulação adequada são determinantes para o significado:

Um exemplo artificial que usei alhures depende do fato de que um coelho inteiro está presente quando e somente quando uma parte não destacada de um coelho está presente; também quando e somente quando uma fase temporal de um coelho está presente. Se estamos querendo saber se traduzimos uma expressão nativa *gavagai* por *coelho* ou *parte não destacada de coelho* ou por *fase de coelho*, nunca podemos decidir o assunto simplesmente por ostensão – isto é, simplesmente por propor repetidamente a expressão *gavagai* ao assentimento ou dissentimento do nativo na presença de estimulações adequadas (QUINE, 1975b, p. 141).

Dessa forma, as mesmas estimulações sensíveis não são suficientes para a unificação da tradução dos termos e sentenças, porque a referência pode ser interpretada de diferentes maneiras, todas *correspondendo* ao que ocorre no mundo. Mesmo que seja possível estabelecer em quais ocasiões e frente à quais estimulações sensíveis os falantes empregam determinadas sentenças, não é possível estabelecer qual aspecto da estimulação sensível está sendo referida.

Sistematizando suas observações sobre o uso de sentenças individuais em relação às manifestações sensíveis, e acompanhando o processo de generalização, o linguista estabelece hipóteses na sua língua com seus padrões de individuação da referência, procurando elucidar os possíveis significados da língua estudada e estabelecer pontos de comunicação. Essas hipóteses, chamadas hipóteses analíticas, são utilizadas como mecanismos que permitem superar as dificuldades iniciais presentes no trabalho da tradução radical.

Quine descreve as dificuldades que antecede o uso explícito dessas hipóteses, como, por exemplo, o uso de uma mesma sentença para significar diferentes ocorrências no mundo, mas aponta “que sem indicações indiretas por meio de hipóteses analíticas não há, praticamente, como dizer quais pares de frases observacionais devem ser testados para a sinonímia por estímulo intrasubjetiva” (QUINE, 2010, p. 100). Na

prática não há como o linguista não impor o seu padrão de individuação de objetos, o seu recorte referencial do mundo.

Para Quine as hipóteses analíticas já estão exercendo sua ação antes mesmo do trabalho de campo ser iniciado, “meu exemplo de coelhos, e suas partes e etapas é um exemplo inventado e um exemplo perverso, com o qual, como disse, o linguista prático não teria nenhuma paciência” (QUINE, 1975b, p. 144). No trabalho de campo concreto o linguista levanta hipóteses analíticas para levar avante o seu trabalho, porém é nesse momento que se constitui a questão filosófica que interessa: Como explicar a necessidade de se recorrer ao uso dessas hipóteses analíticas? A questão é crucial para o projeto teórico quineano, pois ele critica duramente a analiticidade. Sua resposta consiste em descrever as razões pelas quais não é possível dar uma explicação absoluta para o questionamento. Da mesma forma que a distinção entre juízos analíticos e sintéticos não pode ser estabelecida, não há com separar o trabalho de campo experimental e os condicionamentos prévios (analíticos) que não são derivados desses experimentos.

Resta acolher esse condicionamento que o pesquisador encontrou no próprio trabalho de campo, portanto estabelecido empiricamente, e extrair consequências teóricas a partir dele: Hipóteses analíticas incompatíveis permitem a confecções de manuais de tradução igualmente adequados e não se dispõe de nenhum critério de validação ou invalidação que não sejam decorrentes desse mesmo contexto experimental. Dessa maneira, podem ser confeccionados manuais de tradução incompatíveis e não se dispor de critérios para se eleger o mais adequado.

Como resultado prático o linguista poderá confeccionar um manual de tradução que permite interpretar a língua nativa e realizar com sucesso a comunicação. Porém, mesmo que seu manual de tradução tenha tomado todas as precauções metodológicas indicadas, partindo das frases de observação, com todas as evidências disponíveis, é sempre possível construir outro manual alternativo perfeitamente adequado às mesmas evidências, isto é, as mesmas evidências servirem de base para manuais incompatíveis. Dessa forma, podemos ter diferentes manuais incompatíveis do ponto de vista linguístico ou semântico, mas equivalentes em relação aos objetos empíricos descritos pela linguagem, isto é, em relação à ontologia. Não há qualquer mecanismo para se

escolher um manual como mais adequado e descartar outro como insuficiente, pois a referência permanece indeterminada.

A tradução radical aqui exemplificada com essa tentativa de se traduzir o termo *gavagai* é focada no comportamento, Quine pode testar se o método behaviorista é o mais adequado para o desenvolvimento de sua semântica extensionalista: buscando compreender como se responde linguisticamente às estimulações sensíveis, “desse modo e desde logo, o que Quine angaria para si com seu experimento é um argumento poderosamente persuasivo de que a abordagem comportamental em linguística não é mera opção metodológica: ela é imperativa” (NASCIMENTO, 2008, p. 50). Essa firme perspectiva comportamental e naturalista, barra qualquer caminho para que o ideal de representação da semântica mentalista possa se insinuar na linguagem. O significado da linguagem não é derivado nem da mente do falante, nem dos objetos do mundo externo referenciados pela linguagem, isto é, não se tem nem um significado constante nem uma base empírica que possa ser referenciada a cada nova ocorrência.

Portanto, como não há entidades significadas, mas significados da linguagem comportalmente observados, o que deve ser interpretado em termos de comportamento são os fatos significados subjacentes à linguagem. O comportamento público e socialmente adestrado do falante tem uma função fundamental nessa tarefa, mas o significado linguístico não é um dado que possa ser acessado por meio do comportamento dos falantes, não é uma entidade que se manifeste nele.

3.4. Consequências epistemológicas do experimento da tradução radical

Terminado o experimento filosófico da tradução radical, Quine aponta as consequências decorrentes de uma tradução baseada no comportamento dos falantes. Duas consequências inevitáveis que dizem respeito à semântica e a ontologia, portanto que envolvem diretamente a epistemologia. Como o propósito de sua análise da linguagem consiste em apresentar evidências empíricas para as teses que são apresentadas em substituição aos dois dogmas do empirismo, isto é, em substituição da epistemologia do empirismo lógico, atentemos para essas consequências.

A primeira consequência consiste na *indeterminação da tradução*, nas suas duas entradas “a indeterminação da tradução com que nos confrontamos agora se entrecruza de modo semelhante com a extensão e intensão” (QUINE, 1975b, p. 144), pois a mesma

experiência no mundo fornece evidências empíricas para diferentes traduções incompatíveis entre si. Isso permite afirmar que o significado das sentenças não pode ser determinado nem pelos significados como entidades linguísticas, pois a tradução realizada a partir do comportamento dos falantes nativos frente à mesma estimulação sensível atesta que o tradutor não se remete a esses supostos significados, mas ao comportamento dos falantes; nem pelas evidências factuais, pois o comportamento observável nunca é normativo para uma única tradução. De modo que as palavras não têm sua referência determinada pelas evidências empíricas. Assim, a determinação do significado pelos fatos é tão inconsistente quanto a sua determinação pela analiticidade. A referência é relativa ao modo como individuamos as evidências, à ontologia elegida para o nosso manual de tradução que é escolhido por razões pragmáticas.

A própria análise do aprendizado linguístico apresenta evidências empíricas para se postular o fim do dualismo analítico-sintético que já fora demoradamente examinado por meio da nova semântica desenvolvida pelo empirismo. A tese da indeterminação da tradução consiste em um forte empecilho para as concepções mentalistas que postulam ser possível realizar uma tradução única e correta de um termo, mesmo que não seja possível determinar qual delas. Traduzir seria tão somente operar a troca de palavras de uma língua determinada por palavras de outra língua, pois “as palavras seriam espécies de etiquetas que se colariam às ideias – os significados – que estariam determinadas de uma vez para sempre nas mentes dos homens” (NASCIMENTO, 2008, p. 79). O experimento levado avante por Quine não confirma essa possibilidade, pois não há como se estabelecer uma tradução correta:

Porém, o que a concepção empirista e o experimento de pensamento da tradução radical nos indicam é exatamente o oposto: que não se trata apenas de não saber qual das traduções é correta. Antes, se a linguagem é vista “behavioristicamente”, isto é, se os significados linguísticos são entendidos como propriedades dos comportamentos discursivos dos falantes e se estes subdeterminam a escolha do manual de tradução, então não parecemos realmente ter outra opção além de admitir que não há tal coisa como *a* tradução correta (NASCIMENTO, 2008, p. 79).

A constituição do significado por meio do comportamento contextualizado da falante afasta a noção de significado como uma entidade determinada e a consequente ideia de uma tradução correta baseada nessa entidade.

A segunda consequência é a *inescrutabilidade da referência*, pois o que o experimento revelou é que “os termos *coelho*, *parte não destacada de coelho* e *fase de coelho* diferem não apenas em significados; eles são verdadeiros de coisas diferentes. A própria referência se mostra comportamentalmente inescrutável” (QUINE, 1975b, p. 144). A consequência epistemológica ficará mais evidente se pudermos passar da inescrutabilidade da referência para a *relatividade ontológica*, outra tese postulada por Quine. E essa passagem será imediatamente acusada, como confirma Nascimento quando examina o aprendizado da linguagem e as duas teses aqui referenciadas:

[...] dado que nosso interesse passa centralmente pela questão ontológica, deveremos proceder a um exame minucioso da linguagem no intuito de destrincharmos seu importante aspecto referencial, tão mais importante no momento em que nos damos conta de que a inescrutabilidade da referência está na raiz da (ou mesmo é idêntica à) relatividade ontológica (NASCIMENTO, 2008, p. 47).

A equivalência entre *inescrutabilidade da referência* e *relatividade ontológica* exclui que se possa referenciar enunciados ou teorias a qualquer realidade externa, pois essa também permanece inescrutável. Eis a consequência epistemológica: falar de verdade ou falsidade de enunciados ou teorias só será possível quando eles forem referenciados às realidades individuadas pelas redes de crenças que manipulamos, isto é, àquelas que são ativadas no momento do aprendizado da linguagem ou do uso de uma teoria científica. Na abordagem quineana nenhum enunciado ou teoria pode ser referido a fatos isolados ou externamente e, portanto, não podem ser infirmados ou confirmados verdadeiros ou falsos ao modo do verificacionismo postulado pelo empirismo lógico.

Assumindo que há sempre um mundo que é correlativo à determinada teoria, tal é a tese da relatividade ontológica, Quine preconiza ainda que devemos nos guiar por um procedimento fisicalista, quando tivermos que operar com entidades num certo domínio de discurso, isto é, devemos sempre optar pelos objetos físicos em detrimento das entidades mentais. A versão do naturalismo assumida por Quine implica o fisicalismo, pois ele assume que as propriedades das realidades físicas básicas são suficientes para explicar a intencionalidade e a consciência.

Tudo depende do adestramento social e da nossa capacidade de unificar o que se manifesta disperso às nossas experiências individuais, pois “a uniformidade que nos unifica na comunicação e nas crenças é a uniformidade de padrões que se sobrepõem a uma diversidade subjetiva caótica de conexões entre palavras e experiência” (QUINE,

2010, p. 29). Na hipótese de Quine nós dispomos de duas realidades que independem da realidade mental: os fenômenos físicos e a linguagem. O conhecimento que brota como resultado do encontro dessas duas realidades depende do social com suas regras, suas exigências de sentido e objetividade, sua necessidade de realizar comunicação.

Na abordagem quineana não há quaisquer tipos de fatos acerca de nossos pensamentos e de todas as nossas experiências, que não sejam, em última instância, fatos físicos, fatos acerca de como as coisas são fisicamente:

Quine, portanto no seu tratamento da linguagem não toma o bonde no suposto ponto inicial, o do discurso fenomenalista, sobre dados sensíveis. Ele pega o bonde andando, num ponto intermediário, o ponto do discurso fisicalista, o discurso comum sobre as coisas físicas, segundo ele, ‘as coisas postas no foco mais nítido’ (OLIVEIRA, 2004, p. 12).

Portanto, a sua metodologia behaviorista buscará reformular em termos do comportamento externo, partindo da fala comum sobre as coisas físicas, cada termo ou sentença relacionada ao campo mental. A radicalização dessa postura conduz à iniciativa de reescrever qualquer sentença sobre o mundo em termos sensoriais. Assim, se estabelece um paralelismo entre linguagem e teoria, mas não entre linguagem e mundo, isto é, o mundo físico não é dependente da nossa linguagem, ele existe independente de nós e de nossos discursos. Porém, como conteúdo de conhecimento, como teoria do mundo, o mundo é necessariamente discurso. A ontologia de Quine não está voltada para problematizar acerca do que há, isso é sempre inescrutável, mas compreender o que uma linguagem ou teoria afirma existir.

3.5. O aprendizado infantil da linguagem natural

Quine ainda não está satisfeito com a consistência teórica de suas teses sobre a relação entre as palavras e os objetos, precisa oferecer uma descrição empírica de que as coisas realmente são assim quando se trata de descrever a relação linguagem e mundo. Para viabilizar essa descrição “a estratégia de Quine está em concentrar-se no processo de aprendizado infantil da linguagem natural, processo que, de acordo com ele, ‘é uma questão de fato acessível à ciência empírica’” (OLIVEIRA, 2004, p. 8). Ele encontra na descrição do aprendizado infantil da linguagem natural uma ocasião propícia para apresentar fundamentos empíricos para suas teses e ao mesmo tempo submeter mais uma vez à prova a fecundidade de sua semântica empirista e a metodologia behaviorista.

No início do seu artigo *Falando de objetos*, Quine anuncia qual deve ser a porta de entrada para o mundo da linguagem: a fala comum sobre os objetos. A razão dessa escolha é porque estamos sempre falando de objetos físicos ou abstratos, eles são continuamente reportados em nossos termos singulares ou abstratos:

Somos propensos a falar e pensar de objetos. Os objetos físicos são o exemplo óbvio quando nos dispomos a exemplificar, mas há também todos os objetos abstratos, ou assim se pretende que haja: os estados e qualidades, números, atributos, classes. Persistimos em partir de algum modo a realidade numa multiplicidade de objetos identificáveis e discrimináveis, a que se referirão termos singulares e gerais. Falamos tão inveteradamente de objetos, que dizer que o fazemos quase parece não dizer nada; pois, de que outra maneira se pode falar? (QUINE, 1975a, p. 123).

A indagação interrogativa apresentada acima: Há outra maneira de falar que não seja a nossa fala comum e constante, quase natural, sobre os objetos?, já antecipa uma tese que Quine utilizará para fazer a descrição da tradução radical e do aprendizado linguístico infantil: cada falante de uma determinada língua será a medida de qualquer outra língua a ser aprendida, “é difícil dizer de que outra maneira se pode falar, não porque nosso padrão objetivamente seja um traço invariável da natureza humana, mas porque estamos limitados a adaptar qualquer padrão alheio a nosso próprio padrão, no mesmo processo de entender ou traduzir as sentenças alheias” (QUINE, 1975a, p. 123). Não só quando aprendemos uma língua diferente da nossa fazemos adaptação do padrão desconhecido ao nosso padrão, mas na própria aquisição da linguagem já ocorre um processo de recepção adaptativa.

Não há como se desfazer dessa postura arbitrária e a razão não é porque a mente gentílica seja impenetrável, pois na mente não reside qualquer significado, mas porque não há nada a escutar, nem na mente nem mundo físico. O que importa é o comportamento do falante frente às estimulações sensíveis. Assim, a adaptação que a criança fará irá depender do aprendizado social da linguagem que lhe ensina a correlacionar respostas verbais aquilo que observa, “mesmo nós que crescemos juntos e aprendemos português no mesmo colo, ou em colos adjacentes, por nenhuma outra razão falamos de modo semelhante senão porque a sociedade nos treinou de modo semelhante num padrão de resposta verbal a indicações exteriormente observáveis” (QUINE, 1975a, p. 125). Falamos de modo semelhante porque repetimos comportamentos socialmente incutidos, não porque nos reportamos à obscuras entidades mentais.

Importa assinalar que Quine expande a sua tese sobre a arbitrariedade da tradução entre esquemas conceituais diferentes de maneira que não a aplica só à língua natural, mas de modo que “quando comparamos teorias, doutrinas, ponto de vista e culturas, tendo em vista que espécies de objetos se diz haver, estamos comparando-os sob um prisma que, ele próprio, somente faz sentido provincialmente” (QUINE, 1975a, p. 125). Assim, nunca se está ou se atinge um ponto neutro que permita avaliar de modo decisivo esquemas conceituais diferentes. Não é possível transcender um esquema conceitual determinado, com seu padrão de objetificação, para de fora julgar outros esquemas conceituais com padrões de objetificações distintos.

A escolha da porta de entrada para o mundo da linguagem – falar de objetos – tem, nela mesma, consequências epistemológicas, pois se estamos sempre limitados à esquemas conceituais relacionados a objetos, “ainda assim, apesar de toda dificuldade em transcender nosso padrão de pensamento para objetos, podemos examiná-lo suficientemente bem de dentro” (QUINE, 1975a, p. 126). Portanto, contra a epistemologia fundacionalista, não há como se desfazer dos esquemas conceituais sobre os objetos, nem dos esquemas paroquiais sobre o mundo para, de um ponto de vista universal e externo, fundar e julgar o pensamento em geral e a ciência em particular.

Esse conjunto de posições teóricas que configura uma precisa tese sobre o nosso padrão de objetificação será agora radicado na descrição do aprendizado da linguagem infantil, “voltemos nossa atenção do gentio, que pareceu ter um termo para *coelho*, para nosso próprio filho, em casa, que aparece ter acabado de adquirir seus primeiros poucos termos em nossa própria língua: *mamãe*, *água*, talvez *vermelho*” (QUINE, 1975a, p. 126). O esquema conceitual será desenvolvido pela criança por um mimetismo do comportamento verbal presente ao longo do seu aprendizado, mas até a criança desenvolver o uso dos termos que possibilitam a individuação há uma longa caminhada que vai até falar de objetos como objetos e usar termos como termos.

Da mesma forma que o linguista do experimento da tradução radical aprende pelo contexto como os termos são utilizados na linguagem nativa, a criança também aprenderá do seu contexto o uso dos termos e a referência aos objetos. A criança irá ascender numa escala de compreensão dos termos mais simples até o uso de termos mais complexos como *mesmo*, *um outro*, *um*, *aquele*, *não aquele*, de modo que “o aprendizado contextual dessas várias partículas progride, podemos supor, de modo

simultâneo, de modo que elas se ajustam gradualmente uma à outra e se desenvolve um padrão coerente de uso, que se iguala ao dos mais velhos” (QUINE, 1975a, p. 128). O uso dessas partículas mais complexas da linguagem apontam que a criança avança no processo de individuação de objetos, tendo que superar as fases mais primitivas do aprendizado linguístico até atingir um preciso discurso sobre objetos.

Uma questão que se põe nessa fase do aprendizado linguístico, mas que estará presente em qualquer outro estágio do nosso uso da linguagem é o da inacessibilidade da referência objetiva, pois como já tivemos oportunidade de ver no experimento da tradução radical que “[...] poderíamos conhecer as condições estimulatórias necessárias e suficientes de cada ato possível de proferição numa língua estrangeira e, ainda assim, não saber como determinar em que objetos os locutores daquela língua acreditam” (QUINE, 1975a, p. 128). Essa inacessibilidade identificada no estágio da objetificação do aprendizado linguístico gera dois problemas que precisam ser solucionados. O primeiro é formulado nesses termos: “ora, se a referência objetiva é tão inacessível à observação, quem poderá dizer, com razões empíricas, que a crença em objetos desta ou daquela descrição está certa ou errada?” (QUINE, 1975a, p. 128). A segunda consiste em perguntar “como poderá alguma vez haver evidência empírica contra enunciados existenciais?” (QUINE, 1975a, p. 128). Se transcender o esquema conceitual paroquial não é possível, então é preciso indicar como a comunicação e o debate entre teorias é possível.

A resposta articulada por Quine para essas questões consiste em apresentar as diferentes fases do aprendizado infantil da linguagem e sua referência a objetos, de modo a poder reafirmar as teses da indeterminação da tradução e da relatividade ontológica e tomar a própria linguagem natural como o esquema de fundo para assumir posições no campo epistemológico.

3.6. As seis fases do aprendizado infantil da linguagem

Na *primeira fase* se dá o aprendizado dos termos usados como nomes de objetos, nele “foram aprendidos termos como mamãe e água que podem ser vistos retrospectivamente como nomes, cada um deles, de um objeto espaço-temporal observado” (QUINE, 1975a, p. 129). A associação dos termos aos objetos se dá por um processo de reforço e extinção que vai permitindo que o objeto espaço-temporal observado seja gradualmente associado a um termo. A criança é reforçada a associar o

estímulo procedente do objeto a um termo específico. A cada vez que faz o reconhecimento da mesma presença sensorial relaciona essa presença ao termo que foi reforçada a associar, mas não elabora uma diferença qualitativa entre diferentes realidades estimulatórias.

A *segunda fase* avança na direção dessa diferenciação qualitativa, pois é caracterizada pelo domínio dos termos individuadores que permitem a formulação de uma precisa noção de objeto. Os termos gerais passam a ser percebidos como verdadeiros de objetos específicos. No entanto, os objetos aqui nomeados são ainda os objetos espaço-temporais observados, “pois esses termos individuadores, por exemplo *maçã*, são ainda apreendidos pelo velho método de reforço e extinção; eles diferem de seus predecessores somente pelo traço de individuação interna acrescentado” (QUINE, 1975a, p. 129). Há um avanço na perspectiva da individuação, mas não há qualquer avanço em relação à observação.

A *terceira fase* será marcada pela individuação demonstrativa e pela possibilidade do erro ao nomear, pois “pode ocorrer que a coisa apontada seja a mera parte frontal de uma maçã, ou talvez um tomate. Mas, mesmo nessa etapa, qualquer coisa que consigamos nomear é ainda um objeto espaço-temporal observável” (QUINE, 1975a, p. 129). A criança pode utilizar um termo singular demonstrativo e ostensivamente apontar para o objeto que foi estimulado a associar aquele termo, mas o objeto pode ter sido mal percebido e identificado. Porém ainda está presa ao mundo dos objetos espaço-temporais.

Na *quarta fase* a criança aprende a predicar, conjugando termos gerais cuja composição pode ser inadequada, já que “pela primeira vez, podemos obter termos gerais que não são verdadeiros de coisa alguma; é o caso de *maçã azul*, *bola quadrada*” (QUINE, 1975a, p. 129). Mesmo que se possa construir uma entidade como uma maçã azul, ela será verdadeira de objetos espaço-temporais observáveis dos quais cada um dos termos componentes é verdadeiro isoladamente: a cor azul e o fruto da macieira.

Na *quinta fase* do seu aprendizado linguístico a criança tem acesso a uma nova categoria de objetos que não se identifica mais com os objetos espaço-temporais das fases anteriores, isso acontece “quando formamos compostos pela aplicação de termos relativos a termos singulares, obtemos compostos tais como *menor que aquela mancha*” (QUINE, 1975a, p. 129). Há um verdadeiro avanço no nosso falar sobre objetos, pois

nos capacitamos “a formar termos que cujas referências se pode admitir que seja para sempre inobserváveis, sem que sejam todavia repudiadas como inexistentes, tal como *maçãs azuis*” (QUINE, 1975a, p. 129). A linguagem começa a se afastar dos observáveis e possibilita a entrada em um universo da linguagem que não pode ser mais reduzido aos estímulos sensoriais.

Na *sexta e última fase* do aprendizado linguístico a criança transcende o limite dos objetos observáveis e dos inobserváveis e entra no domínio das entidades abstratas, “essa fase é marcada pelo advento de termos singulares abstratos como *vermelhidão*, *redondeza*, *humanidade*, pretensos nomes de qualidades, atributos, classes” (QUINE, 1975a, p. 130) A introdução desses singulares abstratos conduz a criança a um universo completamente novo em relação ao que já experimentara nas fases anteriores do seu aprendizado linguístico, “isso significa que, desde então o uso discursivo e referencial da criança, por essa própria complexidade ampliada, já excede todos os dados empíricos disponíveis” (NASCIMENTO, 2008, p. 113). A criança agora lida com entidades que não são mais verdadeiras de objetos isolados, mas de entidades coletivas.

3.7. Consequências epistemológicas do aprendizado infantil da linguagem

Se a porta de entrada para o mundo da linguagem passa pela fala sobre os objetos, sejam eles concretos ou abstratos, como quer Quine, estamos ainda no plano de uma simples constatação. Não traduz ainda nenhum problema epistemológico importante. A questão epistemológica se impõe a partir da necessidade de se esclarecer qual o padrão que está sendo utilizado para se falar de objetos e quais são os tipos de objetos tomados como referenciais para discursos específicos. Outra questão epistemológica envolve a elucidação de como se estabelece um esquema conceitual comum a partir da indeterminação da tradução e da referência. Vimos que cada falante de uma língua encontra-se na contingência intransponível de recepcionar qualquer elocução no seu próprio padrão, ou seja, de arbitrariamente recorrer a uma categoria de objetos não dada na elocução alheia. O tradutor sempre impõe o seu padrão. Só as sentenças diretamente associadas a estímulos sensoriais conseguem escapar dessa interpretação arbitrária. Esse conjunto de dados derivados dos experimentos filosóficos de Quine configura suas teses da indeterminação da tradução e da referência. De forma que só o treinamento social no uso da linguagem nos possibilitará responder com as mesmas ocorrências linguísticas às mesmas ocorrências observáveis.

O fato de dispormos de um mesmo esquema conceitual decorre do treinamento social, portanto o comportamento público do falante é que possibilita a significação. De modo que a tradução de sentenças proferidas por indivíduos treinados em padrões de objetificação diferentes só poderá se dar por meio da imposição do padrão de um deles às sentenças do outro.

O aprendizado linguístico da criança é um exemplo empírico de que é possível chegar a um esquema conceitual comum sem precisar recorrer a qualquer realidade externa. Será suficiente o adestramento social a partir do comportamento comum dos falantes de uma língua. A criança aprende o padrão de objetificação e de uso de expressões linguísticas contextualmente e gradualmente. As palavras são apreendidas por analogia no contexto de uso das sentenças. Os objetos não são apreendidos por analogia, mas no interior de uma teoria de mundo que afirma a existência de tais objetos, postula, portanto, uma ontologia.

Essa conquista no plano da abstração, que permite a criança ir além do que é empiricamente manifestado, assume importância capital na argumentação desenvolvida por Quine para descrever o conhecimento científico, pois esse para construir teorias que expliquem o que ocorre no mundo, precisa generalizar seus conceitos e ir além do que é dado na observação. O aprendizado linguístico consiste num processo gradual de complexidade que conduz o indivíduo a ir além das estimulações sensíveis até chegar ao estágio de nomear objetos abstratos e firmar consensos intersubjetivos a respeito de sentenças. Do mesmo modo, a ciência chegará a um padrão conceitual de modo imanente, sem precisar recorrer a qualquer fundamento externo aos seus próprios conceitos. Participando de uma teoria completa e complexa, muitos enunciados são associados às estimulações por meio das associações intralinguísticas vigentes nas construções teóricas.

Os enunciados que afirmam a existência de objetos abstratos são parte do todo que é a teoria da qual participam e que por sua vez são constituídos por enunciados diretamente relacionados às estimulações sensoriais. De modo que eles serão avaliados pela consistência e coerência dessas teorias. O mesmo processo será apontado pela epistemologia naturalizada que procurará compreender a relação entre as informações limitadas fornecidas pela estimulação sensível e as complexas teorias que elaboramos.

A criança ascende no seu aprendizado das palavras, numa graduação que inicia na associação direta de nomes a objetos e culmina no uso de termos referidos a objetos abstratos. A etapa de interanimação de sentenças é a mais explorada por Quine, pois ela apresenta o funcionamento de um discurso operando de modo mais complexo, servindo de ponte para a construção de uma resposta para o problema central da epistemologia: a relação entre dados sensíveis exíguos e a construção de teorias complexas. A descrição do aprendizado da linguagem infantil oferece ainda uma base empírica para sua defesa de uma abordagem holística da ciência, isto é, dá sustentação para sua conhecida tese de que não há conhecimento puramente analítico nem puramente sintético.

O condicionamento empírico, preliminar e necessário, deve ser transcendido ao longo do aprendizado da linguagem pela criança para que ela possa alcançar o nível da abstração e se referir a objetos abstratos. Da mesma forma, a ciência, na interpretação de Quine, desenvolve descrições do mundo que não ficam limitadas aos condicionamentos da experiência que está descrevendo. A ciência projeta suas conclusões e previsões para fenômenos que não preenchem todos os detalhes que foram verificados na experiência, mesmo assim é eficaz nas suas previsões.

Quine aponta ainda outra consequência de sua descrição do aprendizado linguístico, “temos nessas reflexões, alguns materiais para uma especulação a respeito dos primitivos começos de uma ontologia de atributos na infância da raça” (QUINE, 1975a, p. 131). Poder apontar na própria aquisição da linguagem a origem da nossa ontologia de atributos será de fundamental importância para a epistemologia de Quine, pois ele poderá assumir a ontologia dos objetos abstratos sem qualquer concessão ao fundacionalismo ou verdades analíticas, “de um modo geral, uma tal especulação é epistemologicamente relevante, enquanto sugere de que modo organismos que maturam e evoluem no meio físico que conhecemos poderiam, de uma maneira concebível, acabar recorrendo sobre objetos abstratos, como fazemos” (QUINE, 1975a, p. 131). A linguagem sobre objetos tomada como porta de entrada para o aprendizado da linguagem assume uma função crucial na sua epistemologia, mas ela não é tomada como uma representação do mundo, mas como uma das realidades do mesmo mundo que procuramos descrever por meio dela.

Se essa descrição vale para a linguagem natural valerá também para a epistemologia e para a ciência, pois “a ontologia de objetos abstratos é parte do navio

que na imagem de Neurath, estamos reconstruindo no mar. Podemos rever o esquema, mas somente a favor de alguma explicação geral mais clara ou mais simples e não menos adequada do que vai pelo mundo” (QUINE, 1975a, p. 131). Portanto, não é saindo de uma linguagem específica com seu padrão particular de individuação que conseguiremos responder aos dois problemas anteriormente apresentados. O primeiro que dizia respeito às descrições do mundo certas ou erradas e o segundo colocando a indagação de como se pode invalidar enunciados existenciais.

Não há resposta absoluta porque não há um ponto zero da linguagem ou uma linguagem universal que consiga transcender um padrão particular de individuação, pois “o que faz sentido é dizer, não o que são os objetos de uma teoria, falando de um modo absoluto, mas como uma teoria de objetos é interpretável ou reinterpretabil numa outra” (QUINE, 1975b, p. 152). Há sempre a exigência de se ter que recorrer a uma linguagem de fundo para determinar a referência dos nossos termos, e a nossa linguagem natural com seus protocolos internos permite essa realização. Não temos que permanecer numa indeterminação infinita. A resposta de Quine consiste, portanto, em apresentar a nossa própria linguagem, com seu aparato interno de individuação, como o sistema de coordenadas que permite solucionar os problemas:

A tese relativista a que chegamos é esta, para repetir: não faz nenhum sentido dizer o que são os objetos de uma teoria, para além de dizer como interpretar ou reinterpretar essa teoria numa outra. Suponha-se que estamos trabalhando dentro de uma teoria e que estamos tratando assim de seus objetos. Fazemos isso usando as variáveis da teoria, cujos valores são esses objetos, ainda que não haja nenhum sentido último em que esse universo possa ter sido especificado (QUINE, 1975b, p. 152).

A descrição do aprendizado infantil da linguagem não possibilita assumir qualquer linguagem ou conhecimento que não sejam limitados aos seus próprios padrões de individuação. Quine explora esse *princípio de relatividade* e a partir dele apresenta a ciência como o conhecimento que deverá nortear suas pesquisas epistemológicas. Porém, sem tomar a ciência como modelo definitivo de conhecimento, seja para fundar ou normatizar as práticas epistemológicas. A descrição do aprendizado infantil da linguagem oferece uma base empírica para sua posição filosófica. A indeterminação da tradução e o fim do dualismo analítico sintético são teses complementares:

Da mesma forma que nós podemos falar significativamente da verdade de uma frase somente em termos de alguma teoria ou esquema conceitual, assim também, de forma geral, nós podemos falar significativamente de sinonímia interlinguística somente em termos de algum sistema particular de hipóteses analíticas (QUINE, 2010, p. 108).

O dualismo analítico-sintético oferece uma garantia, ainda que ilusória, de não precisarmos recorrer aos fatos para estabelecer o significado e a verdade de enunciados. O fim do dualismo analítico-sintético ensina que não há como transcender os fatos dado na própria linguagem que utilizamos. A determinação da tradução aceita que é possível ir diretamente aos fatos sem precisar se reportar aos condicionamentos da linguagem. A indeterminação da tradução ensina que não há com transcender as hipóteses analíticas. O *princípio de relatividade* a que Quine recorre deixa-nos ante a incapacidade intransponível de distinguir o que é decorrente da linguagem e o que é decorrente do mundo.

As duas teses derivadas do experimento da tradução radical e da descrição do aprendizado infantil da linguagem circunscrevem o espaço teórico para a naturalização da epistemologia: *indeterminação da tradução* em relação aos significados de enunciados em linguagens diferentes ou entre teorias concorrentes, e *inescrutabilidade da referência*, no que diz respeito aos objetos em relação aos quais os enunciados ou teorias serão infirmados ou confirmados. Assim, firma-se outra questão epistemológica: Como uma sentença pode ser aferida em seu valor de verdade? Essa questão só poderá ser respondida no espaço teórico delimitado por essas duas teses.

O importante é assinalar que uma resposta é possível, pois “ao ser capaz de falar da verdade de uma frase somente dentro de uma teoria mais abrangente, não enfrentamos tanto impedimentos; pois estamos sempre trabalhando dentro de alguma teoria, quão provisória seja” (QUINE, 2010, p. 108). Se o que é acessível é a realidade preconizada pela teoria e os enunciados só adquirem significados no interior das teorias a que pertencem, então quando aplicamos os predicados *verdadeiro* ou *falso* a uma sentença, devemos buscar seu significado no âmbito desta teoria e de sua relação com o mundo, pois neles “os parâmetros de verdade permanecem convenientemente fixados a maior parte do tempo” (QUINE, 2010, p. 109). Estamos sempre ante o condicionamento de tomarmos uma linguagem como pano de fundo, mas é possível de por meio dela e de suas regras de validade construir enunciados universais. Impossível é encontrar significações absolutas independentes do quadro linguístico de referência.

Quine delegará à ciência natural a tarefa de responder as questões que foram tradicionalmente levantadas pela epistemologia e fará da epistemologia um ramo da mesma ciência natural. No seu ensaio *Epistemologia naturalizada* ele afasta de modo categórico uma epistemologia com pretensões de fundamentar *a priori* a ciência, e a toma como mais uma disciplina a trabalhar com a metodologia da mesma ciência que procura descrever:

A antiga epistemologia aspirava a conter em si, num certo sentido, a ciência natural; ela a construiria, de algum modo, a partir dos *sense data*. No seu novo quadro, inversamente, a epistemologia está contida na ciência natural, como um capítulo da psicologia. Mas, a seu modo, o antigo envolvimento continua a ser válido. Estudando como são postos os corpos pelo sujeito humano do nosso estudo e como é projetada a sua física a partir dos dados, percebemos que nossa situação no mundo é exatamente igual à dele (QUINE, 1975c, p. 170-171).

Quine assumirá essa firme postura naturalista, tomando a ciência natural como fundamental no estudo da constituição do próprio conhecimento natural e fazendo da epistemologia uma disciplina a mais no panorama das ciências, “desse modo, Quine toma a própria epistemologia não como um ramo preliminar e fundamental, no sentido de ramo a legitimar o saber científico, mas a toma como parte integrante da própria ciência, mais especificamente como um capítulo da psicologia e da linguística”. (NASCIMENTO, 2008, p. 44). Afirma ainda seu duplo compromisso com a filosofia e com a ciência, mas em um novo empreendimento que aglutine as duas ordens de saber: a filosofia entendida como epistemologia naturalizada, e a ciência enquanto descrição empírica do mundo:

Nosso próprio empreendimento epistemológico, portanto, assim como a psicologia da qual ele é um capítulo e a ciência natural inteira onde a psicologia figura como um dos livros – tudo isso é construção nossa ou projeção a partir de estimulações semelhantes às que atribuímos ao nosso sujeito epistemológico. Há assim um envolvimento recíproco, ainda que em sentidos diferentes: o da epistemologia na ciência natural e o da ciência natural na epistemologia (QUINE, 1975c, p.171).

Nossa tarefa agora consiste em apresentar essa naturalização da epistemologia proposta por Quine e de como ela pretende contornar a contento os impasses do modelo padrão de conhecimento, não se constituindo com o propósito de fundamentar e legitimar as ciências ou apresentar sua metodologia como normativa para o conhecimento

CAPÍTULO 4 - A NATURALIZAÇÃO DA EPISTEMOLOGIA

O dualismo analítico-sintético postulado pelo empirismo lógico funcionava como a base de sustentação para as pretensões de se desenvolver uma filosofia científica, pois esse dualismo dava a garantia de se poder construí-la como uma *lógica aplicada*, na conhecida expressão de Carnap, cuja obra inicial procura desenvolver mecanismos que relacionam o conhecimento sensível imediato, conceitos teóricos e inferências lógicas²⁴. Essa articulação garantiria que uma construção lógica pudesse explicar o modo como funcionam as coisas no mundo. Essa epistemologia postulada pelo empirismo lógico funcionaria como uma filosofia primeira com a tarefa de fundamentar as ciências empíricas. Desde que estivesse assegurada a possibilidade de se constituir a filosofia como um conjunto de sentenças analíticas logicamente justificadas, poder-se-ia, então, fundamentar as ciências como construções lógicas derivadas da experiência sensível imediata.

Para se pesquisar no âmbito da filosofia, mas sem afastar-se dos propósitos do especialista científico, portanto procurando elaborar um conhecimento empírico sobre a natureza, é preciso aproximar as respectivas metodologias e os específicos vocabulários. Carnap busca desenvolver uma estrutura lógica que elimine o máximo possível as ambiguidades, abandonando os pressupostos metafísicos, “para aqueles que não estão satisfeitos com as expressões ‘dado’, ‘redutível’, ‘fundamental’, ou para aqueles que desejam evitar o uso desses conceitos em sua filosofia, o objetivo da epistemologia ainda não foi formulado” (CARNAP, 1988, p. 144), e possa traduzir o funcionamento da linguagem, assumindo a função de fundamento e ponto de unidade para todas as ciências.

²⁴ A naturalização da epistemologia defendida por Quine herda parte dessa compreensão do que é a filosofia e a sua função: “Essa nova filosofia é chamada de científica, enquanto se opõe à filosofia que se vê “consagrada à eterna disputa” ao querer resolver seja pseudoproblemas, seja questões pertinentes ao domínio da ciência. Em outros termos, a filosofia à qual os membros do Círculo de Viena se opõem é aquela que escolhe mal seu objeto de pesquisa, seja porque ele simplesmente não existe e não se refere a nada sobre o que possamos falar, seja que ela usurpa o objeto da ciência, que é a única habilitada a tratar do real. Como resultado, a nova filosofia não deve tentar resolver questões ligadas ao real, mas tomar como objeto a própria ciência e como método “a análise lógica das suas noções, de suas proposições, de suas teorias, de suas demonstrações”. Essa filosofia se define, então, como “a sintaxe e a semântica da linguagem científica” (OUELBANI, 2009, p. 25).

A tarefa da filosofia será construir um quadro linguístico que funcione com o rigor de uma sintaxe lógica e que permita formular com clareza as posições assumidas sobre a realidade do mundo ou dos objetos matemáticos. No interior de uma linguagem determinada, que especifique suas regras convencionais de formação das expressões significativas, o conhecimento será possível e esse procedimento trará enormes vantagens se puder ser cada vez mais ampliado:

Atualmente podemos observar as vantagens já obtidas pelas convenções explícitas que foram feitas, embora apenas numa extensão muito limitada, na linguagem da ciência empírica, e podemos observar as grandes vantagens efetuadas pela formalização em grau maior da linguagem matemática. Suponhamos – como de fato acredito, mas que é exterior à presente discussão – que essa tendência em direção a regras explícitas continuará (CARNAP, 1988b, p. 137).

O esforço de Carnap para formular uma linguagem formal tem como primeiro propósito contornar as ambiguidades e imperfeições da linguagem natural e ainda objetiva por meio dela transformar ou reduzir os problemas da filosofia em problemas de epistemologia.

Esse programa de pesquisa pôde ser desenvolvido porque as relações entre filosofia e ciência na epistemologia do empirismo lógico eram regidas pela distinção correntemente aceita entre componentes analíticos e componentes sintéticos dos nossos conhecimentos. Aceitando esse dualismo, à filosofia competia analisar e fundamentar os componentes conceituais e linguísticos da verdade analítica; à ciência caberia a tarefa de descobrir o componente factual da verdade sintética. Assim, filosofia e ciência são rigidamente separadas e classificadas tendo por base a suposta separação entre verdades analíticas e sintéticas. Esse aspecto da divisão do trabalho intelectual, central no programa do empirismo lógico, não encontra mais espaço no empirismo holista e sem dogmas proposto por Quine. O naturalismo, quinto marco do empirismo, é uma decorrência direta do abandono do dualismo analítico-sintético e do holismo, os dois passos anteriores.

Além do mais, as noções intensionais que davam sustentação ao programa fundacionalista foram submetidas às críticas de Quine tanto por meio da análise lógico-semântica do dualismo analítico-sintético vigente no empirismo lógico, quanto a partir da descrição do aprendizado da linguagem apresentada no experimento da tradução radical e da aquisição infantil da linguagem, conforme já vimos. Esse percurso teórico

permitiu firmar duas consequências: a primeira consiste em não se poder mais identificar o significado de enunciados recorrendo às inexistentes entidades mentais; a segunda interditando a derivação do significado dos enunciados a partir da referência às entidades que eles pretendem significar. Ambas as entidades são inacessíveis. Esse duplo impedimento em relação aos significados abre a possibilidade teórica de se poder explicar a significatividade por meio de uma análise comportamental. Dessa forma, Quine optou por descrever a constituição da significatividade de enunciados recorrendo ao comportamento dos falantes e aos condicionamentos sociais a que todos estão submetidos.

Se não é mais possível sustentar o dualismo analítico-sintético, também não é mais possível hierarquizar os saberes de modo que uma determinada área do conhecimento funcione como critério para fundamentação de outra. O naturalismo assume a conotação de um anti-fundacionalismo. A recusa de qualquer possibilidade de construção de uma filosofia primeira, isto é, um ponto de vista privilegiado que seja anterior aos demais saberes e a partir do qual se possa julgar as demais construções teóricas e apontar nelas seus coeficientes de verdade. Portanto, o projeto epistemológico fundacionalista do empirismo lógico não tem qualquer acolhida na hipótese de Quine, que precisa viabilizar um novo programa para a epistemologia. A naturalização da epistemologia será sua resposta para este desafio.

A crítica de Quine às noções intensionais decorrem dessa dificuldade teórica de se explicar os significados como entidades e de se fixar um significado linguístico qualquer. Como alternativa se propõe a observação e descrição de sistemas específicos de enunciados para além de suas evidências empíricas. Acredita-se que esse é o modo mais adequado de se estabelecer o que uma sentença pretende significar. A ciência será tomada como o exemplo mais eloquente de um sistema teórico que confere significatividade aos seus enunciados componentes. Essa descrição será guiada pela tese já anteriormente firmada de que no interior dos sistemas teóricos não há como separar componentes analíticos de componentes sintéticos, ou seja, quais enunciados decorrem diretamente de estímulos físicos, como resposta verbal, ou quais são decorrentes de nossa capacidade de abstração, invenção e generalização.

Recusando qualquer compromisso com o fundacionalismo, resta tomar a constituição dos conhecimentos específicos, científicos ou não, como parte da

construção do conhecimento humano e da sua história. Os resíduos primitivos dessa história estão guardados na linguagem. Por tal razão, foi postulada a descrição do aprendizado linguístico como caminho que oferece os elementos necessários para se compreender como chegamos à constituição do nosso conhecimento em geral e o científico em particular. Três passos são fundamentais na execução desse novo programa para a epistemologia:

- 1 – Superar o receio de se usar a psicologia.
- 2 – Limitar-se a descrever processos de conhecimentos confiáveis.
- 3 – Recusar qualquer fundacionalismo e normativismo.

Quine tomará cada uma dessas exigências teóricas como aspectos fundamentais da sua proposta de naturalização da epistemologia. Dessa forma, retoma o programa de pesquisa do empirismo lógico, abandonando seus aspectos fundacionalistas.

4.1. Superar o antipsicologismo

Os três passos se recobrem e conjuntamente e visam superar o fundacionalismo e o normativismo. O primeiro preconceito a ser enfrentado é o abandono do receio de se radicar a epistemologia num âmbito psicológico. Uma vez superado esse preconceito, tem-se uma base teórica sólida para se responder ao problema da prioridade epistemológica, pois “nos velhos tempos do antipsicologismo, a questão da prioridade epistemológica era um ponto de controvérsia. O que é que tem prioridade epistemológica, e sobre o que?” (QUINE, 1975c, p.171). A argumentação desenvolvida por Quine a favor de uma naturalização da epistemologia é dependente da superação desse preconceito teórico vigente no programa de pesquisa do empirismo lógico.

Uma vez que se transponha esse obstáculo, a metodologia da psicologia empírica, metodologia científica, será utilizada para descrever um processo confiável de conhecimento, no caso, o científico. A prioridade requerida nessa descrição é a prioridade causal, comportalmente observável, e não mais a prioridade epistemológica radicada na consciência. O mecanismo cognitivo não tem mais como porta de entrada a consciência, mas os receptores sensoriais. Assim, a ciência será descrita a partir dela mesma, sem precisar recorrer a uma realidade anterior e epistemologicamente mais sólida do que a própria ciência.

A mesma estratégia utilizada no estudo da linguagem será adotada no terreno da epistemologia. Ante a impossibilidade de se justificar ou fundamentar o conhecimento de modo absoluto, pois a inescrutabilidade da referência e a indeterminação da tradução, já empiricamente constatadas quando da aquisição da linguagem, ocorrem também no âmbito das teorias sistematizadas, resta optar por descrever os processos de aquisição e desenvolvimento do conhecimento. Como foi postulado o fim de qualquer hierarquia metodológica entre as diferentes áreas do conhecimento, e o conseqüente abandono do projeto fundacionalista, a epistemologia de Quine toma o bonde da ciência, sem reivindicar qualquer especificidade metodológica para ela, fazendo da ciência seu ponto de partida e seu objeto. Esta alternância de lugares entre a epistemologia natural e a ciência natural envolve o problema lógico do raciocínio circular, para evitar tal interdito ele argumenta que não é possível começar a partir de um ponto zero, mas começar por onde é possível começar:

Essa interação é ainda um remanescente da antiga ameaça de circularidade, contudo sem maiores inconvenientes, agora que paramos de sonhar com a dedução da ciência a partir dos *sense data*. Estamos em busca de uma compreensão da ciência enquanto instituição ou processo no mundo, e não pretendemos que essa compreensão seja melhor do que a ciência que é seu objeto. Essa é, na verdade, uma atitude que Neurath preconizava já nos tempos do Círculo de Viena, com sua parábola do marinheiro que tinha que reconstruir seu barco enquanto nele navegava (QUINE, 1975c, p.171).

Uma vez que se abandonem as preocupações fundacionalistas, torna-se possível tomar um conhecimento como objeto para se descrever o seu processo de constituição. O naturalismo julga que a ciência é o modelo de conhecimento mais adequado para esse propósito. Observemos ainda como Quine explora perspectivas teóricas que já vinham sendo debatidas no próprio Círculo de Viena.

4.2. Eleger a ciência como processo de conhecimento confiável

Outra exigência se fez necessária: eleger um conhecimento para ser submetido à análise e ter o seu processo de constituição descrito. A escolha recaiu sobre o conhecimento científico, pois o “avanço de nossa compreensão científica do mundo certamente marca uma das maiores conquistas intelectuais da espécie humana, e é aqui que o conhecimento deve ser achado, se o for em algum lugar” (KORNBLITH apud GRECO/SOSA, 2008, p. 160). Essa é uma crença partilhada pelos defensores do

naturalismo na epistemologia: a ciência natural é o que de melhor nós construímos em termos de conhecimento. Quine comunga plenamente dessa convicção.

Como é necessário eleger um conhecimento para se pronunciar sobre o próprio conhecimento que está sendo problematizado, “já que nenhuma investigação é possível sem algum esquema conceitual, podemos manter e usar o melhor que conhecemos – até o último detalhe da mecânica quântica, se nós o soubermos e ele for relevante” (QUINE, 2010, p. 25). Essa escolha é tornada possível porque a pesquisa não é mais guiada por preocupações fundacionalistas e normativistas. Dessa convicção brotam duas consequências diretas: eleger a ciência como o caso mais eloquente e explícito de conhecimento e tomar a sua metodologia pautada por evidências empíricas como a mais adequada para descrever a sua própria constituição.

No início do seu ensaio *Epistemologia naturalizada* Quine afirma que o interesse mais amplo e primordial da epistemologia diz respeito aos fundamentos da ciência. O sucesso das teorias científicas talvez decorra da consistência dos seus fundamentos. Ele descreve o esforço do programa logicista²⁵ visando reduzir a matemática à lógica e posteriormente à teoria dos conjuntos. Constatando a inviabilidade do programa é necessário, então, desenvolver um modelo de epistemologia que seja compatível e plausível conectá-la às ciências e apresentar essa conexão como decorrente das teses sobre a linguagem, o significado e a referência anteriormente apresentadas.

No plano da matemática esse estudo é orientado por uma divisão entre *problemas conceituais* envolvendo os significados e os *problemas doutrinários* voltados para a noção de verdade: “os estudos conceituais tratam de clarificar conceitos, definindo-os, uns em termos dos outros. Os estudos doutrinários tratam de estabelecer leis, provando-as, umas à base de outras” (QUINE, 1975c, p. 163). O projeto revelou-se inviável depois dos escritos de Gödel provando não ser possível desenvolver um

²⁵ A preocupação que norteia o programa de pesquisa conhecido como logicismo, bastante ativo na virada do século XIX para o XX, consiste em buscar desenvolver modelos lógicos totalmente formalizados e tentar reduzir a aritmética a este modelo. Assim, se propõe a desenvolver uma demonstração suficiente de que não existe diferença essencial entre lógica e aritmética: nem seus objetos são distintos, nem seus métodos são diferentes. Se aceita ainda que qualquer objeto da aritmética seja de natureza lógica e que os métodos de prova a que a aritmética recorre são também de natureza lógica. Importa atentar que nesse contexto aritmética assume um sentido que inclui toda a análise matemática. Tal programa de pesquisa que alimenta a pretensão de reduzir a esfera do conhecimento matemático à esfera do conhecimento lógico terá fôlego e só sofrerá os seus primeiros reveses com os escritos de Gödel, em 1931.

sistema axiomático que recubra toda a fundamentação da matemática²⁶. Essa constatação atinge também os esforços desenvolvidos pelo empirismo lógico visando fundamentar as ciências na lógica e na matemática. Quine enfatiza que além de não ser possível uma correspondência total entre um sistema teórico e outro, pelas razões já apresentadas, resta ainda o problema técnico de que qualquer avanço nesse programa de pesquisa obriga à construção de estruturas artificiais muito complexas para salvar alguma equivalência. Porém, há um paralelo entre os dois programas que pode ser redimensionado e retomado.

Importa assinalar que o programa de pesquisa defendido por Quine o afasta de qualquer projeto fundacionalista ou reducionista que ele associa ao empirismo lógico. Não há na sua proposta metodológica qualquer recorrência às crenças auto-evidentes, como podem ser interpretadas as verdades lógicas e os axiomas da matemática, ou crenças verdadeiras em razão de serem fundamentadas nos estímulos sensíveis ou que disponham de qualquer forma de credibilidade intrínseca. Não se postula mais qualquer realidade verdadeira ou auto-evidente: *a priori*, *idéias inatas*, *impressões*, *juízos analíticos*. Cada uma dessas realidades foi, em diferentes momentos do pensamento, chamada a desempenhar o papel fundacionalista. Assim, sua descrição do conhecimento não se realiza nos moldes de assumir crenças básicas como verdadeiras e por meio de regras de inferência justificar crenças não básicas, derivando a justificação das premissas para a conclusão.

Partindo dessas precauções teóricas, ele apresenta uma breve recapitulação histórica dos esforços do empirismo lógico para desenvolver mecanismos lógico-semânticos de tradução e fundamentação do conhecimento e, ao mesmo tempo, testemunha a falta de sucesso do programa. Nesse contexto de diálogo com o empirismo lógico apresenta os desafios para a renovação da epistemologia, situando-os em relação às duas dimensões vigentes na matemática: a conceitual e a doutrinal. No novo contexto

²⁶ Conhecidos na literatura como Teoremas da incompletude de Gödel, “esses dois teoremas formulados e provados pelo lógico austríaco Kurt Gödel (1906-1978) em seu famoso trabalho ‘Uber formal unentscheidbare sätze der Principia Mathematica und verwandter Systeme I’ provavelmente os resultados mais celebrados em toda a lógica. Eles são referidos adequadamente como teoremas da ‘incompletude’, já que cada um mostra, para cada membro de uma determinada classe de sistemas formais, que há uma sentença a ser formulada em sua linguagem que não pode ser provada, mas que seria desejável provar. No caso do primeiro teorema (G1), o que não pode ser provado é uma sentença verdadeira da linguagem da teoria dada. G1 é, portanto, uma decepção para qualquer construtor de teorias que quer que sua teoria fale a verdade sobre o seu assunto. No caso do segundo teorema (G2), o que não pode ser provado é uma sentença da teoria que ‘expressa’ sua consistência. G2 é, portanto, uma decepção para aqueles que desejam uma execução direta do programa de Hilbert” (DETLEFSEN, apud AUDI, 2006, p. 907).

do empirismo “isso significa explicar a noção de corpo em termos sensoriais; eis o aspecto conceitual. E justificar o nosso conhecimento de verdades da natureza também em termos sensoriais; eis o aspecto doutrinal da bifurcação” (QUINE, 1975c, p. 164). Dessa forma, é proposta a redução da epistemologia ao conhecimento natural e esse por sua vez só acatará evidências sensíveis para os conhecimentos que postula. Diferentemente da matemática que não avançou teoricamente, no plano do empirismo houve um progresso no plano dos estudos conceituais, pois uma nova teoria do significado foi gestada, já tivemos oportunidade de acompanhar o desenvolvimento dessa nova semântica. Porém, no plano do estudo doutrinal o empirismo não realizou qualquer progresso desde Hume. Não conseguimos ainda uma explicação suficiente sobre o modo como construímos o nosso conhecimento da natureza.

Recusando a distinção entre analítico e sintético, base das pretensões reducionistas e fundacionalistas da epistemologia clássica e do empirismo lógico, resta à filosofia trabalhar em continuidade com as ciências. Quine está convencido disso, “sua genial frase ‘Não vamos jogar fora a epistemologia – vamos deixar que seja psicologia’ é inteiramente razoável se nosso objetivo é mostrar o que pode ser salvo no empirismo uma vez que lançamos fora os dogmas” (RORTY, 1994, p. 225). Porém, resta ainda o problema doutrinal, isto é, ainda não conseguimos responder o que se passa “com a justificação do nosso conhecimento das verdades relativas à natureza? Nesse ponto, Hume desespera” (QUINE 1975, P.164). No plano da justificação do conhecimento que é constituído a partir da experiência Quine afirma que não houve progresso, permanecemos no mesmo estágio que Hume nos deixou. Assim, como já foi apresentado, devemos optar por descrever o processo de aquisição do conhecimento, sem pretensões normativas ou fundacionalistas:

Acho, entretanto, que nesse ponto seria talvez útil dizer, em vez disso, que a epistemologia continua a avançar ainda, embora num novo quadro e com um *status* clarificado. A epistemologia, ou algo que a ela se assemelhe, encontra seu lugar simplesmente como capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural (QUINE, 1975c, p. 170).

O avanço da epistemologia, acima assinalado, corresponde ao que Quine posteriormente chamou de *passos de avanço do empirismo*, isto é, coincide, conforme já vimos, com suas escolhas teóricas. Na sua epistemologia naturalizada o problema de fundamentar o conhecimento é substituído pela tarefa de descrever as condições que permitem que teorias sejam aceitas, modificadas e substituídas. Para ele esse programa deve acatar o impasse humiano, “não vejo que tenhamos chegado hoje além do ponto

em que Hume nos deixou. O impasse humiano é o impasse humano” (QUINE, 1975c, p.164). Com relação à fundamentação do raciocínio e do conhecimento indutivamente construído, Quine acorda que não conseguimos ir além de Hume. Portanto, tomando por base os progressos conceituais desenvolvidos pelo empirismo lógico, somados ao seu ataque pessoal aos dogmas do empirismo, não é mais viável qualquer tentativa de fundamentar a ciência natural na experiência imediata de um modo firmemente lógico.

Essa percepção do problema conduz a uma posição paradoxal, pois mesmo que a ciência seja construída a partir da experiência de um modo não firmemente lógico, não dispomos de uma metodologia melhor, nem de evidências mais convincentes que as evidências empíricas proporcionadas por sua metodologia. Porém, o efeito paradoxal é evitado se aceitarmos essa impossibilidade e pararmos de sonhar com uma ciência totalmente deduzida da observação, “agora que paramos de sonhar com a dedução da ciência a partir dos *sense data*” (QUINE, 1975c, p. 171), podemos assumir como tarefa da filosofia descrever o processo de investigação humana, pois a filosofia “enquanto um esforço de esclarecimento das coisas, não deve ser diferenciada, em pontos essenciais de objetivo e método, da boa e má ciência” (QUINE, 2010, p. 24). Se colocarmos o programa da filosofia dentro desses limites e nos contentarmos com a psicologia, o paradoxo perde o seu sentido.

Quine apresenta a sua resposta para o que chamou de *impasse humiano ou humano*, ou seja, o clássico problema proposto por Hume a respeito da justificação do conhecimento por meio da inferência indutiva. A chamada *guilhotina de Hume* aponta um interdito para o propósito de se fundamentar experiências futuras tendo por base experiências passadas. Não há nenhuma garantia lógica para qualquer previsão estabelecida desse modo indutivo. Um dos argumentos apresentados por Quine a favor do conhecimento científico decorre do acerto das suas previsões, do sucesso das suas explicações sobre a natureza. Dessa forma, ele articula uma saída para o problema da indução:

A estratégia de Quine diante de um problema tradicional como a crítica de Hume à indução está concentrada em uma única palavra: naturalismo. A posição naturalista, assumida desde o início, na concepção mesma de sua teoria, garante a Quine um salvo-conduto, já que o chamado problema da indução se apresenta diante dos projetos epistemológicos fundacionalistas, que têm por objeto a justificação lógica da ciência. Para Quine, essa justificação é impossível (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Feita a constatação histórica do fiasco dos estudos doutrinários, procurando uma justificação do conhecimento da natureza, e sempre esbarrando nos limites da inferência indutiva, Quine se pergunta se não é hora de abandonar esse propósito justificador irrealizável e substituí-lo por um programa de descrição naturalista, “por que não ver simplesmente como essa construção realmente se processa? Por que não ficar com a psicologia?” (QUINE, 1975c, p. 166), e ao mesmo tempo aponta um primeiro problema relativo à escolha do método da psicologia para realizar a nova tarefa da epistemologia, ou seja, eleger o método científico para explicar o conhecimento científico. Ele argumenta que o problema será facilmente contornado, desde que se abandonem os propósitos fundacionalistas, pois “se o objetivo do epistemólogo era o de validar os fundamentos da ciência empírica, ao empregar a psicologia ou outra ciência empírica nessa avaliação, ele estaria frustrando seus propósitos” (QUINE, 1975c, p. 166). Essa barreira é transposta quando não se tem mais o propósito reducionista de explicar e justificar a ciência deduzindo-a da observação:

Seu propósito, como vimos, é investigar como se processa o mecanismo cognitivo humano, aí incluída a ciência, como produto desse mecanismo. Trata-se, portanto, não de justificar logicamente as operações cognitivas, mas de explicar como e por que funcionam. Nessa investigação, ele acredita que pode e deve utilizar a ciência (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

É importante enfatizar que essa escolha da ciência em geral e da psicologia em particular não é feita por razões normativas, pois a argumentação não pretende justificar como deveríamos proceder para termos garantida a aquisição do conhecimento. Quine elege a metodologia da psicologia empírica como o que de melhor se dispõe no momento para desenvolver esse estudo do ponto de vista que ele julga ser o melhor: a perspectiva científica. Essa ressalva é crucial à argumentação quineana, pois os mecanismos cognitivos são condicionados socialmente, portanto continuamente atualizados. Porém, da mesma forma que os mecanismos cognitivos são atualizados, também os mecanismos explicativos são aprimorados e socialmente condicionados. Nada impede que a nossa ciência, ou outra metodologia de conhecimento qualquer, desenvolva explicações mais adequadas.

4.3. Recusar o normativismo e o fundacionalismo

Na epistemologia naturalizada a ciência é apresentada como exemplo de uma prática bem sucedida e importa compreender as razões do seu sucesso, pois o que se

procura é tão somente compreender como a ciência é apreendida e desenvolvida. A psicologia empírica não é justificada como o modelo exemplar de conhecimento, cuja metodologia deva ser tomada como normativa, se constituindo num guia seguro para fundamentar o conhecimento empírico mais adequado. Dessa forma, não temos uma retomada do programa fundacionalista e normativista com a psicologia ocupando o lugar da epistemologia.

No contexto dessa discussão é importante retomarmos a argumentação apresentada por Quine no seu ensaio *Dois dogmas do empirismo*, nele o papel atribuído às teorias decorre de razões pragmáticas, não fundacionalistas e normativista, pois ele afirma “como empirista, continuo a pensar no esquema conceitual da ciência como uma ferramenta, em última instância, para prever a futura experiência à luz da experiência passada” (QUINE, 1975h, p. 253). As ciências são epistemologicamente importantes enquanto possibilitam fazermos previsões acertadas. Nessa compreensão já temos o mecanismo que permite a modificação e substituição de teorias: quando construirmos meios melhores para previsões mais adequadas. Porém, nenhuma modificação está prevista desde os fundamentos, não há qualquer princípio normativo que oriente e garanta o sucesso de um determinado modelo de conhecimento.

Qualquer teoria que trabalhe com entidades não observáveis, Quine chamou metaforicamente de mito. O que faz com que uma teoria- mito seja melhor do que outra como mecanismo de previsão são as “diferenças no grau em que favorecem nosso manuseio da experiência sensível” (QUINE, 1975h, p. 253). A ciência é uma prática bem sucedida porque permite uma relação adequada com a experiência, mesmo que não seja firmemente lógica.

A substituição de uma teoria por outra não ocorre aleatoriamente, há essa exigência de eficácia em relação às suas previsões para que possa ocorrer a modificação ou substituição de uma teoria. Além do mais, ele recorre na sua argumentação a dois outros elementos: *conservação e simplicidade*, pois ante a necessidade de escolhermos o esquema conceitual que é mais conveniente, “em tais decisões, tem seu papel o conservadorismo e igualmente a busca de simplicidade” (QUINE, 1975h, p. 254). O último elemento de contenção é o princípio de conservação, “nossa tendência natural de perturbar o mínimo possível o sistema total” (QUINE, 1975h, p. 253). Portanto, não escolhemos qualquer teoria em detrimento de outras, mas escolhemos aquelas que

atendem alguns requisitos que nos confortam. Como é indicada uma dupla tendência para a simplicidade e o conservadorismo, um problema se insinua caso eles indiquem caminhos opostos para resolução de possíveis problemas. Nesse caso, a simplicidade é o princípio normativo mais forte:

Note, todavia, a diferença normativa importante entre simplicidade e conservadorismo. Sempre que se sabe que a simplicidade e o conservadorismo aconselham direções opostas, o veredito da metodologia consciente fica do lado da simplicidade. Não é de admirar, no entanto, que o conservadorismo seja a força preponderante: ele ainda pode operar quando o vigor e a imaginação falham (QUINE, 2010, p. 44).

Em *Palavra e objeto* Quine apontará outros princípios que orientam nossas escolhas, *princípio de familiaridade* com os conceitos que manipulamos, *princípio de razão suficiente* que nos orienta em rejeitar o injustificado, mas “o mecanismo neurológico da propensão à simplicidade é indubitavelmente fundamental apesar de desconhecido, e seu valor de sobrevivência, extraordinário” (QUINE, 2010, p. 43). A descrição da prática científica como atividade guiada por meio desses princípios, permite tomar a ciência como um esquema constituído de leis simples, operativas e manejáveis sobre as quais podemos basear as nossas previsões. Depositamos e conservamos a nossa confiança nessa teoria-mito porque evitamos introduzir modificações que não facilitam atingir os propósitos almejados, e enquanto não vislumbramos substituições que permitam previsões mais adequadas e estatisticamente mais certas. Recorrendo a esse dinamismo da ciência, Quine procura contornar os problemas relativos ao fundacionalismo e o normativismo no conhecimento e postula uma posição falibilista frente a todas as crenças, teorias e afirmações, pois “nenhum enunciado é imune à revisão” (QUINE, 1975h, p. 252). Uma postura pragmática associada a uma posição falibilista permite escolher, operar e manter teorias sem absolutizar nenhuma delas:

É certo que nosso sistema muda sim. Quando ele o faz, não dizemos que a verdade mudou com ele; dizemos que nós havíamos erroneamente suposto que algo era verdadeiro e aprendemos depois que não. *Falibilismo é a palavra-chave, não relativismo*. Falibilismo e naturalismo (QUINE apud NASCIMENTO, 2008, p. 208).

Dessa maneira, o projeto de epistemologia naturalizada assume a ciência como uma construção humana que é limitada e falível, enquanto mecanismo de conhecimento, mas que pode por meio de sua própria metodologia corrigir suas falhas e aperfeiçoar

seus procedimentos, pois não há outra instância epistemológica superior que a julgue. Sua própria metodologia é suficiente para resolver seus problemas, reconhecer os limites e avaliar o alcance de seus conhecimentos e previsões. Não sendo mais possível no pensamento de Quine postular a existência de uma filosofia primeira que ofereça fundamentação para a ciência, e assumindo desde o princípio a falibilidade do empreendimento científico, não se oferece qualquer fundamentação ou garantia absolutas. A ciência conta tão somente com o seu método, falível, mas perfectível, porém é o melhor de que dispomos até o momento.

Uma vez que se tenha assegurada tanto a possibilidade quanto a necessidade de se orientar a pesquisa a partir desses três passos apresentados, a epistemologia seguirá um percurso teórico que a conduz a uma consequente naturalização. Porém, é preciso ainda assegurar-se de que essa abordagem repousa em evidências empíricas e explicar os componentes analíticos necessários ao conhecimento.

4.4 A necessidade de se recorrer às hipóteses analíticas

Retornando a argumentação desenvolvida em *Epistemologia naturalizada*, uma vez que se tenha estabelecido um programa para a epistemologia, elegido o método para procurar responder aos seus desafios, no caso o doutrinal que diz respeito à descrição do conhecimento empírico, resta fundamentar como essa conexão é possível, isto é, como a naturalização da epistemologia resulta de uma tese empírica e não de uma postulação arbitrária. O aprendizado da linguagem anteriormente descrito será utilizado na construção dessa argumentação. O linguista precisa fazer escolhas arbitrárias, mesmo que inconscientes, para propor um manual de tradução, sabendo que outros manuais seriam igualmente possíveis (Conf. QUINE, 1975c, p. 170). O arbitrário referido por ele são as chamadas *hipóteses analíticas*, recurso fundamental para o linguista em trabalho de campo e a criança no seu aprendizado linguístico. Se o linguista e a criança não recorrem a esse expediente, o trabalho de tradução não avança, nem a criança desenvolve a linguagem.

Descrevendo o trabalho do linguista de campo, Quine afirma que “ele segmenta enunciações escutadas em partes recorrentes convenientemente curtas e, então, compila uma lista de ‘palavras’ nativas. Várias dessas, ele, hipoteticamente, iguala a palavras portuguesas e expressões, de tal forma que se ajustem” (QUINE, 2010, p. 100). Tanto o linguista quanto a criança supõem que uma dada palavra se ajusta a outra. Essa

suposição, esse faz de conta inicial, são as chamadas hipóteses analíticas. Vimos como a referência objetiva se constitui num problema que desafia a explicação da aquisição da linguagem defendida por Quine, pois as condições estimulatórias não são suficientes para uma determinação precisa dos objetos, eles se revelam inacessíveis à observação. Se o conhecimento das condições estimulatórias não é suficiente para uma tradução adequada das sentenças em relação à quais objetos estão se referindo, resta recorrer às hipóteses analíticas.

É importante atentar para essa defesa do uso das hipóteses analíticas já no aprendizado da linguagem, pois ela oferece uma base empírica para a resposta de Quine ao problema central da epistemologia naturalizada, a saber, como o nosso aparelho cognitivo amplifica as informações que são oferecidas pelos sentidos nas sofisticadas teorias que constroi. Ele argumenta que construímos sentenças por composição ou decomposição, adicionando ou subtraindo palavras. A analogia desempenha um papel fundamental nesse aprendizado do significado das palavras. A criança ascende no seu aprendizado das palavras, numa graduação que inicia na associação direta de nomes a objetos observacionais e culmina no uso de termos referidos a objetos abstratos, porém devemos atentar que o processo não é estritamente linear, mas transitivo:

Mesmo onde o condicionamento à estimulação não verbal é tão firme, no entanto, não há como dizer em que medida é original e em que medida resulta de uma abreviação, pela transitividade do condicionamento, de antigas conexões de frases com frases (QUINE, 2010, p. 35).

A etapa de interanimação de sentenças é fundamental nessa argumentação, pois apresenta a linguagem funcionando em toda sua complexidade, envolvendo o observacional e o que está para além do observacional, servindo de modelo para se compreender o problema central da epistemologia: a relação entre as limitadas informações que são recebidas pelos sentidos e as complexas teorias que são elaboradas.

No estágio do aprendizado da linguagem no qual sentenças dão vida significativa a outras sentenças, o limite da experiência é transposto e se atinge o nível da abstração, “é a partir daí que a linguagem se sofisticada, que vai permitir a construção de sentenças teóricas da ciência, com o acesso ao uso de variáveis, à quantificação e à teoria dos conjuntos” (OLIVEIRA, 2004, p. 23). Passando pelo estágio do aprendizado imediatamente ostensivo das sentenças observacionais, aprimorado nas sínteses analógicas que possibilitam usar sentenças de modo apropriado a partir de outras

sentenças aproximadas, atinge-se esse estágio mais complexo de interanimação de sentenças.

Tanto a criança quanto o cientista tiveram que transcender as limitações dos estímulos sensoriais iniciais, no entanto a porta de entrada na linguagem são as sentenças observacionais compreendidas como aquelas ativadas pelas estimulações sensoriais, sem contaminação por informações colaterais e acolhidas por toda a comunidade. Há uma preocupação em esclarecer a natureza das informações que não são dadas na estimulação presente, mas as quais o indivíduo recorre para compreender e se fazer compreender, pois essa afirmação parece ser a favor de um dualismo analítico-sintético. Recorrendo ao que é consensual na comunidade falante de uma mesma língua, pode-se contornar o problema, “as sentenças observacionais são aquelas a respeito das quais todos os membros da comunidade estarão de acordo, quando submetidos à mesma estimulação” (QUINE, 1975c, p. 173). Assim, a comunicação por meio de uma mesma língua permite circunscrever a pertença a uma comunidade e firmar uma definição para sentença observacional.

4.5. O papel das sentenças observacionais

As sentenças observacionais que são tomadas como o ponto de partida empírico para a constituição dos significados dos enunciados, também exercerão a mesma função na construção das teorias científicas. Não havendo um significado linguístico fixo, mental ou referencial, o estudo semântico e a epistemologia naturalizada devem realizar-se como descrição dos processos públicos do uso da linguagem. A epistemologia naturalizada não terá mais a função de fundamentar, justificar ou julgar o conhecimento científico, como é patente no programa de pesquisa do empirismo lógico. A tarefa da epistemologia assume um duplo desdobramento: compreender a impossibilidade de se reduzir ao empírico o significado de todos os termos de um enunciado ou de todos os enunciados de uma teoria e fundamentar a necessidade de se ultrapassar as evidências empíricas para que o conhecimento e a comunicação sejam possíveis.

O caminho percorrido por Quine para se lidar com o excesso produzido no processo de representação, implica atentar para a crítica que ele dirigiu ao segundo dogma do empirismo: o reducionismo. Ele considerou o reducionismo como uma tarefa irrealizável. Não há como reduzir todos os enunciados de um discurso a dados sensíveis.

No entanto, as sentenças que não podem ser reduzidas devem, de algum modo, ser assumidas como verdadeiras, para que uma teoria – conjunto de enunciados validados empiricamente, mais aqueles que não podem ser reduzidos ao empírico – possa ser validada (Conf. QUINE, 1975h, p. 248ss).

Dois pontos são destacados como fundamentais no desenvolvimento desse estudo naturalizado: por um lado, o sujeito humano como realidade natural e social; por outro lado, as sentenças observacionais que resultam da concordância intersubjetiva e dos estímulos do mundo externo. Para desenvolver o seu programa naturalista, Quine toma o sujeito, porém o sujeito enquanto uma realidade natural, presença física no mundo, não o sujeito cognitivo das teorias fundacionalistas, como o objeto de estudo da epistemologia. O sujeito enquanto realidade natural e por sua própria constituição cognitiva será tomado como a porta de entrada para a análise: enquanto dotado de um aparelho cognitivo que capta informações exíguas por meio da estimulação sensorial, responde a esta estimulação com a produção de complexas teorias que sempre extrapolam as informações recebidas. Descortina-se, assim, o objeto de análise da epistemologia:

Ela estuda um fenômeno natural, a saber, um sujeito humano físico. Concede-se que este sujeito humano recebe uma certa entrada experimentalmente controlada – certos padrões de irradiação em variadas frequências, por exemplo – e no devido tempo o sujeito fornece como saída uma descrição do mundo externo tridimensional e sua história (QUINE, 1975c, p. 170).

O sujeito natural que tem acesso ao mundo por meio dos seus sentidos e a linguagem e as teorias que possibilitam o conhecimento do mundo físico são fenômenos naturais e se constituem no objeto de uma epistemologia empírica. Afirmando que o duplo objeto da análise são fenômenos naturais, Quine pode propor uma naturalização da epistemologia que terá como tarefa elucidar essa relação entre linguagem e mundo e analisar o conhecimento que é fruto dessa relação com uma metodologia semelhante à utilizada pela ciência da natureza.

A epistemologia procura levantar evidências visando elucidar como o sujeito natural opera para que as estimulações sensoriais produzam a ciência. Como empirista, Quine estabelece uma primeira exigência para este procedimento: a elucidação deve ser inferida a partir de fatos externos:

A relação entre a magra entrada e a saída torrencial é a relação que nos sentimos estimulados a estudar um tanto pelas mesmas razões que sempre serviram de estímulo para a epistemologia; ou seja, a fim de ver como a evidência se relaciona à teoria e de quais maneiras as nossas teorias da natureza transcendem qualquer evidência disponível (QUINE, 1975c, p. 170).

Dessa primeira exigência decorre uma segunda: como a metodologia que melhor lida com as evidências empíricas é a da ciência natural, então “se estivermos procurando simplesmente compreender o elo entre observação e ciência, será de bom critério empregar qualquer informação disponível, inclusive a que é oferecida por essa ciência mesma, cujo elo com a observação estamos procurando compreender” (QUINE, 1975c, p. 166). Essa dupla exigência tem dois propósitos que se recobrem: o primeiro é afastar procedimentos que possam associar conexões causais entre ideias e derivem delas explicações para as teorias; o segundo é limitar a investigação aos procedimentos metodológicos da ciência natural.

Descrevendo o nosso aparelho cognitivo como portador de um canal de entrada que é alimentado pelas estimulações sensoriais que estão sempre em defasagem com relação ao canal de saída e apontando a linguagem como o primeiro produto derivado deste processo, Quine poderá eleger a metodologia empírica do behaviorismo que estuda esse processamento nas suas conexões externas, comportamentos e palavras, como a mais adequada para a descrição naturalista. (Conf. QUINE, 1975c, p. 170ss).

Esse é um aspecto importante no afastamento da epistemologia do fundacionalismo. Não sendo mais possível estabelecer uma distinção entre o que em cada enunciado ou teoria resulta dos estímulos físicos ou do consenso realizado na comunidade, a lógica e a semântica, disciplinas fortemente utilizadas pelas epistemologias fundacionalistas, não serão as escolhas metodológicas mais adequadas para se descrever os comportamentos observacionais e os meios pelos quais as comunidades chegam a consensos sobre o uso da linguagem. Por essa razão, a psicologia empírica, o behaviorismo, se constituirá numa semântica da linguagem natural. Quine não enxerga nessa posição um retrocesso em relação ao empirismo, e enfaticamente afirma “não estaremos entrando em choque com as pressuposições da velha Viena se dissermos que a epistemologia converte-se agora em semântica” (QUINE, 1975c, p. 174). Propondo essa equivalência entre as duas dimensões da pesquisa, ele confirma o seu empirismo ampliado por uma nova teoria do significado.

Para contornar a provável acusação de um retorno ao fundacionalismo, com a psicologia ocupando o lugar da epistemologia, ressalta-se o caráter provisório da ciência e da psicologia, como já vimos. O behaviorismo é o que de melhor se dispõe no momento, mas nada impede que venha a ser substituído por outra disciplina que se capacite a descrever melhor o processo do conhecimento. Essa interpretação do conhecimento científico advoga que a maturidade desse modo de conhecer consiste justamente nesse aspecto de aprimoramento e de correção:

Esse critério de maturidade aplica-se, evidentemente e negativamente, à própria teoria de Quine. Sua teoria do aprendizado (e, por extensão sua epistemologia) se formula com bases em termos disposicionais e padrões de similaridade puramente intuitivos. Seu behaviorismo é provisório, sua psicologia científica é filosófica e especulativa, como sua linguística (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

Tanto a ciência quanto a epistemologia de Quine padecem dessa limitação intransponível: trabalhar com termos e padrões que são o que de mais epistemologicamente plausível se dispõe em um dado momento da pesquisa, mas que poderão ser aprimorados ou abandonados em etapas posteriores. Por essa razão a perspectiva que se assume não é nunca de hierarquia epistemológica, entre diferentes áreas do conhecimento, mas sempre de responsabilidades epistemológicas compartilhadas.

O behaviorismo deverá então lidar com as sentenças observacionais, pois elas são tomadas como elemento comum à teoria do aprendizado linguístico e à epistemologia naturalizada, pois oferece a base empírica para ambas, além do mais permite responder ao duplo desafio da epistemologia: o doutrinal e o conceitual:

A sentença observacional é básica para os dois empreendimentos. Sua relação para com a doutrina, para com o nosso conhecimento do que é verdadeiro é, em grande parte, a tradicional: sentenças observacionais são o repositório de evidência para as hipóteses científicas. Sua relação com o significado também é fundamental, dado que são elas as primeiras que, na nossa condição, aprendemos a compreender, como crianças e como linguistas em pesquisa de campo. Pois as sentenças observacionais são precisamente aquelas que podemos correlacionar a circunstâncias observáveis da ocasião de elocução ou de assentimento, independentemente das variações históricas passadas dos indivíduos informantes. Elas são a única via de acesso a uma língua (QUINE, 1975c, p. 174).

Retomando os dois campos de estudo da epistemologia, conceitual e doutrinal, as sentenças observacionais são o argumento mais forte a favor do caráter incontornável

das evidências empíricas tanto para a teoria do significado quanto para a doutrina sobre a verdade.

As escolhas teóricas realizadas por Quine o afastam do fundacionalismo, da prioridade epistemológica, uma vez que a consciência não exerce qualquer papel fundador, não é mais tomada como a fonte privilegiada do conhecimento, pois “no antigo contexto epistemológico, a forma consciente tinha prioridade, pois buscávamos justificar nosso conhecimento do mundo externo por meio de uma reconstrução racional, e isso exige o estar consciente” (QUINE, 1975c, p. 171). A epistemologia naturalizada renuncia a justificação, pois essa não avança desde Hume, e acolhe um programa de descrição natural do conhecimento. Afastada qualquer prioridade epistemológica é necessário esclarecer qual tipo de prioridade que se realiza, pois de qualquer forma alguns conhecimentos são mais básicos que outros. A resposta consiste em indicar que:

Agora que nos é permitido apelar para estimulações físicas, o problema se dissolve; A tem prioridade em relação a B, se A estiver causalmente mais próximo dos receptores sensoriais do que B. Ou, o que sob alguns aspectos é melhor, falemos apenas e explicitamente em termos de prioridade causal, e não falemos mais em prioridade epistemológica (QUINE, 1975c, p. 171).

Prioridade causal empiricamente determinada, não mais prioridade de significado ou epistemológica que sempre remete ao fundacionalismo. O estímulo externo é determinante para a eleição das sentenças mais básicas, mas no processo de desenvolvimento da linguagem elas são sempre associadas àquelas que estão mais afastadas das estimulações sensoriais. O mesmo ocorrerá no desenvolvimento de uma teoria científica: sentenças de observação e sentenças teóricas estão em contínua interanimação.

Tomando as sentenças observacionais sobre corpos como aquelas constituídas por meio da comunicação intersubjetiva e pelo consenso na comunidade científica, Quine poderá apontar como elas exercerão o papel intersubjetivo de juiz das hipóteses científicas. Dispomos de um *tribunal intersubjetivo*, partindo dele a ciência dispõe de um terreno seguro para seu desenvolvimento e a epistemologia uma base para testar suas afirmações. A teoria da verificação relacionada ao reducionismo e afastada quando da crítica aos dogmas do empirismo, encontra um novo espaço teórico para realização nas sentenças observacionais: fonte de evidência e de significado.

Dessa forma, Quine oferece um substituto para o *a priori* das epistemologias fundacionalistas. Sua epistemologia naturalizada não encontra terreno mais firme do que o oferecido pelo intersubjetivo das sentenças observacionais. “as sentenças de observação são destinadas a ser o tribunal intersubjetivo das hipóteses científicas” (QUINE, 1975, p. 173). A realização dessa intersubjetividade, da comunicação estabelecida entre indivíduos, define o que é uma comunidade linguística ou científica. No interior de uma mesma comunidade pode e há variações a respeito do que se entende como observável, mas o determinante é que há estímulos que são estáveis.

A epistemologia seguia a tendência de relacionar sentenças observacionais com noções subjetivas, mas “a antiga tendência se devia à pressão para basear a ciência em algo mais firme e anterior, na experiência do sujeito, mas esse projeto foi abandonado” (QUINE, 1975c, p. 173). No contexto da argumentação quineana há duas alternativas: ou o programa naturalista de descrição empírica do conhecimento ou o programa fundacionalista de natureza subjetiva. Devemo-nos contentar em tomar as sentenças observacionais como fonte de evidência empírica tanto para o aprendizado dos significados quanto para o desenvolvimento da ciência. A criança e o cientista vão além dos condicionamentos sensoriais, um para adquirir o uso pleno da linguagem, o outro para desenvolver teorias científicas.

A ênfase sobre a importância das sentenças observacionais decorre dessa investigação guiada pela preocupação de esclarecer a relação entre significado e evidência, isto é, semântica e ontologia. Uma vez que se aceita o avanço na teoria do significado, se aceita também na teoria da verificação, resultando num empirismo holístico e em uma epistemologia naturalizada. As construções epistemológicas e científicas que nós elaboramos estão em dependência direta dos padrões conceituais com seus consequentes padrões de individuação e referência que utilizamos. Não há qualquer ponto externo a esses padrões conceituais.

A linguagem materna é o padrão conceitual mais fundamentalmente determinante e intransponível, de modo que o que vale para ela vale para as outras construções teóricas que desenvolvemos. Tendo estabelecido esses pontos a partir da descrição do aprendizado linguístico, firma-se uma forte barreira para se sustentar a existência de uma filosofia primeira, de um ponto de vista externo no plano do conhecimento. Advoga-se então o fim de qualquer diferença qualitativa entre padrões

conceituais diferentes e afirma-se uma diferença de grau, daí ser viável naturalizar a epistemologia.

Tomando como ponto de partida a noção de significado Quine poderá apontar a naturalização da epistemologia como uma semântica das línguas naturais, pois se a epistemologia busca construir evidências para as teorias e as teorias do significado por sua vez procuram verificar seus enunciados, ele poderá afirmar que evidência é verificação (Conf. QUINE, 1975c, p. 174). Porém, o desenvolvimento dessa perspectiva esbarra em dois problemas que a epistemologia precisa responder: primeiro, a relação da teoria com a evidência; o segundo, como a teoria transcende a evidência. As sentenças observacionais, elegidas como a porta de entrada tanto para o aprendizado da linguagem quanto para o desenvolvimento da ciência, permitem solucionar os dois problemas. As sentenças observacionais são tomadas como fonte de evidência e de significado nas línguas naturais e na ciência.

4.6. A função das sentenças eternas

Para realizar plenamente o propósito de elucidar como as teorias são constituídas a partir dos condicionamentos empíricos, as ciências precisam ir além das sentenças observacionais e encontrar sentenças fixas ou sentenças eternas, “uma frase cujo valor de verdade permanece fixo ao longo do tempo e de locutor para locutor” (QUINE, 2010, p. 246). Aquelas sentenças cuja validade não seja limitada no tempo nem a locutores isolados e alcancem a universalidade. As sentenças observacionais recebem a função de relacionar as teorias com a experiência. As sentenças eternas que constituem a maior parte da teia da ciência possibilitam às teorias transcenderem as evidências, pois “apesar de os dados científicos regredirem a frases de observação, que só são verdadeiras enunciação a enunciação, as frases da teoria que se projeta com base nesses dados tendem a ser eternas” (QUINE, 2010, p. 285). A descrição do aprendizado da linguagem mais uma vez oferece o fundamento empírico para se compreender esse aspecto do desenvolvimento da ciência. Tanto os falantes de uma língua quanto os cientistas precisam desenvolver mecanismos de consenso para além dos condicionamentos empíricos.

A ciência se firma como uma teoria do mundo que inicia com as sentenças observacionais e as refina até alcançarem o padrão de sentenças eternas. Esse padrão é alcançado quando a comunidade falante ou relevante firma acordos e ajustes de

generalização, permitindo que sentenças tenham o seu valor e significado estendidos para além de um só objeto. O mecanismo de *ascensão semântica* exerce um papel fundamental, pois possibilita transformar divergências sobre objetos em divergências sobre palavras, entre explicações do mundo concorrentes, pois “a estratégia de ascensão semântica é levar a discussão para um domínio no qual ambos os partidos concordam melhor quanto aos objetos (a saber, palavras) e quanto aos termos principais que lhes dizem respeito” (QUINE, 2010, p. 338) e garante a generalização que projeta o valor de verdade das sentenças do particular para o geral.

A *ascensão semântica* permite generalizar com segurança, isto é, permite um aperfeiçoamento do que sabemos com segurança sobre o mundo ou uma simplificação do modelo assumido para orientar a observação. Além do mais, possibilita que asserções ontológicas sejam convertidas em asserções linguísticas, pois, conforme já foi apresentado, assumir uma ontologia é, na verdade, assumir um esquema conceitual ou linguístico, pois “nosso vir a compreender o que os objetos são é, na sua maior parte, apenas nosso domínio daquilo que a teoria diz a respeito deles. Nós não aprendemos antes aquilo do qual falar e, então, o que dizer acerca dele” (QUINE, 2010, p. 39). Essa postura teórica implica que qualquer esclarecimento sobre ontologia se traduza num esclarecimento sobre os esquemas conceituais, uma elucidação no âmbito das teorias utilizadas na descrição do mundo, pois sentenças sobre estado de coisas podem ser parafraseadas em sentenças sobre sentenças.

Além do mais, o mecanismo de *ascensão semântica* possibilita transformar as sentenças observacionais, válidas apenas para um objeto, em sentenças eternas de validade universal. A comunidade de falantes de uma língua, ou a comunidade científica, alcança um ajuste no uso de sentenças quando transforma o desacordo sobre entidades em desacordo sobre palavras. No plano da construção do conhecimento científico o refinamento das ocorrências verbais diretamente relacionadas à observação até elas se constituírem como frases de alto nível de abstração, recorrendo a padrões de formalização cada vez mais complexos que possibilitam anular as determinações espaciais e temporais, o mecanismo de *ascensão semântica* exerce um papel fundamental e até mesmo explicativo do funcionamento da ciência: por meio das sentenças observacionais tem-se garantida a evidência empírica para a ciência; as sentenças eternas permitem que a ciência vá além da observação e alcance a universalidade, pois “é parte da atividade do cientista generalizar ou extrapolar a partir

de amostras de dados e, assim, chegar a leis abrangendo mais fenômenos do que foram averiguados” (QUINE, 2010, p. 43). Como as teorias científicas se realizam nos esquemas teóricos elaborados como uma rede tecida de palavras e conceitos teóricos, conduzir as divergências sobre ontologias para esse terreno é determinar um espaço real para construção de convergências. Temos como consequência que a questão central da epistemologia, a relação entre evidência e teoria, entre *input* e *output*, é explicada pela combinação das sentenças observacionais com sentenças eternas.

4.7. Conhecimento natural e verdade

Os conceitos e teses até aqui desenvolvidos permitem apresentar uma resposta mais direta a uma das condições internas do modelo padrão: a verdade. Estamos argumentando que a epistemologia naturalizada se constitui numa alternativa ao modelo padrão, já percebemos que “a questão, então, é que, para o naturalismo, não há exatamente nenhum mistério no que diz respeito às noções de conhecimento, crença ou verdade” (NASCIMENTO, 2008, p. 206). A respeito da crença e da justificação já tivemos um firme posicionamento de Quine, afastando-se da justificação de crenças e limitando a tarefa da epistemologia à descrição de uma crença racional, no caso a ciência. Importa agora apresentar as implicações de suas postulações teóricas para a condição verdade, mesmo que esse não seja o propósito fundamental da sua epistemologia. Porém, evidências para a verdade são sempre postuladas como um ideal para o conhecimento seja qual for a compreensão que se tenha dele:

Os cientistas devem, no sentido mais lato, diligentemente conjecturar como é a realidade; e o que há, o que é real, é parte da questão. A questão de como nós sabemos o que há é simplesmente parte da questão da evidência da verdade sobre o mundo. O último árbitro é o assim chamado método científico, quão amorfo seja (QUINE, 2010, p. 47).

Quine argumentou que uma das razões para optarmos pela ciência e não por outra modalidade de conhecimento é o acerto de suas previsões, acerto decorrente de ser um conhecimento construído tendo por suporte as evidências empíricas, dessa forma importa assegurar-se sobre o grau de evidência da verdade sobre o mundo nas explicações postuladas pela ciência. É necessário então discorrer sobre a recepção da condição verdade na epistemologia naturalizada.

A postura empirista assumida por ele no plano do conhecimento não é uma resposta suficiente para o problema das teorias verdadeiras, pois o empirismo pode ser

uma consistente teoria da evidência, mas não uma suficiente teoria ou critério de verdade. A evidência empírica permite escolher crenças e a falta delas abandonar outras, porém não oferece uma base suficiente para se pronunciar a respeito da verdade das teorias, de visões de mundo concorrentes. Vimos que a estratégia de ascensão semântica é um primeiro passo para se contornar esse problema.

Por outro lado, ao se pronunciar sobre crenças verdade é preciso estar atento ao problema do fundacionalismo e do normativismo, pois uma vez que se assuma uma crença como verdadeira ela pode ser tomada como fundamento para se inferir outras crenças verdadeiras, ou normatizar os procedimentos para se chegar à outras crenças verdade. Uma primeira precaução tomada por Quine a esse respeito é sua firme posição de que à epistemologia compete descrever e não justificar o conhecimento, isto é, fazer epistemologia fora do modelo consagrado como crença verdadeira justificada. Dessa maneira ele se afasta dos aspectos normativos e fundacionalistas da epistemologia, pois não se postula qualquer *a priori* que venha explicar o funcionamento do conhecimento científico, nem a ciência é tomada como modelo ideal de conhecimento. Pensar de modo diferente seria colocar-se fora do empirismo, fazer suposições abstratas não guiadas pela evidência:

Pois não temos razão para supor que as irritações de superfície humana, mesmo até a eternidade, admitam qualquer sistematização que seja cientificamente melhor ou mais simples do que todas as outras possíveis. Parece mais provável que, mesmo que somente que devido a simetrias e dualidades, inúmeras teorias alternativas estariam empatadas no primeiro lugar. O método científico é o caminho para a verdade, porém ele não proporciona, mesmo em princípio, nenhuma definição única de verdade. Qualquer assim chamada definição pragmática de verdade está condenada também a falhar (QUINE, 2010, p. 48)

Aceitar que a epistemologia compete descrever o conhecimento e não justificá-lo, evita-se que um determinado campo do saber, uma vez justificado, se credencie como modelo epistemológico normativo, instaurando critérios de avaliação. Dessa maneira, o que é assumido como irrenunciável é o naturalismo. As teorias que derivam dele se sucedem, umas são aprimoradas, outras abandonadas, mas o naturalismo permanece como o motor a impulsionar a pesquisa que objetiva descrever o conhecimento que temos acerca do mundo.

Visando afastar de modo definitivo esses problemas que se insinuam, devemos atentar para as teses da inescrutabilidade da referência e da indeterminação da tradução.

Como vimos, elas dão suporte teórico à possibilidade para se construir visões de mundo concorrentes e verdadeiras, isto é, referidas ao mesmo suporte evidencial. Essa postura teórica implica que se estabeleça uma distinção entre verdade e evidência, pois parte considerável dos problemas decorre da confusão entre verdade e suporte evidencial. Cada teoria assume uma dada referência e uma conseqüente verdade, de modo que referência e verdades são realidades imanentes aos quadros linguísticos e conceituais que utilizamos para identificar e descrever o mundo, mas a ontologia é sempre externa aos quadros teóricos. (Conf. QUINE, 1999, p. 20-23). A distinção entre evidência e verdade ou na formulação mais precisa de Quine entre suporte evidenciais externos e verdades internas é problematizada a partir de outra distinção, aquela entre condicionamentos físicos, que diz respeito à ontologia, e critérios evidenciais, relacionados à referência. A questão recebe a seguinte delimitação:

Com efeito, nós temos, de um lado, a questão do que há, de que objetos existem, e essa é uma questão concernente à verdade, à realidade. De outro lado, trata-se da questão de como sabemos o que há, isto é, que garantias, que suporte evidencial nós fornecemos para substanciar o que dizemos que há (NASCIMENTO, 2008, p. 166).

A dupla questão ontológica e epistemológica recebe uma resposta unificada. A força de predição do conhecimento científico diz respeito a uma parte fundamental da sua investigação: sua relação com a realidade empírica. Mesmo que não seja logicamente deduzida da experiência, a ciência acessa essa experiência por meio dos conceitos teóricos que elabora e aperfeiçoa. Não vislumbrando qualquer esquema conceitual ou linguístico que lhe seja exterior, como queria o empirismo lógico, e mais especificamente Carnap, resta à ciência validar os seus conhecimentos de forma imanente. Para realizar esse empreendimento no campo teórico do empirismo, é necessário esclarecer como é concebida essa atribuição de realidade que fornece evidências empíricas para a teoria.

A ontologia é pensada de modo imanente, pois como já vimos, ela depende da assunção de esquemas linguísticos e teóricos. Não se postula qualquer referência ou ontologia absolutas, elas são sempre relativas à determinadas teorias e reinterpretáveis em outras, de tal modo que “o que faz sentido é dizer, não o que são os objetos de uma teoria, falando de um modo absoluto, mas como uma teoria de objetos é interpretável ou reinterpretável numa outra” (QUINE, 1975b, p. 152). Não há qualquer realidade tomada

em termos absolutos, mas tão somente aquela que é referenciada pelos esquemas linguísticos, conceituais ou pela própria ciência.

O problema epistemológico que diz respeito às garantias que fornecemos para as crenças que sustentamos é aguçado pela tese da inescrutabilidade da referência, pois envolve diretamente o grau de evidência que dá sustentação a uma dada descrição da realidade, ao que uma teoria afirma que há. A combinação das teses apresentadas por Quine permite compreender que há uma subdeterminação da teoria pela evidência, isto é, a crença de que o que é tomado como suporte para uma teoria já e parcialmente ditada por ela. Se cada teoria condiciona as evidências observacionais registradas no seu interior, então as razões que ditam a escolha de uma teoria repousam fora desses suportes evidenciais, pois não há evidência que não seja maculada pela teoria.

A junção entre sentenças de observação e sentenças teóricas eternas será tomada como elemento fundamental na construção da ciência, de tal forma que referência e ontologia exercerão a função de simples auxiliares na determinação da verdade das sentenças. Continuamos operando no campo do empirismo, pois se idéias e significados não são acessíveis nelas mesmas, as sentenças são empiricamente acessadas. Esse procedimento que Quine identifica com o primeiro marco do empirismo, faz com que a busca da verdade deve principiar pelas sentenças de observação, pois este é um terreno firme para se construir a ciência referendada pela evidência empírica, longe do terreno movediço da semântica mentalista.

Postula-se então que existem duas realidades disponíveis para nós: a realidade como ela é e a realidade como nós a acessamos pela linguagem. O mundo é captado de diferentes maneiras, a realidade está sempre em excesso em relação ao modo como a captamos, sempre extrapola o que é informado pelos nossos receptores sensoriais de modo inescrutável. Desse modo, se estabelece um paralelo entre a subdeterminação empírica e a indeterminação da tradução. Portanto, há diferentes modos de se acessar e conceber a realidade. Se perguntar qual desses modos de acesso é verdadeiro implica em responder o que faz a ligação entre essas duas realidades: aquela que estimula os nossos sentidos e aquela que é receptora dessa estimulação. A conexão é realizada pela linguagem, e as sentenças de observação fazem a ligação entre a realidade que estimula e a realidade estimulada.

Se tudo deve começar pelas sentenças de observação, então somos sempre dependentes do comportamento manifesto em situações observacionais, tanto para o aprendizado de uma língua quanto para a constituição de uma teoria científica. Tanto um linguista quanto um cientista devem ser antes um behaviorista, pois tanto num caso como no outro um manual de tradução resulta de uma psicologia prática, com base no comportamento observado. Enquanto identificação e interpretação do mundo, uma teoria científica tem a mesma função de um manual de tradução e, portanto, submetido às mesmas limitações: diferentes teorias podem ser incompatíveis, mas consistentes e relevantes, isto é, empiricamente equivalentes.

Essa tese traduz outro problema: não dispondo de evidências para nortear as escolhas, restaria aceitar que as escolhas seriam feitas aleatoriamente. Sendo assim, as diferentes teorias seriam equivalentes do ponto de vista das evidências empíricas e da consequente verdade que comportariam. Porém, Quine contorna esse problema indicando que as teorias são constituídas no interior de comunidades reais, com seus ativos procedimentos de construção de consenso, como já exemplificou com o uso da estratégia de ascensão semântica. Assim, a comunidade falante de uma língua e a comunidade relevante para uma determinada área da ciência exercerá a função de selecionar a teoria mais adequada para a descrição do mundo. A ontologia e a consequente verdade das teorias são concebidas de modo imanente. Com esse procedimento teórico é contornada a questão da existência tanto de uma realidade quanto de uma verdade transcendentais. Não há espaço para assunção de qualquer compromisso realista dessa natureza. O realismo assumido é esse circunscrito pela dupla exigência de imanência da ontologia e da verdade.

Afirmar que verdade e ontologias são imanentes traduz a firme recusa de qualquer *a priori* no pensamento de Quine, de um ponto de vista externo que seja independente das determinações teóricas e experienciais, porém devemos atentar para a sua pergunta retórica e a consequente resposta negativa: “Diminuímos, até aqui, nossa ambição, de forma a nos conformarmos com uma doutrina relativista que defende a estimativa de verdade de enunciados de cada teoria como verdadeiros para tal teoria, sem tolerar crítica mais elevada? Não” (QUINE, 2010, p. 49). A *diminuição de ambição* diz respeito a firme defesa da imanência da verdade, só podendo ser aferida no interior de um sistema específico, porém isso não implica em afirmar a existência de várias verdades relativas aos sistemas específicos.

Todo empreendimento epistemológico e científico depende do esquema conceitual que elegemos como o mais adequado para descrever a realidade, e é do interior mesmo desse esquema conceitual que usamos o predicado verdade e por meio dele avaliamos as teorias do mundo concorrentes. No plano epistemológico a verdade é afirmada no interior da teoria que é adotada. Além do mais, tomamos cada teoria como modelo para descrição verdadeira e ao mesmo tempo para negar que haja correspondentes verdades em teorias de mundo concorrentes:

Ou seja, se nós podemos falar de diversas teorias (e suas respectivas ontologias) empiricamente equivalentes, não obstante, o predicado “verdadeiro” só pode ser (significativamente) concedido por e vinculado à teoria do mundo atualmente aceita. Dizer de uma teoria que é verdadeira, de sua ontologia que é real, significa dizer então que elas fazem parte da teoria global do mundo que aceitamos, da visão de mundo que ora adotamos e defendemos (NASCIMENTO, 2008, p. 190).

Se o conjunto de teses defendidas por Quine permite afirmar que teorias empiricamente equivalentes são igualmente verdadeiras, então teríamos verdades afirmadas no interior de teorias diversas e elas seriam igualmente defensáveis. Porém, não é o que ocorre na epistemologia de Quine, conforme afirma Nascimento. A razão é que a consideração epistemológica envolve diretamente as condições de verificação a respeito do que afirmamos como verdadeiro, mas essa verificação só se completa quando o significado é estabelecido, exigindo que a epistemologia seja ao mesmo tempo semântica. Não qualquer semântica, mas aquela já delineada nos marcos do empirismo que conduz o significado das ideias para as palavras, das palavras para as sentenças, das sentenças para o sistema de sentenças, pondo fim ao dualismo analítico sintético e, por fim, conduzindo ao naturalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada nesse trabalho procurou realizar um exame crítico de uma compreensão do que é o conhecimento tal como é apresentado pelo modelo padrão, e de uma versão da epistemologia conforme o programa de pesquisa do empirismo lógico. Nas duas versões do problema temos implicações em relação ao fundacionalismo e ao normativismo, pois se postula que uma área do conhecimento, no caso a filosofia, exerça uma função hierárquica de superioridade epistemológica em relação às outras áreas do saber, sobretudo a ciência. Para levar avante essa concepção do conhecimento em geral e da filosofia em particular, se faz necessário assumir um antinaturalismo, pois se compreende que a autonomia da filosofia só será possível quando ela puder oferecer fundamentos para o conhecimento, a linguagem e a lógica:

Para defender a autonomia da filosofia contra as invasões da ciência descritiva, muitos filósofos tentaram virar a mesa, defendendo a primazia da filosofia sobre a ciência, consequentemente sobre qualquer das alegadas implicações naturalistas. Muitos continuam a fazê-lo, frequentemente pela razão de que só a filosofia pode iluminar a normatividade e a intencionalidade envolvidas no conhecimento, na linguagem e na lógica; ou pela razão de que a filosofia pode avaliar os pressupostos normativos e reguladores da prática científica, para os quais a ciência em si é cega ou é despreparada para analisá-los; ou ainda, pela razão de que a filosofia entende como a linguagem da ciência não pode ser usada mais do que qualquer outra para sair de si mesma, e, portanto não pode ser conhecida como estando mais em contato com o mundo e conosco mesmos que qualquer outra (POST apud AUDI, 2006, p. 652).

O fundacionalismo e o normativismo são decorrentes dessa compreensão de conhecimento que assume não ser possível a uma linguagem e a um método de qualquer área do conhecimento ter condições suficientes para justificarem seus pressupostos ou ultrapassarem suas próprias convenções. Não dão conta de identificarem os “pressupostos normativos e reguladores” de suas práticas. A filosofia decorrente dessa compreensão de conhecimento se apresenta como uma disciplina capaz de suprir essas lacunas. A forte argumentação apresentada por Quine a favor de uma naturalização da epistemologia se constituiu num confronto direto com essa visão de filosofia e mais especificamente contra a ideia de epistemologia como filosofia primeira. Versão da epistemologia construída com o propósito de fundamentar a ciência sobre uma realidade mais firme que a ciência mesma. Como as epistemologias tradicionais encontraram

muitas dificuldades nesse propósito fundacionalista, abriram caminho para que fosse oferecida como alternativa uma descrição científica de como chegamos a constituir uma teoria geral do mundo e porque ela funciona tão bem, isto é, buscar tão somente compreender o processo de constituição e as razões do seu sucesso.

Desse modo, como vimos, Quine interpretou a epistemologia clássica como limitada ao projeto de oferecer uma base empírica e lógica para todo conhecimento, portanto a interpretou como epistemologia cartesiana. Buscar constituir a filosofia como uma atividade intelectual cuja tarefa é oferecer fundamentos para o conhecimento em geral e a ciência em particular é pensá-la como filosofia primeira. Essa função fundadora foi associada a diferentes noções: *a priorismo*, *inatismo* ou *analiticidade*. Quine argumenta que não há espaço teórico para essas noções, nem é necessário recorrer a elas para se analisar o conhecimento.

Importa assinalar que Quine julgou esse modo opcional de compreender o conhecimento em geral e a epistemologia em particular, como um caminho que conduz a impasses insolúveis. Restou então como saída teórica a constituição desse modelo alternativo construído na conjugação de várias teses como a *indeterminação da tradução* e *inescrutabilidade da referência*, *relatividade ontológica* e o *holismo*, essa última tese apresentada como a perspectiva teórica que põe a epistemologia em uma nova configuração e anula o seu aspecto fundacionalista é bem descrita por Rorty:

Um holismo consumado não tem lugar para a noção de filosofia como “conceitual”, como “apodítica”, como selecionando “fundamentos” do resto do conhecimento, como explicando que representações são “puramente dadas” ou “puramente conceituais” como apresentando uma “notação canônica” em vez de uma descoberta empírica, ou como isolando “categorias heurísticas transestruturais” (RORTY, 1994, p 176).

A firme perspectiva holista assumida por Quine implica na rejeição da epistemologia clássica e na consequente defesa de um novo caminho para a epistemologia, guiado por uma compreensão holista do conhecimento que exige uma modificação em relação à compreensão do significado dos termos, da significatividade das sentenças e da verificação das teorias. Conforme apresentamos, o holismo quineano se desdobra em três direções: em relação às sentenças cujos significados só podem ser estabelecidos no contexto do seu uso público; em relação às teorias, pois elas podem ser reajustadas em relação à experiência, possibilitando diferentes traduções; em relação à

verificação, exigindo que o todo da teoria seja considerado quando se pretende confrontar o enunciado com a experiência. Essa perspectiva holista global é determinante para a nova compreensão do significado e da verificação, pois retira os pressupostos teóricos para o fundacionalismo e o normativismo. Desgasta o fundacionalismo ao afastar a possibilidade de se tomar um sistema de enunciados para julgar externamente outro conjunto de enunciados; Afasta o normativismo a partir da exigência de novas verificações a cada confronto com a experiência. Desse modo, nunca se tem um conhecimento definitivamente justificado, nem perfeitamente constituído.

O holismo articulado nessas três dimensões permitiu afastar os elementos *a priori* requeridos para se definir o conhecimento e preparou o campo teórico para uma proposta viável de naturalização da epistemologia. A consistente crítica da noção de analiticidade, conforme apresentamos, foi fundamental para se rejeitar os elementos *a priori* e o conseqüente esforço de fundamentar o conhecimento em componentes autoevidentes. O holismo foi outra escolha teórica decisiva para realizar o mesmo propósito, rejeitar o *a priori*, pois a partir dessa perspectiva pode-se abandonar a idéia de significar e validar uma sentença por ela mesma quando tomada isoladamente. Essa conquista implica afirmar a inexistência de um ponto de vista externo, de um fundamento independente das inter-relações teóricas e experienciais a partir da qual fosse possível se pronunciar sobre outros esquemas conceituais.

Uma modificação fundamental é produzida quando se explora o holismo semântico: a noção de significado é completamente modificada, pois se percebe que não há tal coisa como o “significado empírico de sentenças em isolado”. O significado só será estabelecido quando as sentenças forem relacionadas ou à teoria ou à linguagem da qual participam. O discurso teórico da ciência exemplifica esse aspecto, pois é fortemente articulado a partir de sentenças teóricas, cujo contato com a experiência é de modo indireto e só assumem sentido quando participam do todo da teoria. Essa perspectiva decorrente do holismo semântico levantou uma questão importante para a nossa análise. Pois, se as sentenças de uma teoria só tem significado quando participam de todo que é a teoria sistematizada, então não faz sentido tomar qualquer conjunto de sentenças como fundamento externo para outro sistema de sentenças. Tanto a epistemologia quanto a ciência são dependentes dos esquemas conceituais de fundo, sobretudo aqueles dados na linguagem, não restando possibilidade de transcendermos esses esquemas conceituais.

Partindo dessa base teórica, Quine recusou o fundacionalismo e o normativismo e postulou uma epistemologia naturalizada. As doutrinas epistemológicas assentadas no ideal de representação como cópia do real, racionalmente justificadas de modo analítico e não empírico, funcionando como uma filosofia primeira, fundante e normativa para outras áreas do saber, não encontram aqui espaço teórico para se desenvolverem.

A argumentação apresentada nesse trabalho permitiu compreender que a perspectiva holista defendida por Quine, remete tudo que pode ser estabelecido a respeito do conhecimento para uma confluência entre a teoria e a descoberta empírica, portanto conduz a análise para o campo do naturalismo, sempre suscetível a novas evidências, e o associa diretamente ao modo como a linguagem teórica é aprendida e constituída. Um aspecto importante na abordagem desenvolvida por ele consiste em tratar a linguagem ordinária como uma teoria. Por meio desse paralelo, ele pode afirmar que aprender uma linguagem é aprender uma teoria sobre como as coisas são. Tomar a linguagem natural como funcionando ao modo de uma teoria sistematizada conduz à consequente tese da indeterminação da tradução. A linguagem é interpretada como um conjunto de sentenças, no qual apenas algumas partes desse conjunto, aquelas que estão na extremidade, são diretamente relacionadas à experiência.

Apresentamos qual é a imagem do conhecimento que se alcança quando se assume uma posição naturalista, pois o naturalismo toma o conhecimento como um fenômeno no mundo, uma realidade natural como outra qualquer. Uma consequência direta dessa premissa inicial é que a compreensão da realidade do conhecimento exige uma investigação empírica a respeito do seu funcionamento, descrever o modo como funciona os nossos mecanismos cognitivos, sem recorrer a qualquer justificação ou prescrição. Foi suficiente descrever e apresentar as condições de sua constituição, como se faz com qualquer outro fenômeno natural.

Essa firme posição naturalista não admitiu, portanto, qualquer *a priori*, pois toda a construção teórica foi guiada pelas evidências empíricas, porém balizadas pelas teorias de fundo que utilizamos na aproximação do objeto que procuramos compreender e descrever: o conhecimento. Limitando o problema ao terreno da descrição de sua constituição, não houve necessidade de se recorrer à justificação.

Porém, esse procedimento teórico precisou enfrentar ou pelo menos responder ao programa de pesquisa, firmemente consolidado, que associa a compreensão do que é

conhecimento com a necessidade de justificação e verdade, isto é, precisou dialogar com o modelo padrão de conhecimento: crença verdadeira justificada. No contexto desse trabalho, o diálogo com o modelo canônico de conhecimento se fez necessário porque argumentamos que a epistemologia naturalista de Quine contornava o fundacionalismo e o normativismo, diretamente associados ao referido modelo. Para realizar esse intento, ele recorreu à estratégia de colocar as normas epistêmicas em continuidade direta com a ciência, pois conforme vimos, a epistemologia deve realizar-se como um capítulo da ciência, logo suas normas devem ser sempre aprimoradas; como é aprimorada a ciência natural. Assim, Quine conseguiu articular uma resposta para a indagação sobre o que é o conhecimento fora do modelo padrão que exige a confluência de crença, verdade e justificação, limitando o seu programa à descrição das crenças confiáveis.

Frente à exigência de justificação associada ao modelo padrão, Quine respondeu com a exigência de aprimoramento associado ao conhecimento natural. A ciência que busca descrever o mundo por meio de suas teorias generaliza essas descrições e as projetam para o plano das previsões, previsões que devem ser sempre mais precisas, garantidas e acertadas. Isso exige que as teorias sejam confrontadas com as evidências empíricas, sejam testadas, corrigidas e revisadas nas suas descrições e previsões. Tomando as normas epistêmicas em continuidade direta com a ciência natural, portanto participando do todo da teoria sobre o mundo que é a ciência, suas postulações não podem ser estabelecidas *a priori*, por força de qualquer especulação abstrata, distanciada da evidência empírica.

Essa forte associação da epistemologia com a ciência natural desgasta seriamente a tese de que seja necessário recorrer a qualquer fundacionalismo quando o propósito é compreender o que é o conhecimento. Um princípio vigente na ciência a respeito de nossas crenças sobre o mundo é de que nenhuma delas é irrevogável. Se isso vale também para a epistemologia como quer Quine, então não há qualquer motivo para buscarmos estabelecer uma base irrevogável para as crenças que tomamos como conhecimento. Assim, não é nem desejável, nem necessário, estabelecermos princípios irrevogáveis para as nossas crenças, pois não há qualquer maneira não problemática de identificar a categoria fundacional.

Quine considerou que o princípio de justificação já fora devidamente refutado desde os argumentos de Gettier, em 1963. A argumentação de Gettier satisfaz as exigências de Quine por ser ela construída a partir de uma premissa importante para o empirismo; aquela que afirma a possibilidade de termos sólidas justificações para acreditarmos em crenças falsas. Subjacente a essa premissa está a concepção de que nossas crenças podem ser justificadas por evidências revogáveis, isto é, podemos sustentar crenças tendo por base evidências compatíveis com a possibilidade de nossas crenças serem falsas. Se as evidências fossem a base para justificação das nossas crenças, então estariam igualmente justificadas tanto as crenças verdadeiras, quanto as crenças falsas.

Considerando que é preciso enfrentar esse impasse constituído quando se toma a evidência como base para a justificação das nossas crenças, recorreu-se a estratégia de se argumentar a favor dos métodos confiáveis. Se a pretensão é firmar uma crença como conhecimento, deve-se alcançar essa posição utilizando um método confiável naquelas circunstâncias. Essa estratégia metodológica permitiu romper com o fundacionalismo associado à necessidade de justificação. O definitivo nessa posição não é negar que uma crença possa ser tomada como base para acreditar, com alguma razão, em alguma outra crença. O ponto principal consiste em negar que precisemos recorrer a qualquer categoria fundacional para utilizarmos crenças como fundamentos. É suficiente que a crença seja produzida por um método confiável. Daí a razão de se optar por descrever um método confiável na produção de crenças: a ciência.

Outra implicação é decorrente de se tomar o modelo padrão como ponto de partida: ao afirmar que uma crença é justificada, não estamos dizendo meramente que acreditamos nela, mas também apontando razões pelas quais devemos acreditar nela e tomá-la como base para derivarmos outras crenças. Assim, além de ser tomada como uma crença fundacional em um sistema de crenças, também se costuma apresentar o método pelo qual ela foi justificada como normativo para procedimentos da mesma natureza. Um problema então se insinuou na estratégia utilizada por Quine de se recorrer à ciência para descrever a constituição do conhecimento: o normativismo. Nesse caso, o método científico seria postulado como normativo para os procedimentos de se alçar crenças ao plano do conhecimento.

O desafio é que o conhecimento científico é um poderoso instrumento cognitivo usado na descrição do mundo, mas a ciência não é normativa, não deve apontar o que devemos fazer. Então uma questão se põe de modo contundente: É possível uma epistemologia sem normatividade? A epistemologia naturalizada proposta por Quine seria ainda epistemologia?

Quine foi sensível a essa questão e apontou que sua defesa de uma fusão da epistemologia com a psicologia responderia a contento esse problema. Bastaria estar atento à divisão da análise no âmbito da epistemologia naturalizada: à epistemologia compete exigir que as nossas crenças sejam formadas de maneira confiável, como vimos que foi delegada a ela essa tarefa, uma vez que não procura construir uma justificação para as crenças; a psicologia assume a tarefa de examinar quais são os modos confiáveis que podemos utilizar na formação das crenças que assumimos como conhecimento. Desse modo, o *deve*, o caráter normativo fica associado à dimensão epistemológica da epistemologia naturalizada que prescreve a necessidade de buscarmos metodologias confiáveis, não ao campo da psicologia, que como ciência natural continuaria livre de qualquer indicação prescritiva, não assumindo compromisso algum com o normativismo.

Na interpretação de Quine a epistemologia assume o compromisso prescritivo e a psicologia o trabalho descritivo. Assim, a epistemologia indica que caso pretendamos ter crenças que possam ser apresentadas como conhecimento, então o caminho a ser percorrido passa pela confiança no método pelo qual a crença foi justificada. A epistemologia nos diz que nossas crenças verdadeiras devem ser explicadas por meio de mecanismos naturais e não pela razão abstrata, e mais, que as crenças devem ser sempre justificadas por meio de métodos confiáveis, isto é, aqueles apoiados na experiência. Isso permite reorientar o modo como concebemos o conceito de crença e conhecimento, pois na epistemologia clássica, tanto para os racionalistas, quanto para os empiristas, conhecer sempre esteve relacionado a uma estrita justificação racional.

Porém, o *deve* da epistemologia não é racionalmente justificado de modo *a priori*, é um *deve* condicional, relacionado aos fins que se pretende alcançar, não um *deve* categórico, afirmado de modo absoluto. Quine irá argumentar que os *deves* da epistemologia são como os *deves* da engenharia, isto é, um *deve* assumido tendo por base os propósitos que são visados. Um engenheiro prescreve que os cálculos que ele apresenta devem ser levados em conta se o que se propõe é a solidez da obra edificada.

(Conf. QUINE in Hahn & Schilpp, 1986, p. 663ss). No caso aqui analisado, que diz respeito à pretensão de se esclarecer como chegamos a instaurar crenças como conhecimento, devemos recorrer a métodos confiáveis, isto é, procedimentos que comprovadamente tenham sido utilizados na geração de crenças verdadeiras.

Portanto, podemos responder aquela indagação anterior, afirmando que a epistemologia naturalizada pode ser considerada como epistemologia, pois desenvolve mecanismos teóricos que permitem apontar crenças como conhecimento, sem qualquer concessão teórica ao modelo padrão, isto é, sem precisar justificar crenças e tomá-las como verdadeiras, no sentido forte de verdade associado aquele modelo. Como alternativa, a epistemologia naturalizada oferece esse modelo: o conhecimento consiste em uma crença que foi tornada verdadeira por meio de métodos que constantemente produzam crenças verdadeiras.

O conjunto de teses apresentadas por Quine anula qualquer possibilidade de compromisso com um realismo ingênuo que interprete de modo essencialista os conceitos usados na descrição do mundo; afasta-se ainda de uma compreensão do conhecimento científico tomado como descrição que corresponde à natureza da realidade. Nessa nova imagem do conhecimento, as representações racionais do real, tanto na filosofia quanto na ciência, assumem a bivalência de serem ao mesmo tempo devedoras da linguagem que utilizamos e do real que descrevemos. A descrição da linguagem levada avante por Quine põe essas teses em firme terreno empírico, de modo que o conhecimento científico, como uma generalização do modo como aprendemos a linguagem, não é incompatível com o realismo, isto é, a firme defesa de uma dada descrição do mundo contra outras concorrentes. O real não é uma invenção nem decorre das nossas convenções, mas o que permite corrigir e aperfeiçoar as nossas teorias:

Uma coisa é dizer (absurdamente) que fazemos objetos usando palavras; outra deveras diferente é dizer que não sabemos como encontrar um modo de descrever uma matriz duradoura de inquirição passada e futura da natureza, exceto em nossos próprios termos – admitindo-o como verdadeiro contra “esquemas conceituais alternativos”. Quase ninguém deseja dizer o primeiro. Dizer o último é, quando separado de retórica alarmista sobre “perder contato com o mundo”, apenas um modo de dizer que as nossas visões presentes sobre a natureza são nosso único guia no falar sobre a relação entre a natureza e nossas palavras (RORTY, 1994, p. 275).

Essa é a imagem do conhecimento decorrente da firme posição naturalista assumida por Quine. O que se postula como referência para os termos e valores de

verdade para as sentenças só pode ser feito no âmbito de recortes conceituais provincianos, específicos; não é possível se pronunciar sobre o real de um ponto de vista externo a um esquema conceitual, mas o real não se identifica com as teorias que postulamos para descrevê-lo.

Se a ciência enquanto uma das expressões mais eloquentes da nossa racionalidade assume como seu principal objetivo oferecer uma compreensão da natureza e do nosso conhecimento enquanto parte dessa natureza mesma, então ela busca construir explicações causais dos fenômenos, isto é, num mesmo movimento de apreensão e asserção, descrever o recorte do real a ser explicado e explicar essa descrição, no preciso sentido que a palavra explicar assume no âmbito da ciência: leis universais testáveis, mais descrição das condições particulares do fenômeno.

Conceber a ciência dessa maneira implica um dinamismo no qual o objetivo da ciência nunca é totalmente realizado, pois há uma busca contínua por explicações mais adequadas e precisas, uma vez que nenhuma delas atinge uma inexistente essência do real. Por essa razão, a descrição do conhecimento realizada por Quine não constrói definições essencialistas, nem explicações definitivas são esboçadas. Sendo assim, os mecanismos teóricos confiáveis utilizados não são postulados como normativos para o conhecimento.

O que se infere dessa perspectiva teórica é a possibilidade de revisão e reconstrução da epistemologia, mas essa não é uma tarefa que possa ser realizada externamente, pois o conhecimento é como um navio em plena navegação, cujos reparos devem ser feitos enquanto navega. O naturalismo quineano não pensa o conhecimento a partir de um *exílio cósmico*, mas do interno das teorias com suas correlativas ontologias. Desse modo, não se postula um ponto interno e um ponto externo para as teorias, há apenas um único esforço teórico para descrever os fenômenos do mundo. Isso vale tanto para o cientista quanto para o filósofo, pois o que os diferencia não é que o cientista realiza uma investigação particular de um objeto particular, mas investigações mais extensas de categorias ontológicas. Não há perspectiva externa nem para o filósofo nem para o cientista.

Assim, assumindo um empirismo renovado e adotando uma perspectiva naturalista, Quine tem as bases seguras para propor uma naturalização da epistemologia.

Ao empirismo compete estabelecer que as evidências que devem guiar nossos procedimentos teóricos são as evidências empíricas, porém elas devem ser associadas à teoria como um todo, nunca a enunciados isolados. O naturalismo assume a tarefa de anular qualquer hierarquia epistemológica, fazendo com que a epistemologia participe do projeto mais amplo da ciência e busque nela os instrumentos necessários para investigar o conhecimento humano. Tanto a epistemologia quanto a ciência, no caso a psicologia, assumem como objetivo e aliam seus instrumentos buscando compreender o conhecimento humano enquanto fenômeno natural. É o fim da hierarquia epistemológica, na qual a epistemologia assumiria a função de constituir os fundamentos do conhecimento. A epistemologia naturalizada abandona o projeto fundacionalista e normativista e se associa à psicologia, à neurologia e à semântica no objetivo comum de investigar os fenômenos naturais, não oferecer fundamentos para a investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDI, Robert (org.). **Dicionário Cambridge**. Trad. João Paixão Neto. et al. São Paulo, Paulus, 2006.

BORRADORI, Giovanna. **A filosofia americana – conversações**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRANQUINHO, João. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fonte, 2006.

CARNAP, Rudolf. **Empirismo, semântica e ontologia**. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. (Coleção os Pensadores).

_____. **Significado e sinonímia nas linguagens naturais**. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. (Coleção os Pensadores).

_____. **Pseudoproblemas na filosofia**. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1988c. (Coleção os Pensadores).

_____. **Testabilidade e significado**. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1988d. (Coleção os Pensadores).

DETLEFSEN, M. Teoremas da incompletude de Gödel. In AUDI, Robert (org.). **Dicionário Cambridge**. Trad. João Paixão Neto. et al. São Paulo, Paulus, 2006.

FELDMAN, Richard. Naturalismo metodológico na epistemologia. In GRECO, JOHN. & SOSA ERNEST. (Org.). **Compêndio de epistemologia**. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Berttoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora Cultrix/Editora da USP, 1978.

_____. **Sobre a justificação científica de uma conceitografia**. Trad. Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1989a.

_____. **Os fundamentos da aritmética**. Trad. Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1989b.

_____. **Investigações lógicas e outros ensaios**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cadernos de Tradução, 2001.

GETTIER, Edmund. **Is justified true belief knowledge**. Analysis 23, 1963, p.121-3.

GRECO, John. O que é epistemologia? In GRECO, JOHN. & SOSA ERNEST. (Org.). **Compêndio de epistemologia**. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Berttoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008

GRECO, JOHN. & SOSA ERNEST. **Compêndio de epistemologia**. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Berttoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GREENE, Judith. **Pensamento e linguagem**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GUTTING, G. Rorty, Richard. In AUDI, Robert (org.). **Dicionário Cambridge**. Trad. João Paixão Neto. et al. São Paulo, Paulus, 2006.

HAACK, Susan. **Filosofias da lógica**. Trad. Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HACKING, Ian. **Por que a linguagem interessa à filosofia?** Trad. Maria Elisa M. Sayeg. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

HAHN, L.E. & SCHILPP. (Orgs). **The philosophy of W. V. Quine**. La Salle: Open Curt, 1986.

HEGENBERG, Leonidas. **Dicionário de lógica**. São Paulo: Editora EPU, 1995.

_____. **Saber de e saber que**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEINEMMANN, Fritz. **A filosofia no século XX**. Trad. Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

JACOB, Pierre. **O empirismo lógico: seus antecedentes, suas críticas**. Trad. Teresa Campello. João Pessoa. Inédito.

JACQUETTE, D. Extensionalismo. In AUDI, Robert (org.). **Dicionário Cambridge**. Trad. João Paixão Neto. et al. São Paulo, Paulus, 2006.

KNEALE, W & KNEALE, M. **O Desenvolvimento da lógica**. Trad. M. S, Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

KIRKHAM, L. Richard. **Teorias da verdade: uma introdução crítica**. Tradução Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

KORNBLITH, Hilary. Em defesa de uma epistemologia naturalizada. In GRECO, JOHN. & SOSA ERNEST. (Org.). **Compêndio de epistemologia**. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Berttoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008

LANDESMAN, Charles. **Ceticismo**. Trad. Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LOPES DOS SANTOS, L. H., **Quine e os dogmas do empirismo**. Discurso, n. 6. São Paulo: Discurso Editorial, 1995.

MOSER, Paul K. Realismo, objetividade e ceticismo. In GRECO, JOHN. & SOSA ERNEST. (Org.). **Compêndio de epistemologia**. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Berttoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Epistemologia. In AUDI, Robert (org.). **Dicionário Cambridge**. Trad. João Paixão Neto. et al. São Paulo, Paulus, 2006.

NASCIMENTO, Marcos Bulcão. **O realismo naturalista de Quine: crença e conhecimento sem dogmas**. Campinas: UNICAMP, 2008.

NORRIS, Christopher. **Epistemologia: conceitos-chave em filosofia**. Trad. Felipe Rangel Elizalde. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OUELBANI, Mélica. **O círculo de Viena**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

OLIVEIRA, José Carlos Pinto. **Quine e o projeto de uma ciência cognitiva**. Primeira Versão, n. 129. Campinas: UNICAMP, 2004.

ORENSTEIN, Alex. **W. V. Quine**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

PASQUINELLI, Alberto. **Carnap e o positivismo lógico**. Trad. Armino José Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 1983.

PLATÃO. **Teeteto**, Trad. Carlos Alberto Nunes. Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis/> Acesso em: 18/09/2007 04:44

PEREIRA, O. Porchat. Bate-papo com estudantes sobre o estudo de filosofia na universidade brasileira. In SILVA FILHO, W. J. (Org.) **O ceticismo e a possibilidade da filosofia**. Ijuí: ed. Unijuí, 2005.

POST, J. F. Naturalismo. In AUDI, Robert (org.). **Dicionário Cambridge**. Trad. João Paixão Neto. et al. São Paulo, Paulus, 2006.

PUTNAM, Hilary. **Corda tripla: Mente, corpo e mundo.** Trad. Adail Sobral. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

QUINE. **Word and Object.** USA: The Mit Press. 1960.

_____. **The ways of paradox and other essays.** New York: Random House, 1966.

_____. **Los métodos de la lógica.** Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Ariel, 1967.

_____. **The roots of reference.** La Salle: Open Court, 1973.

_____. Falando de objetos. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Oswaldo Porchat de Assis P. Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1975a. (Coleção os Pensadores).

_____. Relatividade ontológica. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Oswaldo Porchat de Assis P. Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1975b. (Coleção os Pensadores).

_____. Epistemologia naturalizada. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Andréa Maria Altino de C. Loparié. São Paulo: Abril Cultural, 1975c. (Coleção os Pensadores).

_____. Existência e quantificação. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Andréa Maria Altino de C. Loparié. São Paulo: Abril Cultural, 1975d. (Coleção os Pensadores).

_____. Espécies naturais. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Andréa Maria Altino de C. Loparié. São Paulo: Abril Cultural, 1975e. (Coleção os Pensadores).

_____. Objetos proposicionais. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Andréa Maria Altino de C. Loparié. São Paulo: Abril Cultural, 1975f. (Coleção os Pensadores).

_____. Sobre o que há. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Luis Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1975g. (Coleção os Pensadores).

_____. Dois dogmas do empirismo. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de Marcelo Guimarães da Silva Lima. São Paulo: Abril Cultural, 1975h. (Coleção os Pensadores).

_____. Identidade, ostensão e hipóstase. In: RYLE G. et al. **Ensaaios.** Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1975i. (Coleção os Pensadores).

_____. **The web of belief.** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts/London, England, 1978.

_____. **Quidities: an intermittently philosophical dictionary.** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts/London, England, 1987.

_____. **Selected logic papers.** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts/London, England, 1995.

_____. **From stimulus to science.** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts/London, England, 1998.

_____. **Theories and things.** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts/London, England, 1999.

_____. **Pursuit of truth.** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts/London, England, 2003.

_____. **Quintessence: basic readings from the philosophy of W. V Quine.** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts/London, England, 2004.

_____. **Palavra e objeto.** Tradução Sofia Inês A. Stein e Desidério Murcho. Petropolis: Editora Vozes, 2010.

RORTY, Richard. **The linguistic turn: essays in philosophical method.** Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

_____. **A filosofia e o espelho da natureza.** Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Objetivismo, relativismo e verdade.** Trad. Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SILVA FILHO, W. J. (Org.) **O ceticismo e a possibilidade da filosofia.** Ijuí: ed. Unijuí, 2005.

SEARLE, R. John. **Os atos de fala.** Trad. Carlos Vogt. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SIMON, Josef. **Filosofia da linguagem.** Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

TARSKI, Alfred. **A concepção semântica de verdade.** Trad. Celso Braida. et al. São Paulo: Editora UNESP, 200

WILLIAMS, Michael. Ceticismo. In GRECO, JOHN. & SOSA ERNEST. (Org.). **Compêndio de epistemologia.** Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Berttoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008

ZAGZEBSKI, Linda. O que é conhecimento? In GRECO, JOHN. & SOSA ERNEST. (Org.). **Compêndio de epistemologia**. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Berttoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008.